



UNIVERSIDADE CATÓLICA PORTUGUESA
FACULDADE DE TEOLOGIA
Instituto Universitário de Ciências Religiosas

MESTRADO EM CIÊNCIAS RELIGIOSAS
Especialização: Educação Moral e Religiosa Católica

NATÁLIA DOS ANJOS ALMEIDA DA SILVA

Viver em Fraternidade

O contributo da disciplina de Educação Moral e Religiosa Católica para a construção de uma vivência fraterna

Relatório Final da Prática de Ensino Supervisionada
sob orientação de:
Prof^a Doutora Maria Isabel Pereira Varanda

Braga
2015

*Amas muito os teus pequeninos,
não é assim?
Ama-os, que bem to merecem;
mas se lhes queres deixar uma riqueza
inigualável,
que nenhuma outra suplantarás,
educa-os no amor de Deus,
no culto ao bem e no hábito do trabalho.
Se ficarem pobres de bens terrenos,
ficarão riquíssimos de virtude.*

Eça de Queiroz

Às minhas filhas,
Inês e Maria João,

ao meu marido,

Luíz.

Porque a gratidão e o reconhecimento devem acompanhar-nos sempre,
obrigada a todos que, por meio de uma palavra amiga, um abraço, um livro, me ajudaram
ao longo deste ano.

SIGLÁRIO

1 Jo	Livro da 1ª Carta de S. João (Bíblia)
Cf.	Conferir, consultar, confrontar
DUDH	Declaração Universal dos Direitos Humanos
EMRC	Educação Moral e Religiosa Católica
Gn	Livro do Génesis
<i>Ibidem</i>	Na mesma obra, no mesmo lugar
Jo	Evangelho segundo S. João (Bíblia)
LBSE	Lei de Bases do Sistema Educativo
Lc	Evangelho segundo S. Lucas (Bíblia)
Mt	Evangelho segundo S. Mateus (Bíblia)
Op. cit.	(<i>opus citatum</i>) - Obra citada
PES	Prática de Ensino Supervisionada
Sir	Livro de Ben Sirá (Bíblia)
SNEC	Secretariado Nacional de Educação Cristã
U L	Unidade Letiva

ÍNDICE

INTRODUÇÃO	8
CAPITULO I – A RESPONSABILIDADE DA FRATERNIDADE	10
1. O problema do individualismo na sociedade	10
2. A descoberta afetiva do “outro” como uma responsabilidade comum	14
3. Compreender a fraternidade como alteridade. Contributo de Martin Buber	18
4. Síntese conclusiva	23
CAPITULO II – CONTRIBUTOS PARA UMA CULTURA DA FRATERNIDADE	24
1. A perspectiva cristã	24
<i>1.1. Alcançar a fraternidade: a Encíclica Caritas in Veritate</i>	25
<i>1.2. A fraternidade como convicção cristã</i>	31
2. A família	35
<i>2.1. O exemplo transmitido no interior da família</i>	36
<i>2.2. O problema social do (des)emprego</i>	42
3. A disciplina de Educação Moral e Religiosa Católica	45
4. Síntese conclusiva	50

CAPITULO III – ABORDAGEM PEDAGÓGICA E DIDÁTICA DA UNIDADE LETIVA “A FRATERNIDADE”	51
1. A EMRC: um desafio à docência	52
<i>1.1. A disciplina de EMRC no contexto escolar</i>	53
<i>1.2. O perfil do professor de EMRC</i>	56
2. Pedagogia e didática da Unidade Letiva “A Fraternidade” do 5º ano de escolaridade	58
<i>2.1. A Unidade Letiva “A fraternidade”: Contextualização programática</i>	59
<i>2.2. Descrição contextualizada da turma de intervenção</i>	60
<i>2.3. Planificação da Unidade Letiva “A fraternidade”</i>	63
<i>2.4. Síntese e avaliação da prática letiva</i>	89
CONCLUSÃO	98
BIBLIOGRAFIA	100
ANEXOS	105

INTRODUÇÃO

Viver em fraternidade nem sempre é fácil.

A convivência com os outros que habitam o mesmo mundo implica uma sensibilidade para com a realidade que observamos. Implica estar atento e perceber que os laços de afetividade são de extrema importância para todos. Impõe, além do mais, uma abertura espiritual face ao outro, um rasgar caminhos face a tantas circunstâncias. É percorrer a riqueza e a complexidade dos trilhos da vida. Viver em fraternidade é, ainda, um desafio que não encontra espaço nem tempo determinados, é uma imposição de sempre e para sempre, intemporal portanto.

Porém, entender o Homem fechado na sua redoma, ou apenas no *eu* do seu mundo é restringi-lo a um ser isolado e infeliz. Somos tão felizes juntamente com os outros.

O presente Relatório pretende destacar a importância da vivência em fraternidade, apresentando uma abordagem que visa questionar alguns aspetos sobre o modo como o ser humano deve interagir num dinamismo relacional e enternecedor que o eleva ao mais alto estatuto do ser.

Neste enquadramento surge a pertinência do conteúdo que o engloba. Num registo cristão, propõe-se repensar o ser humano, com vista a questionar o modo de existir no mundo, num contexto contemporâneo, numa época de desafios e de dificuldades, mas que não podem ser condizentes com atitudes de isolamento ou egoísmo, sinónimo de falta de compromisso social e que coloca em perigo o relacionamento humano.

Assim, o presente Relatório da Prática de Ensino Supervisionada estrutura-se em três grandes segmentos temáticos, que correspondem a três capítulos. No primeiro, de carácter essencialmente filosófico e de breve abordagem sociológica, pretende-se questionar, por um lado, o problema do individualismo na sociedade, com vista a interrogar algumas das razões que conduzem a pessoa, ao isolamento relacional, por outro, entender alguns desafios que são colocados pela vivência numa sociedade por todos partilhada e pela qual todos somos responsáveis. Desta forma, neste primeiro capítulo tenciona-se fazer uma abordagem que nos conduza a uma reflexão sobre alguns fatores que levam a pessoa a adotar comportamentos individualistas. Sistematiza-se alguns elementos do pensamento de Papa Francisco, Paul Valadier, Joseph Gevaert, Gilles Lipovestky, François de Singly, Martin Buber e João Duque. O estudo destes autores contribui, indubitavelmente, para a

elaboração de um dispositivo científico que auxilia a compreensão de uma envolvimento relacional sustentada na fraternidade.

No segundo capítulo, proponho-me abordar a perspectiva cristã para a vivência da fraternidade. Para isso, através dos subsídios da Encíclica *Caritas in Veritate* de Bento XVI pretenderei avaliar a importância da caridade, da amizade, da paz e do perdão para uma concreta vivência em fraternidade. Ainda neste capítulo, debruçar-me-ei sobre o atual contexto da família e a importância desta instituição para o desenvolvimento de uma sociedade mais humana. Problematizarei a questão do emprego e a influência que a ausência deste poderá exercer sobre as relações familiares e sociais. Tentar-se-á abordar aspectos que nos auxiliem numa compreensão da relação existente entre estes fatores e uma vivência fraterna. De seguida, dar-se-á lugar a uma reflexão sobre a disciplina de Educação Moral e Religiosa Católica e a representatividade do seu valor educativo no atual contexto social e escolar. Pretenderei, ainda, realçar a importância desta disciplina no vincar do reconhecimento do valor da vida humana e a sua importância para a mobilização de conhecimentos, comportamentos, valores e atitudes.

Por fim, importa considerar todo o contexto pedagógico e didático da Unidade Letiva “A fraternidade” do 5º ano de escolaridade, da matriz curricular da disciplina de Educação Moral e Religiosa Católica. Para além de se desenhar o perfil do professor de Educação Moral e Religiosa Católica, apresentar-se-á uma perspectiva crítica da legitimidade da referida disciplina no atual sistema educativo. Depois de se proceder a uma contextualização da Unidade Letiva “A fraternidade” e de se descrever a turma de intervenção, será apresentada uma proposta de lecionação da mesma unidade, integrada num total de cinco aulas, para a qual se elaborará um dispositivo pedagógico e didático. Posteriormente, algumas páginas darão lugar a uma reflexão das aprendizagens realizadas. Este será, então, o terceiro capítulo, com o qual se conclui este itinerário científico, pedagógico e didático no contexto da Prática de Ensino Supervisionada.

CAPITULO I – A RESPONSABILIDADE DA FRATERNIDADE

“O tempo urge. Não temos o direito de ficar simplesmente a acariciar a alma. De ficarmos fechados no nosso mundinho...pequenino. Não temos o direito de nos sentirmos tranquilos e de gostarmos de nós próprios. Como me amo! Não, não temos esse direito”¹.

Coexistir implica experienciar alegrias e tristezas. Porque partilhamos o mesmo mundo ao longo da história da humanidade, somos e estamos constantemente entre e com os outros. Apesar de únicos, somos, portanto, responsáveis pela condição existencial de todos. Talvez devêssemos conjugar uma condição de existência relacional, quer em número singular, quer em número plural, de tal forma que “eu”, “tu” e “ele” sentíssemos o consciente dever de entre “nós”, “vós” e “eles” espectarmos uma vivência amorosa projetada no futuro imediato. Isto porque é urgente a fraternidade. Esta parece encontrar-se esquecida por entre as artérias do coração do Homem, que se isola, não raras vezes, no recôndito egoísta do próprio ser.² O caminho da vida adquire significado num caminhar lado a lado, ou num encontro face a face³, sem sentimentos de grandeza ou superioridade perante os outros companheiros de itinerário. Estes traços ensaiam um esboço de *fraternidade*, pois esta só se concretiza nas obras do quotidiano.

1. O problema do individualismo na sociedade

Sabemos que o mundo social é edificado através de aglomerados de pessoas individuais. Como encarar, então, a questão do individualismo, numa sociedade de

¹ Paulo AIDO, *Francisco. O Papa dos Pobres*, Ed. Zebra Publicações, 2013, p. 47.

² Apesar disso, “o homem está em relação também consigo mesmo e pode refletir sobre si próprio. As Sagradas Escrituras falam, nesse sentido, do coração do homem. O coração designa precisamente a interioridade espiritual do homem, ou seja, aquilo que o distingue de todas as outras criaturas”. O coração designa, ainda, a vontade e a capacidade de discernimento do bem e do mal do homem. Cf. CONSELHO PONTIFÍCIO “JUSTIÇA E PAZ”, *Compêndio da Doutrina Social da Igreja*, Ed Principia, Cascais, 2005, nº 114, p. 87.

³ O filósofo franco-judeu Emmanuel Levinas que viveu entre 1905 e 1995, propôs uma conceção acerca do modo como um sujeito pode estar em relação. Defendeu a relação face a face com o outro, como algo que não pode ser descrito através de afirmações gerais ou regras de conduta que, devido à sua própria natureza são, por si só, abstratas e impessoais. Cf. Thomas MAUTNER (dir.), *Dicionário de filosofia*, Ed. 70, Lisboa, 2010, p. 447, col. 2.

recíprocas redes que, como uma manta de retalhos, ao invés de todos unir, parece isolar cada indivíduo na particularidade de cada um?

O Homem da sociedade atual parece apresentar um fraco compromisso com os outros. Constantemente ensimesmado, parece esquecer-se que o mundo não gira apenas em torno de si próprio e que, sozinho, nada é. Tendencialmente relativista caminha, por vezes, acompanhado de sentimentos de indiferença perante situações que a todos deveriam inquietar. A sua existência parece caminhar solitária e acomodada, atirando-o para o abismo do vazio existencial e conseqüentemente relacional. O Papa Francisco lança um sério apelo que se considera pertinente no contexto atual e que, de alguma forma, nos motiva a prosseguir um caminho de reflexão consciente.

“Ser um povo: habitar juntos o espaço (...). Recuperar a vizinhança, o cuidado, a saudação. Romper o primeiro cerco do mortal egoísmo, reconhecendo que vivemos junto de outros, com outros, dignos da nossa atenção, da nossa amabilidade, do nosso afeto”⁴.

Mas a sociedade é composta por uma panóplia de indivíduos, revestidos das mais diferentes características, já o dissemos. Independentemente das capacidades que cada um apresenta, a sociedade tem obrigação de incluir em si todos os indivíduos. Educam-se as crianças no sentido da aceitação do deficiente, do de outra raça, do respeito pelo idoso, do que apresenta mobilidade reduzida, no fundo educa-se para a inclusão social e na realidade verificamos que os mais frágeis e indefesos nem sempre são acarinhados e respeitados. Os desejos individuais sobrepõem-se, muitas vezes, às necessidades e condição dos outros. Viveremos numa sociedade onde reina a máxima: *olha para o que eu digo, não olhes para o que eu faço?*

Fabricante e autor da sua própria liberdade, o ser humano constrói uma trajetória de vida pautada por um percurso na qual a chegada está relacionada com a felicidade própria e na qual, às vezes, pouco lhe importa a condição alheia. Mas estará a humanidade condenada ao fracasso do individualismo? Sem querer cair em convicções demasiadamente pessimistas, reconheçamos que, de facto, viver de um modo egocêntrico é viver na mentira, pois conhecedores de tantas vidas periclitantes, não podemos alhear-nos da verdade e ignorar a dura realidade que todos os dias observamos. Ao percebermos que partilhamos a vida com todos os outros homens e mulheres, não podemos abdicar de uma

⁴ Jorge BERGOGLIO (Papa Francisco), *O Verdadeiro Poder é Servir* (tradução de Maria João Vieira), Nascente Editora, Braga, 2013, p. 102 e 103.

abertura ao mundo. Não deveria o amor ser uma estratégia primordial? Contudo, amar o próximo implica estar verdadeiramente atento ao sofrimento, à solidão e à tristeza imerecidos por tantos. Neste sentido, lembra-nos o Papa Francisco, “cada um é único. Todos importam totalmente e singularmente. Todos nos devem importar”⁵.

Nesta lógica de pensamento, atentemos no número 125 do *Compêndio da Doutrina Social da Igreja*, que refere “A pessoa não pode jamais ser pensada unicamente como absoluta individualidade, edificada por si mesma ou sobre si mesma, como se as suas características próprias não dependessem mais de outros que de si mesma”⁶.

Tendo em conta a unicidade e irrepitibilidade do ser humano, todas as considerações que se possam aqui tecer serão insuficientes face à complexidade do ser enquanto pessoa. Discursar acerca dela é refletir sobre cada um de nós, homens e mulheres que partilham uma sociedade carregada de questões controversas, de conflitos, de interesses pessoais, ambições próprias. Verifica-se que o caminho mais fácil para a saída do desconforto relacional, causado algumas vezes pelo choque de opiniões, é muitas vezes o fechamento individualista e narcisista, como uma situação mais imediata e menos trabalhosa, ao invés de uma inquietação face ao incómodo que os outros podem causar. Refere, a este propósito, o filósofo jesuíta Paul Valadier que

“Por si só, a afirmação de que há uma série de culturas e de pessoas de que nos poderíamos ‘desembaraçar’ sem inconveniente é um gravoso testemunho de indiferença em relação ao outro, tipicamente relativista; mas, essas culturas e essas pessoas, têm elas necessidade da nossa aprovação para existir? Como dar provas de maior presunção do que situá-las em relação às nossas próprias necessidades?”⁷.

Mas entender o conceito de *pessoa*, implica reconhecê-la como ser em relação, como ser formatado geneticamente para o diálogo e a comunicação, no fundo, para o *amor*. Lembra Gavaert que “a unicidade da pessoa se revela sobretudo na comunicação interpessoal”⁸, uma vez que “desde o momento em que existe o outro, que se apresenta diante de mim, a sua presença constitui uma chamada, uma exigência de reconhecimento e

⁵ Paulo AIDO, *Francisco. O Papa dos Pobres*, *op.cit.*, p. 46.

⁶ CONSELHO PONTIFÍCIO “JUSTIÇA E PAZ”, *op.cit.*, nº 125, p. 93.

⁷ Paul VALADIER, *A Moral em Desordem. Em defesa da causa do Homem* (tradução de Maria Joana Chaves), Ed. Instituto Piaget, Lisboa, 2002, p. 87.

⁸ Joseph GEVAERT, *El problema del Hombre. Introducción a la antropología filosófica*, Ed. Sigueme, Salamanca, 2005, p. 60 (a tradução das transcrições é da minha inteira responsabilidade).

amor”⁹. O que é, afinal, o amor senão comunicação? Portanto, este individualismo é descabido, pois ninguém poderá ser feliz se estiver só. Além disso, todo aquele que caminha erroneamente iludido no seu fechamento individual, não se direciona para o verdadeiro sentido de *pessoa* preconizado por Mounier¹⁰. Enquanto ser individual camuflado no meio de atitudes egoístas e hedonistas, o Homem dificilmente reconhecerá que alguém próximo, ou distante de si reclama atenção.

Nesta linha de pensamento dedica-se algumas linhas deste Relatório a uma breve abordagem ao estudo do sociólogo François de Singly que desenvolveu uma investigação na qual se pretendeu demonstrar que, entre as crianças, a partilha do mesmo quarto, pode influenciar a aprendizagem da fraternidade de tal forma que, “elas obtêm territórios pessoais dentro do quarto comum, instaurando, uma combinação espacial do individual, do coletivo, do indivíduo ‘só’ e do indivíduo ‘com’ ”¹¹. No entanto, verificou-se que a escolha e adoção por quartos individuais é dominante, pois “através do relato das mães percebe-se que as crianças reivindicam principalmente uma apropriação pessoal dos espaços e dos bens”¹². Ainda que relacionado com um espaço físico muito particular, este estudo levamos a entender que “a individualização se tornou uma norma educativa, estendendo-se ao conjunto da sociedade”¹³. Assim os pais que optam por um quarto comum para os filhos são “partidários da partilha”, não encorajando, desta forma, a “propriedade privada pessoal”¹⁴. A partilha um espaço comum, o quarto em concreto, representa, no entender de Singly, “um projeto de fraternidade” que os pais delineiam para os seus filhos e que, apresentando as suas raízes na família, se alastram para outros contextos sociais. Além disso, os pais que optam por quartos comuns para os seus filhos estão convictos de que “encorajada, a generosidade fraterna deve ser uma barreira contra o excesso de fechamento em si mesmo”¹⁵ e o caminho que se opõe ao individualismo.

Martin Buber lembra-nos também que:

⁹ *Ibidem*, p. 61.

¹⁰ Emmanuel Mounier viveu entre 1905 e 1950. O seu perfil filosófico caracteriza-se pela autonomia e valor da pessoa, como detentora de um conjunto de valores que se adotam livremente. Apresenta o *personalismo* comopositor a tendências desumanizadoras. Em Mounier o conceito de “indivíduo” contrasta com o de “pessoa”. O “indivíduo” caracteriza-se pelo superficial, pelo egocêntrico, pelo inautêntico. Contrariamente, a “pessoa” vive pautada por valores e relaciona-se através de um espírito de comunidade com os outros. Cf. Thomas MAUTNER (dir.), *Dicionário de filosofia, op. cit.*, p. 398, col. 1.

¹¹ François DE SINGLY, *Livres Juntos. O individualismo na vida comum* (tradução de Carlos Aboim de Brito), Publicações Dom Quixote, Lisboa, 2000, p. 105 e 106.

¹² *Ibidem*.

¹³ *Ibidem*.

¹⁴ *Ibidem*, p. 114.

¹⁵ *Ibidem*, p. 115.

“Quando, ao caminhar, encontramos um homem que se aproxima de nós em sentido contrário, também caminhando, conhecemos apenas a nossa parte do caminho, não a sua; só no encontro é que o seu percurso ganha vida para nós. Do perfeito processo relacional só sabemos, à maneira de vivência já feita, a nossa partida, o nosso trajeto. A outra parte acontece-nos, não a conhecemos. Acontece-nos no encontro”¹⁶.

Na verdade, só no encontro se estabelecerá uma verdadeira relação, deixando para trás aquilo que é individualismo, egoísmo, hedonismo e narcisismo. Encontramos, precisamente neste ponto de reflexão, aspetos se cruzam e que, de alguma forma, abrem rasgos que nos conduzem a compreender a alteridade como um estatuto a defender.

2. A descoberta afetiva do “outro” como uma responsabilidade comum

“ Responsabilidade significa (...) em última instância, não tanto responder pelos meus atos, mas corresponder a uma interpelação. E essa interpelação é, precisamente, a vocação originária para ser o que devo ser e, desse modo, contribuir para que o Espírito realize a obra de salvação. Na medida em que respondo a essa interpelação, assumo a minha responsabilidade de criatura que responde à interpelação do Criador. Nessa responsabilidade, sou responsável por tudo e por todos”¹⁷.

O Homem é o conjunto das suas relações, uma vez que se revela como alguém que existe juntamente com os outros no mundo, realizando-se, assim, de uma forma não só pessoal, mas também comunitária. É, por isso, responsável em relação a si e aos outros. Mas para que se exerça este sentido de responsabilidade individual e coletiva deve o Homem, antes de mais, fazer reger a sua vida através de valores que o engrandecem na sua ação perante os outros. Pode representar em si mesmo um conjunto de todos os valores: *valores vitais ou corpóreos*, que são todos aqueles que correspondem a todas as necessidades vitais e primárias como comer, beber e dormir; *valores do espírito*, onde cabe o mundo da cultura, com a arte, as ciências, a filosofia... Estes valores vinculam, de alguma forma, o Homem aos outros seres humanos; os *valores da pessoa e valores éticos* referem-se ao conjunto das pessoas ou à própria pessoa enquanto tal, uma vez que estes valores

¹⁶ Martin BUBER, *Eu e Tu* (Tradução de Artur Morão e Sofia Favila), Ed. Paulinas, Prior Velho, 2003, p. 80.

¹⁷ João DUQUE, *O Excesso do Dom*, Lisboa, Ed. Alcalá, 2004, p. 74.

reconhecem qualquer pessoa como valor supremo. De certa forma, estes surgem associados aos valores morais (revestem o comportamento humano e reconhecem a dignidade própria da existência humana).¹⁸

A pessoa concreta relaciona-se com os outros. O sentido da vida da pessoa humana não encerra o sentido da vida em si mesmo. Afirmando antes que o sentido depende, em larga escala, da relação com todos aqueles que se cruzam na sua vida. Ora, a este propósito, Gevaert adverte que

“não podemos dizer que o homem disponha do sentido último da sua existência. Afirmando que o homem não se pode considerar um meio em sentido absoluto não significa que seja autossuficiente para alcançar o sentido último da sua existência. (...) O sentido depende totalmente da relação com os outros, com o *Tu*. O fim do homem deve consistir em estar, de algum modo, numa relação com outro *Tu*”¹⁹.

Percorrendo as palavras de Fernando Savater, com facilidade nos deixamos conduzir e encantar pelo seu modo de entender o ser humano como algo resultante de um certo “contágio social”²⁰. Na verdade, compreendemos que, através de uma dinâmica recíproca infinita somos humanos porque fomos contagiados com a humanidade dos outros. Segundo o autor, dificilmente seríamos o que somos se os outros não fizessem parte das nossas vidas, embora, muitas vezes tenhamos dificuldade em “ser *com* os outros”²¹. Aquilo que se verifica é que, muitas vezes, o convívio em sociedade implica limitações ou imposições à liberdade do ser humano, uma vez que o Homem nunca é aquilo que realmente desejaria ser, é, em última instância, o que os outros exigem que ele seja.

O filósofo francês, dramaturgo, romancista e crítico social Jean-Paul Sartre²² deu voz a uma personagem, numa das suas peças, na qual protagonizou a célebre frase “l’enfer

¹⁸ Cf. Joseph GEVAERT, *El problema del Hombre...*, op. cit., p. 199.

¹⁹ *Ibidem*, p. 201.

²⁰ Fernando SAVATER, *As perguntas da vida*, op. cit., p. 192.

²¹ *Ibidem*.

²² A sua filosofia acentuava uma enorme noção de liberdade e um poderoso e intransigente sentido de responsabilidade pessoal. Sartre defende um *eu*, como um projeto contínuo no mundo e não apenas autoconsciência enquanto tal (“Penso, logo existo”). Defendeu, entre outros aspetos, que o Homem está sempre a tentar definir-se a si próprio, mas é sempre uma «questão em aberto», ou seja, um *eu* ainda não feito. Na sua perspectiva, o Homem possui um desejo frustrado de ser Deus, de ser, ao mesmo tempo *em-si* e *para-si* definido e livre. Defende, ainda, que a experiência que o Homem tem dos outros é a experiência de *ser observado* e não a de um espectador ou a da curiosidade. Defendeu o marxismo em harmonia com os princípios existencialistas. Nasceu em 1905 e faleceu em 1980. Cf. Thomas MAUTNER (dir.), *Dicionário de filosofia*, op. cit., p. 665-667.

c'est les Autres"²³, expressando precisamente, que a dependência do Homem relativamente aos outros pode levar, muitas vezes, a conflitos básicos.²⁴ Não obstante, esta afirmação não conotará a falsa ilusão de um paraíso solitário? Em alguma circunstância poderia a felicidade estar associada ao isolamento?

Apesar disso, “por muito mau que possa ser para nós lidar com os outros, nunca será tão irrevogavelmente aniquilador como seria a ausência completa de relações, o ser plena e perpetuamente ‘desconhecidos’ por aqueles que nos devem reconhecer”²⁵. Afinal, reconheçamos, que bom que é viver *com e para* os outros, mesmo apesar das adversidades, das dificuldades de entendimento, das quezílias, das inquerências, das desilusões que a convivência em sociedade possa despoletar. Vejamos, em jeito de balanço, numa visão retrospectiva do meu final de dia, analiso que me dirigi aos outros de modo cordial, estive atenta às necessidades do momento de cada um, revelei prontidão na esfera do gesto solidário. Não estive focada apenas em mim mesma, mas naquele “Tu” que se apresenta diante de mim, mas que faz parte do meu “Eu”, porque ele é-o comigo e faz parte de mim, ainda que não seja *eu*, “já que tornar-se humano nunca é coisa de um só, mas tarefa de vários”²⁶. Mas é o mesmo Savater quem levanta a sábia questão de como transformar a discórdia humana (decorrente do emaranhado relacional de que todos fazemos parte) numa concórdia social. Esta questão afigura-se, no presente Relatório, uma questão essencial, uma vez que na leção da Unidade Letiva “A fraternidade” dar-se-á, entre outros aspetos, relevância à importância dos grupos para o relacionamento humano (cf. capítulo III, 2.3).

Sendo o Homem um ser social, em muito se parece com os seus semelhantes, de tal modo que chega mesmo a pragmatizar um desejo mimético, “as mesmas coisas essenciais: reconhecimento, companhia, proteção, abundância, diversão, segurança... Mas parecemo-nos tanto que, muitas vezes, apetece-nos as mesmas coisas ao mesmo tempo (materiais ou simbólicas) e disputamo-las uns aos outros”²⁷. Desta forma, os interesses comuns acabam por contribuir para afastar as pessoas entre si e tornar, inclusivamente, as suas relações mais hostis, revelando, assim, um rosto nefasto do reverso da medalha. Apesar destas adversidades, decorrentes de uma convivência em sociedade, onde o tempo parece minguar e através do qual não raras vezes nos desculpamos pela insuficiente atenção aos outros, é Savater quem afirma que

²³ “O inferno são os Outros”, Jean-Paul SARTRE, *Huis Clos suivi de Les Mouches*, Éd. Gallimard, 1947, p. 93 (a tradução da transcrição é da minha responsabilidade).

²⁴ Cf. Thomas MAUTNER (dir.), *Dicionário de filosofia*, op. cit., p. 666, col 2.

²⁵ Fernando SAVATER, *As perguntas da vida*, op. cit., p. 195.

²⁶ *Ibidem*, p. 195.

²⁷ *Ibidem*, p. 200.

“Ninguém chega a tornar-se humano se está só: tornamo-nos humanos uns aos outros. A nossa humanidade foi-nos ‘contagiada’: é uma doença mortal que nunca teríamos desenvolvido se não fosse a proximidade dos nossos semelhantes! Passaram-no-la de boca em boca, pela palavra, mas antes ainda pelo *olhar*: quando ainda estávamos muito longe de saber ler, já tínhamos lido a nossa humanidade nos olhos dos nossos pais ou de quem, em seu lugar, nos deu atenção”²⁸.

É ainda através deste filósofo que percebemos que os interesses pessoais e comuns não podem, em caso algum, colidir com a dignidade humana e com tudo aquilo que ela representa. Assim, define a dignidade humana defendendo que a inviolabilidade da pessoa humana deve ser entendida como algo a respeitar, sem que em caso algum ela possa representar um “simples instrumento para a realização de fins gerais”²⁹. Assim, se reconhece a autonomia de cada um na elaboração dos planos pessoais de vida, pelo que cada ser humano deve ser, no seu entender, tratado de acordo com a própria conduta existencial, não devendo ter-se em consideração características não essenciais à sua humanidade.³⁰ O autor define, ainda, a mesma dignidade humana como uma “exigência de solidariedade com a infelicidade e sofrimento dos outros”³¹, uma vez que “a sociedade dos direitos humanos deve ser a instituição na qual *ninguém* fique abandonado”³². Na prática, o “ser *com* os outros”³³ a que Savater nos habitua no percurso da sua obra, implica este descentramento de mim e projeta-nos numa responsabilidade afetiva de reconhecimento fraternal daqueles que são conosco seres em sociedade e que partilham conosco o pódio da vida. Assim, podemos afirmar que *o outro* que se cruza no mundo é, para mim, um rosto de Deus. No modo como me encontro com os demais, deve espelhar-se o amor de Deus.

Mas a descoberta, enquanto reconhecimento da responsabilidade afetiva que tenho perante o *outro* não se pode concretizar sem a solidariedade. Diz-nos o professor João Duque que “a nossa solidariedade para com os outros é de *com-paixão*, no sentido originário da palavra (sofrer-com) e não de *compaixão* no sentido vulgar do termo: de

²⁸ *Ibidem*, p. 191.

²⁹ *Ibidem*, p. 209.

³⁰ Como por exemplo “raça, etnia, sexo, classe social” Cf. Fernando SAVATER, *As perguntas da vida*, op. cit., p.209.

³¹ *Ibidem*.

³² *Ibidem*.

³³ *Ibidem*, p. 192.

condescendência superior, de mera tolerância”³⁴. Existe, uma consciência de pertença a uma condição humana que é comum ao Homem e este, por sua vez, constrói a sua identidade ao interagir permanentemente com os outros no mundo. Assim, este sentido originário de solidariedade, enquanto *sofrimento-junto-com*, encerra em si mesmo o sentido de responsabilidade, enquanto sentimento profundo de pertença igualitária a uma condição humana. Mas pertencer na mesma medida à condição de ser humano não coincide com uma definição de identidade, baseada num fechar-se em si mesmo ou em relação aos outros, uma vez que,

“ Em realidade, nenhuma identidade se constrói ou se descobre pelo isolamento, pela mera introversão, pela conceção do indivíduo em si mesmo. (...) Esta pressupõe a existência e a consciência de uma diferença, que radica precisamente na particularidade de cada pessoa”³⁵.

O segredo – se é que assim o poderemos considerar – reside precisamente nesta “consciência de diferença”, pois só será possível ao Homem avistar afetivamente o “outro” se encarar essa mesma descoberta como uma responsabilidade comum. Apenas desta forma, o relacionamento interpessoal alcançará o apogeu da harmonia.

3. Compreender a fraternidade como alteridade. Contributo de Martin Buber

Neste ponto do Relatório, debruçar-me-ei essencialmente sobre a obra *Eu e Tu* de Martin Buber³⁶, por considerar que esta, em muito terá contribuído para uma compreensão da conceção da esfera relacional do ser humano. Apesar disso, não é meu objetivo trazer aqui um trabalho hermenêutico pormenorizado da obra citada, mas antes, compreender os contributos deste pensamento filosófico e os seus subsídios para uma compreensão da vivência fraterna.

Tendo em conta que apenas ao Homem é acessível, tanto o conhecimento como o diálogo, o texto buberiano apresenta-nos a questão de Deus a partir de uma perspetiva antropológica. Assim, Buber começa por situar a questão de Deus “*a partir e através do*

³⁴ João DUQUE, *O Excesso do Dom*, op. cit., p. 75.

³⁵ *Ibidem*, p. 9.

³⁶ Filósofo judeu, nasceu a 8 de Fevereiro de 1878, em Viena. O seu pensamento foi fortemente influenciado pelo misticismo hassídico. Estudou Filosofia e História da Arte na Alemanha. Estudou Nietzsche, Bergson e Kierkegaard e privou com Max Sheler. Uma vez imigrado na Palestina em 1938, foi professor de Ciência Religiosa e Ética Judaica na Universidade de Jerusalém, onde faleceu a 13 de Junho de 1965.

Homem”³⁷. Pensa o sujeito a partir de uma linha de pensamento dialógico³⁸, na qual destaca a forte presença de um *Tu* humano e divino e na qual “o encontro com Deus, Tu-absoluto, [se] verifica pela relação inter-humana”³⁹. Assim, entendemos que o ser humano atinge a plenitude do seu ser, na medida em que se relaciona, comunica e se direciona plenamente para o outro, para o totalmente Outro, Deus,

“É aberto antes de tudo, ao infinito, isto é a Deus, porque com a sua inteligência e a sua vontade se eleva acima de toda a criação e de si mesmo (...). É aberto também ao outro, aos outros homens e ao mundo, porque somente enquanto se compreende em referência a um *tu* pode dizer *eu*. Sai de si, da conservação egoísta da própria vida, para entrar numa relação de diálogo e de comunhão com o outro”⁴⁰.

No plano da linguagem o autor distingue duas fontes de pensamento: as pessoas (o *Tu*) e as coisas (o *Isso*). É através da linguagem que o ser humano verbaliza as suas potencialidades e se expressa enquanto ser social, em toda a sua dimensão.

Assim, ao adentrar-mos nas palavras fundamentais de Buber, percebemos que elas preconizam duas atitudes diferentes entre si: a da “relação ontológica” e a da “experimentação objetivante”. A primeira está intimamente ligada com o proferir “*Eu-Tu*”; a segunda, com o proferir “*Eu-Isso*”. Quando o homem assume a atitude *Eu-Tu*, encontra verdadeiramente o Ser. Contudo, o Eu do *Eu-Isso* não apresenta qualquer afinidade com a alteridade, uma vez que esta se define como não-pessoal. Isto verifica-se, uma vez que “duplo é o mundo para o homem de acordo com a sua dupla atitude. Dupla é a atitude do homem, de acordo com as duas palavras fundamentais que ele é capaz de formular”⁴¹. Na perspectiva de Buber, proferir *Tu*, implica, desde logo, *relação*, uma vez que “a palavra fundamental *Eu-Tu* funda o mundo da relação”⁴². Entre a palavra fundamental *Eu-Tu*, não deve existir nenhum fim. Por sua vez, se existir um meio para alcançar esse fim, existe também um obstáculo à relação, e “só onde todos os meios se desintegram tem lugar o

³⁷ Manuel BRAGA DA CRUZ, “Martin Buber, a Antropologia como Teofania”, in *Revista Portuguesa de Filosofia*, 27 (1971) p. 369.

³⁸ Buber defende uma superação na racionalidade da dialética de Hegel (defensor do aspeto antitético do real). Sublinha uma dialética que se caracterize pela “racionalidade do processo de superação da contradição do real”. O método dialógico, marcado pela forma vital, situa-se “no plano ontológico das atitudes assumidas global e fundamentalmente”. Cf. *Ibidem*, p. 369.

³⁹ *Ibidem*, p. 370.

⁴⁰ CONSELHO PONTIFÍCIO “JUSTIÇA E PAZ”, *op.cit.*, nº 130, p. 95.

⁴¹ Martin BUBER, *Eu e Tu*, *op. cit.*, p. 7.

⁴² *Ibidem*, p. 10.

encontro”⁴³. Além de mais, “a pessoa emerge ao entrar em relação com outras pessoas. (...) A finalidade da relação é a sua própria natureza, isto é o contacto do *Tu*. Através do toque de cada *Tu*, roça-nos um sopro de vida eterna”⁴⁴. Por este motivo, o *Tu*, adverte o autor, não se experimenta, pois a “experiência é a lonjura do *Tu*”⁴⁵. Toda a vida é encontro, bem o sabemos, e nesta medida, “o *Tu* encontra-me por graça – não deve ser achado pela busca”⁴⁶. Mas o *Tu* não apresenta nem um espaço concreto, nem um tempo determinado, pois “no dia em que se pretendesse situar o *Tu*, ou descrevê-lo, ele deixaria de ser *Tu*, para passar a ser *Isso*.(...) O *Tu* não é descritível nem situável, porque não é composto de partes. Define-o a simplicidade”⁴⁷. Ele é *o outro* sob a forma de um horizonte transcendental do *Eu*⁴⁸, já “o mundo do *Isso* tem coesão no espaço e no tempo”⁴⁹.

Na verdade, o homem, ser espiritual e livre, só poderá alcançar o seu *Eu* em plenitude se se dispuser à alteridade. Para haver alteridade, já se referiu, tem que haver necessariamente relação e, ao participar no mundo da relação, o Homem estabelece o diálogo (tão urgente nos nossos dias). E uma vez que não existe relação sem alteridade também não pode acontecer encontro ou diálogo sem que haja “diferenciação ou separação”.⁵⁰ Neste sentido, o autor enfatiza que o essencial dá-se *entre* o Homem, no seu “face a face”. Além disso, como salienta o autor, “torno-me *Eu* no *Tu*”; “ao tornar-me *Eu*, digo *Tu*. Toda a verdadeira vida é encontro”⁵¹. Buber, define a alteridade enquanto relacionada com o lado intrínseco do ser pessoal, que é o mesmo que dizer, como “constitutivo intrínseco da pessoa humana”⁵², ou seja, a pessoa, entendida a partir da consciência, é compreendida como uma alteridade, que constitui intrinsecamente o seu ser. Por outro lado, aponta como situação preocupante quando o Homem não apresenta qualquer presença de um *Tu* em si mesmo e quando tudo que o rodeia se torna num *Isso*, cujo fundamento constitui o mundo das coisas e dos objetos.

⁴³ *Ibidem*, p. 16.

⁴⁴ *Ibidem*, p. 66.

⁴⁵ *Ibidem*, p. 13.

⁴⁶ *Ibidem*, p. 15.

⁴⁷ Manuel BRAGA DA CRUZ, “Martin Buber, a Antropologia como Teofania”, *op. cit.*, p. 379.

⁴⁸ Cf. *Ibidem*, p. 373.

⁴⁹ Martin BUBER, *Eu e Tu*, *op. cit.*, p. 36.

⁵⁰ Cf. Manuel BRAGA DA CRUZ, “Martin Buber, a Antropologia como Teofania”, *op. cit.*, p. 375.

⁵¹ Martin BUBER, *Eu e Tu*, *op. cit.*, p. 15.

⁵² Manuel BRAGA DA CRUZ, “Martin Buber, a Antropologia como Teofania”, *op. cit.*, p. 370. Também nos lembra o professor João Duque que “a alteridade é, como tal, a mais profunda marca da identidade cristã”, João Manuel DUQUE, *O Excesso do Dom*, *op. cit.*, p. 27.

Adverte o autor que

“há homens de tal modo fixos numa orientação pessoal que se podem chamar pessoas, e outros de tal forma incrustados numa direção individual e exclusiva que se podem chamar seres privativos. Quanto mais o homem, quanto mais a humanidade for dominado pelo ser privativo, tanto mais o *Eu* se afunda na irrealidade”⁵³.

Reforçando as palavras de Buber entendemos que, ao distinguir as duas atitudes que determinam as “palavras-princípio”, o filósofo defende que a consciência do Homem pode proferir uma ou outra das palavras “Eu-Tu” ou “Eu-Isso”, sendo que a primeira, está relacionada com a reciprocidade e o dinamismo da relação, já acima referida, visto que “relação é reciprocidade. O meu *Tu* atua em mim, tal como eu nele atuo”⁵⁴, (entendendo-se aqui uma expressão de mutualidade, a que Buber chama *amor*⁵⁵ e que não é entendido, na sua ótica, como um sentimento, mas antes como um agir-no-mundo, em que o *Eu* e o *Tu* se apresentam como intervenientes). A segunda, de índole diferente, prende-se com o assumir, por parte do Homem, uma consciência associada a um objeto, encarando-a como uma coisa, um interesse, e na qual este se deixa subjugar passivamente a esse domínio. Na verdade, “o Eu do Eu Isso, não pode constituir diálogo, mas apenas experiência”⁵⁶, uma vez que ele observa as coisas “com uma lupa objetivante”⁵⁷. Por outro lado, o *Eu*, ao dizer *Eu-Tu*, “não conhece empiricamente aquele com que se relaciona”⁵⁸. Nesta linha de pensamento, pode afirmar-se que a identidade do Homem se realiza, então, assente numa lógica de diferença, uma vez que

“A vivência dessa identidade dá-se em permanente referência à presença real-simbólica de Deus entre nós, enquanto *Deus-pão*, na constante relação ao perene excesso de sentido e de vivência, que constitui a marca de alteridade da identidade cristã, precisamente pensada como diferença, na relação ao diferente: porque se trata do Deus-outro, o outro/Outro é o nuclear foco da referência da identidade cristã”⁵⁹.

⁵³ Martin BUBER, *Eu e Tu*, *op. cit.*, p. 68.

⁵⁴ *Ibidem*, p. 20.

⁵⁵ Cf. *Ibidem*, p. 85.

⁵⁶ Manuel BRAGA DA CRUZ, “Martin Buber, a Antropologia como Teofania”, *op. cit.*, p. 379.

⁵⁷ *Ibidem*.

⁵⁸ *Ibidem*, p. 380.

⁵⁹ João DUQUE, *O Excesso do Dom*, *op. cit.*, p. 29.

Não obstante, é impossível ao ser humano viver sem a consciência do *Isso*, uma vez que este experiencia o mundo das coisas, no próprio mundo em que vive. É-nos apresentado como um mundo conhecido empiricamente, onde as coisas estão ordenadas e classificadas em realidades espaciais e temporais. Contudo, neste, o Homem não faz experiência da sua existência. Adverte, a este propósito, o professor Manuel Braga da Cruz que é muito ténue a linha que separa o mundo do *Isso* e o mundo do *Tu*, “podemos por isso falar de uma reversibilidade do Tu ao Isso (...) Esta reversibilidade é a da própria vida do homem, oscilando entre o mundo da relação e o mundo da experiência”⁶⁰. Quanto à possibilidade apresentada de um *Isso* se poder vir a tornar um *Tu*, ou o *Tu*, se reverter num *Isso*, Buber justifica-a através da existência de um *Tu inato* presente em cada “palavra princípio”.

Buber destaca, na terceira parte da sua obra *Eu e Tu*, que a verdadeira relação se concretiza, através da dinâmica de reciprocidade do encontro entre Deus e o Homem e entre o Homem e Deus, ao afirmar que “as linhas das relações, prolongadas, cruzam-se no Tu eterno”⁶¹, no “totalmente Outro” e no “*mysterium tremendum*”⁶². Ele não pode, por isso, deixar-se perder no isolamento, na solidão, nele deve estar presente a aceitação da presença relacional pois

“para quem ingressa na relação absoluta já nada de particular importa (...). Adentrar-se na relação pura, não significa abstrair de tudo, mas ver tudo no Tu; não significa renunciar ao mundo, mas pô-lo na sua base. Desviar os olhos do mundo não nos ajuda a acercar-nos de Deus; fixar o olhar no mundo também não facilita o caminho para Ele; mas quem nele vê o mundo está na sua presença”⁶³.

Ora, através da intuição buberiana compreendemos que a alteridade só é consumada de um modo pleno quando esta entende a transcendência como horizonte. Ao relacionar-se na totalidade e na reciprocidade com o *Tu eterno* – que “por sua natureza não pode tornar-se um *Isso*”⁶⁴ – o Homem realiza-se enquanto pessoa, enquanto sentido pleno da existência e, portanto, enquanto autêntico Ser.

⁶⁰ Manuel BRAGA DA CRUZ, “Martin Buber, a Antropologia como Teofania”, *op. cit.*, p. 380.

⁶¹ Martin BUBER, *Eu e Tu*, *op. cit.*, p. 79.

⁶² Cf. *Ibidem*, p. 79 e 83.

⁶³ *Ibidem*, p. 83.

⁶⁴ *Ibidem*, p. 114.

4. Síntese conclusiva

Em síntese, destaca-se a acrescida responsabilidade de viver em fraternidade que a pessoa apresenta, ao imergir numa dinâmica de interação com os outros no mundo. Vimos que a pessoa é entendida como resultado de um “contágio social”, que muitas vezes leva a choques de opiniões e situações de conflito. Tal como refere o Papa Francisco “todo o encontro humano e vitalmente comprometido acaba por ser, ao mesmo tempo conflituoso pela exigência de abnegação e de renúncia aos próprios egoísmos”⁶⁵. Apesar disso, “o conflito não se deve só à agressividade natural do homem, mas também, e especificamente, ao seu desejo de realização”⁶⁶. Contudo, o “contágio” do qual se falou reclama e impõe solidariedade. De que modo? Cada pessoa deve apresentar a responsabilidade da disponibilidade do acolhimento fraterno, através de um espírito de entreajuda e que sob a forma de “contágio” alcançaria uma espécie de atitude universal que transformaria o mundo num autêntico lugar de fraternidade. A Teóloga Isabel Varanda demonstra uma sensível preocupação face a este aspeto. Evidenciando um sentimento de inquietação face à atual condição social humana refere que:

“a nossa condição social é parecida com a de um equilibrista em cima da corda. Em alguns espetáculos é colocada uma rede, para o caso de ocorrer uma queda. Mas se não houver rede, a queda pode ser fatal. Da mesma maneira, é urgente perceber que temos de canalizar esforços e vontades para tecer redes humanas de proximidade, que nos amparem nas quedas, a uns e a outros. Sem as redes de solidariedade e de fraternidade, dificilmente sobreviveremos”⁶⁷.

Por outro lado, o ser humano está muito recetivo à novidade científica e tecnológica e tudo aceita à distância de um *clic*. Aprecia a imediatez das coisas e tudo parece querer objetivar. Paradoxalmente, aproxima-se de tudo e afasta-se de todos. Cria laços virtuais com maior facilidade do que olha o outro com a urgência de dele cuidar. Na verdade, criam-se espaços de conforto pessoais, esquecendo o desconforto da humanidade.

Através do estudo de Buber, sem ter sido nossa intenção pretender fazer uma interpretação exaustiva da obra *Eu e Tu*, foram explorados alguns aspetos que transparecem um pensamento peculiar acerca do relacionamento humano. O pensamento

⁶⁵ Jorge BERGOGLIO (Papa Francisco), *O Verdadeiro Poder é Servir*, op. cit., p. 90.

⁶⁶ Joseph GEVAERT, *El problema del Hombre...*, op. cit., p. 58.

⁶⁷ Isabel VARANDA, *Na noite mora a promessa*, Ed. Paulinas, Prior Velho, 2014, p. 78.

buberiano, como se viu, evidencia a preocupação da interação com *o outro*, num face a face de reciprocidade relacional, no qual *o outro* é encarado de forma particularmente instauradora de humanismo, que complementa o ser humano de um modo absolutamente profundo. É Buber quem nos presenteia também com uma visão de Deus a partir da existência humana. O conhecimento de Deus, na sua perspectiva, é alcançado através de uma relação dialógica, visto que a vida humana só poderá ser verdadeiramente vivida através da ação pessoal e do diálogo. Através dele o Homem encontra a sua transcendência e através do *Tu* individual ele caminha na direção do *Tu* eterno.

CAPITULO II – CONTRIBUTOS PARA UMA CULTURA DA FRATERNIDADE

“Não queremos passar indiferentes perante o irmão; não queremos destruir- nos entre irmãos. Queremos encontrar-nos como irmãos, trabalhar para que esta cultura fraternal do encontro seja realidade. E, neste caminho, esforçamo-nos para mudar no coração aquilo que nos impede de sermos mais irmãos”⁶⁸.

1. A perspectiva cristã

O Cristianismo implica na pessoa de Jesus Cristo uma concepção da relação aos outros como doação de si, como um “ser-para-o-outro” e não um “ser-em-função-de-si-mesmo”. Neste conceito de diferença situa-se a tolerância e o acolhimento do outro diferente de mim, como afirmação primordial dessa mesma diferença. Podemos ainda considerar que “o cerne do cristianismo, enquanto religião, reside na concepção da sua relação aos outros como doação de si, e não como conquista dos outros para si”⁶⁹.

⁶⁸ Jorge BERGOGLIO (Papa Francisco), *O Verdadeiro Poder é Servir...*, op. cit., p. 147.

⁶⁹ João DUQUE, *O Excesso do Dom*, op. cit., p. 327.

1.1 Alcançar a fraternidade: a Encíclica *Caritas in Veritate*

Neste ponto do Relatório configurou-se oportuno sistematizar a importância da Carta Encíclica *Caritas in Veritate* do Papa Bento XVI, para se compreender os subsídios que dela advém para a vivência da fraternidade na sua plenitude, não como uma meta a atingir, ou um lugar estático que se possa alcançar, mas como um caminho humanamente sustentável a percorrer ao longo da história.

Na parte introdutória desta encíclica, datada de 29 de Junho de 2009, o Papa Bento XVI pretende sublinhar a importância do amor como sendo uma potência comprometedora, generosa e avassaladora do bem. Nesta perspectiva, a caridade encontra-se em estreita ligação com a verdade, uma vez que “pode ser reconhecida como expressão autêntica de humanidade e como elemento de importância fundamental nas relações humanas, nomeadamente de natureza pública”⁷⁰. Contudo, sabe-se que atualmente a sociedade se encontra negligente face à verdade, insubmissa, até, a este valor tão fundamental para vivência da fraternidade entre os povos. Ora, sem verdade, a caridade encontra-se comprometida. Mas os valores do Cristianismo apresentam-se-nos proficientes para uma “receita” de viver, onde o “amor ao próximo” deveria por si só bastar para que se estabelecesse relações de confiança, honestidade e amizade entre o ser humano. Apesar disso, nunca o mundo se apresentou tão carente de verdade, nem tão pouco de caridade. Desta forma, verificamos que

“O desenvolvimento, o bem-estar social, uma solução adequada dos graves problemas sócio-económicos que afligem a humanidade precisam desta verdade. Mais ainda, necessitam que tal verdade seja amada e testemunhada. Sem verdade, sem confiança e amor pelo que é verdadeiro, não há consciência e responsabilidade social, e a actividade social acaba à mercê de interesses privados e lógicas de poder, com efeitos desagregadores na sociedade, sobretudo numa sociedade em vias de globalização que atravessa momentos difíceis como os atuais”⁷¹.

A encíclica em questão reforça a ideia de que “o amor na verdade – *caritas in veritate* – é um grande desafio para a Igreja num mundo em crescente e incisiva globalização”⁷². Aponta-nos, entre outras, uma preocupação: “o risco do nosso tempo é

⁷⁰ PAPA BENTO XVI, Carta Encíclica *Caritas in Veritate* (29 de Junho de 2009), nº 3, in AAS 101, 8 (2009) 642.

⁷¹ *Ibidem*, nº 5, in AAS 101, 8 (2009) 644.

⁷² *Ibidem*, nº 9, in AAS 101, 8 (2009) 646.

que, à real interdependência dos homens e dos povos, não corresponda a intenção ética das consciências e das inteligências, da qual possa resultar um desenvolvimento verdadeiramente humano”⁷³. Mas não podemos esquecer que “a consciência é o centro mais secreto e o santuário do homem, no qual se encontra a sós com Deus, cuja voz se faz ouvir na intimidade do seu ser. Graças à consciência revela-se de modo admirável aquela lei que se realiza no amor de Deus e do próximo”⁷⁴. De um modo ousado, asseguro que a própria consciência é a morada da verdade, na qual o Homem se reconhece a si mesmo ou, pelo menos, tenta percorrer um “caminho” interior.

Sabemos que o homem pós-moderno, se encontra ansioso pelo alcance da verdade, mas muitas vezes imerso na dúvida sobre si mesmo e sobre o sentido da existência, parece sentir-se ilimitado nos seus desejos, apesar de uma certa mentalidade positivista defender a ilusão de que, com as conquistas científicas e técnicas, garante, por si só, o total domínio do seu destino.⁷⁵ No entanto, isto não ajuda senão a agravar as dúvidas que o perseguem.

Estes aspetos lançam à Igreja um desafio mas são, também, sinal de esperança no futuro. Para conduzir o Homem a Cristo, a Igreja não poderá manter-se à margem da cultura e da sociedade mas deve ir ao encontro dela, dialogar, compreender o seu modo de pensar, sentir e agir e “incarnar” nela, ora sendo instância crítica, ora, como propõe Arnaldo Pinho, a partir da “experiência de valor e sentido como atestação da transcendência e como atestação do amor de Deus”⁷⁶, pelo testemunho ético e pela defesa de valores do Cristianismo como: o valor da pessoa e dignidade humana, a liberdade, a justiça, a paz, a caridade e tantos outros esquecidos ou abafados sob as pretensões da cultura pós-moderna.⁷⁷

Luís González-Carvajal vai mais adiante, sublinhando a necessidade de uma reflexão teológica profunda que dê lugar ao mistério, pondo de parte a preocupação de racionalizar, referindo:

⁷³ *Ibidem*.

⁷⁴ CONCÍLIO ECUMÉNICO VATICANO II, *Gaudium et Spes*, (7 de Dezembro de 1965), nº 16, in AAS 58 (1966) 1037.

⁷⁵ Embora a técnica esteja relacionada com a autonomia e liberdade do Homem “insere-se no mandato de ‘cultivar e guardar a terra’ (Gn 2, 15) que Deus confiou ao homem, e há-de ser orientada para reforçar aquela aliança entre ser humano e o ambiente em que se deve reflectir o amor criador de Deus” Cf. CONCÍLIO ECUMÉNICO VATICANO II, Carta Encíclica *Caritas in Veritate*, *op. cit.*, nº 69, in AAS 101, 8 (2009) 702.

⁷⁶ Arnaldo PINHO, *Cultura da modernidade e nova evangelização*, Ed. Perpétuo Socorro, Porto, 1991, p. 80.

⁷⁷ Cf. *Ibidem*, p. 92. O autor além de referir a importância do testemunho ético como resposta do Cristianismo aos desafios da pós-modernidade e da cultura hodierna, sublinha também a importância de valorização de uma linguagem de amor, como condições essenciais para que o Cristianismo possa ser ouvido e acolhido pela cultura pós-moderna.

“Além disto, urge aproveitar a sensibilidade, tão cara à sociedade pós-moderna, e revalorizar a experiência e o silêncio meditativo; a conversão e a oração como caminhos para a experiência de Deus. Por outro lado, há que recuperar a dimensão festiva das celebrações da fé, através de uma linguagem que enfatize menos o moralismo e sublinhe os dons e as graças de Deus concedidos a cada homem”⁷⁸.

A questão do dom concedido ao Homem por Deus enfatiza-se aqui pertinente, uma vez que:

“Enquanto dom recebido por todos, a caridade na verdade é uma força que constitui a comunidade, unifica os homens segundo modalidades que não conhecem barreiras nem confins. A comunidade dos homens pode ser constituída por nós mesmos; mas, com as nossas simples forças, nunca poderá ser uma comunidade plenamente fraterna nem alargada para além de qualquer fronteira, (...) uma comunhão fraterna para além de qualquer divisão, nasce da convocação da palavra Deus - Amor”⁷⁹.

Neste sentido, reconhecemos Deus como dom, que abrange uma gratidão imensurável. Deus não só dá, como também se dá. Além de ser doação, Ele é também dom.⁸⁰ Mas se a essência de Deus é precisamente doação, por que motivo verificamos escassez de fraternidade? O Homem esquece-se que a vida humana é um dom cuja marca principal é o amor.

Ora, as relações humanas que pequem por falta de investimento relacional tendem a empobrecer a sociedade, na medida em que preconizam sentimentos de individualismo.

Evitando cair precisamente neste abismo de interesses egoístas, importa considerar “o dever que os crentes têm de unir os seus esforços com todos os homens e mulheres de boa vontade, de outras religiões ou não crentes, para que este nosso mundo corresponda efectivamente ao projeto divino: viver como uma família, sob o olhar do seu criador”⁸¹.

A encíclica sobre a qual se dedica maior reflexão neste ponto do Relatório denota alguma inquietude, se é que assim lhe poderemos chamar, relativamente à questão da crise económica mundial que assistimos atualmente. Sublinha, entre outros aspetos, a premência de uma revisão das “políticas internas de assistência e de solidariedade social”⁸² e salienta

⁷⁸ Luís CARVAJAL, *Ideas y Creencias del Hombre Actual*, Ed. Sal Terrae, Bilbao, 1991, p. 187.

⁷⁹ CONCÍLIO ECUMÉNICO VATICANO II, *Gaudium et Spes*, op. cit., nº 34, in AAS 58 (1966) 670.

⁸⁰ Cf. João DUQUE, *O Excesso do Dom*, op. cit., p. 5.

⁸¹ PAPA BENTO XVI, Carta Encíclica *Caritas in Veritate*, op. cit., nº 57, in AAS 101, 8 (2009) 692.

⁸² *Ibidem*, nº 60, in AAS 101, 8 (2009) 695.

mesmo que “um sistema de solidariedade social melhor participado e organizado (...) permitiria valorizar muitas energias, hoje adormecidas, em benefício também da solidariedade entre os povos”⁸³.

Além do mais, alerta para a importância de um “maior acesso à educação”⁸⁴, com especial enfoque para as “populações mais carecidas, que não têm necessidade apenas de meios económicos ou técnicos, mas também de métodos e meios pedagógicos que ajudem as pessoas a chegar à sua plena realização humana”⁸⁵. Na verdade, esta preocupação assume, no presente trabalho, uma relevante importância, uma vez que todo o profissional da educação deverá assumir a transmissão de um legado de conhecimento científico aos discentes, mas também educar, complementando este processo através de uma aprendizagem de domínio afetivo (cf. cap III, 1.1). Isto porque “para educar, é preciso saber quem é a pessoa humana, conhecer a sua natureza”⁸⁶. Sabemos que a questão da educação é fundamental para a criação de uma sociedade igualitária e justa, na medida em que lança sementes de sabedoria, junto dos homens e mulheres que serão peças fundamentais da edificação do tecido social. Assim, a questão da educação não deixa de ter uma correlação, até, com a questão do trabalho e vice-versa, uma vez que ambos contribuem, em larga escala, para o desenvolvimento social. Bento XVI refere a urgência de um trabalho marcado por diferentes características, mas acima de tudo que este

“seja a expressão da dignidade essencial de todo o homem e mulher : um trabalho escolhido livremente que associe eficazmente os trabalhadores, homens e mulheres, ao desenvolvimento da sua comunidade; um trabalho que, deste modo, permita aos trabalhadores serem respeitados sem qualquer discriminação; um trabalho que consista satisfazer as necessidades das famílias e dar a escolaridade aos filhos (...)”⁸⁷.

Nesta sequência, e para além da real preocupação anteriormente citada, também sublinha “a urgência de uma reforma, quer da organização das Nações Unidas, quer da arquitetura económica e financeira internacional, para que seja possível uma real concretização do conceito de família de nações”⁸⁸. Nesta linha de pensamento, compreende-se urgente que

⁸³ *Ibidem*.

⁸⁴ *Ibidem*, nº 61, in AAS 101, 8 (2009) 695.

⁸⁵ *Ibidem*, p.696.

⁸⁶ *Ibidem*.

⁸⁷ *Ibidem*, nº 63, in AAS 101, 8 (2009) 698.

⁸⁸ *Ibidem*, nº 67, in AAS 101, 8 (2009) 700.

exista uma estreita “ligação entre esfera moral e social, entre a política e esfera económica e civil que aparece já perspectivada no Estatuto das Nações Unidas”⁸⁹.

Relativamente à questão do desenvolvimento tecnológico *Caritas in Veritate*, sublinha que este “dá resposta à própria vocação do trabalho humano: na técnica, considerada como obra do génio pessoal, o homem reconhecesse a si mesmo e realiza a própria humanidade”⁹⁰. Não obstante, todos estamos conscientes de que a busca desmesurada do progresso técnico ou a obtenção do máximo rendimento gerou exageros e sofrimento: violência, poluição, fome, guerra, perigo nuclear, corrida ao armamento, provocando acentuados problemas e desigualdades ao nível social: marginalidade, aumento das desigualdades entre ricos e pobres, opressão, desemprego, clima de insegurança, competição feroz e, conseqüentemente, instabilidade familiar. Muitas vezes, parece negligenciar-se que “a chave do desenvolvimento é uma inteligência capaz de pensar a técnica e de individualizar o sentido plenamente humano do agir do homem, no horizonte de sentido da pessoa vista na globalidade do seu ser”⁹¹. Sem dúvida que o desenvolvimento da técnica representa algo de fascinante para o Homem, na medida em que minimiza determinados esforços e facilita atuações práticas quotidianas. Apesar disso, este não deve estar cegamente seduzido por ela, devendo, antes, mostrar-se capaz do seu “manuseio” responsável e comprometedoramente humano.⁹² Não obstante, nem sempre isto se verifica, uma vez que o desenvolvimento técnico assume, não raras vezes, uma pretensão absolutista, nomeadamente no que concerne à delicada questão da bioética e da biotecnologia. Lembra Savater que

“essa é a principal razão pela qual são eticamente questionáveis alguns projetos de manipulação genética ou as formas de reprodução clónica que privariam o novo ser humano de parte da sua dotação genética fruto do acaso, transformando-o em manufatura dos seus semelhantes”⁹³.

⁸⁹ *Ibidem*, nº 67, in AAS 101, 8 (2009) 701.

⁹⁰ *Ibidem*, nº 69, in AAS 101, 8 (2009) 702.

⁹¹ *Ibidem*, nº 70, in AAS 101, 8 (2009) 703.

⁹² A este propósito também a Constituição Pastoral *Gaudium et Spes* expressa a sua preocupação relativamente à organização da atividade humana, “Iguamente, tudo o que os homens podem fazer para alcançar maior justiça, mais ampla fraternidade e uma organização mais humana nas relações sociais ultrapassa o valor do progresso técnico. Pois estes progressos podem oferecer como que a matéria para a promoção humana, mas por si só não a realizam de modo algum”, CONCÍLIO ECUMÉNICO VATICANO II, Constituição Pastoral *Gaudium et Spes* (7 de dezembro de 1965), nº 35, in AAS 58 (1966) 1053.

⁹³ Fernando SAVATER, *As perguntas da vida, op. cit.*, p. 232.

Mas como poderá o Homem viver em fraternidade, diante de questões tão amplamente complexas como estas? Não estará este, inundado de sabedoria, “a alimentar uma concepção material e mecanicista da vida humana”⁹⁴? Além disso, o ser humano não se desenvolve apenas aliado à desenvoltura da técnica e da ciência, necessita, igualmente, desenvolver-se a nível espiritual, uma vez que

“O ser humano desenvolve-se quando cresce no espírito, quando a sua alma se conhece a si mesma e apreende as verdades que Deus nela imprimiu em germen, quando dialoga consigo mesma e com o seu Criador. Longe de Deus, o homem vive inquieto e está mal. A alienação social e psicológica e as inúmeras neuroses que caracterizam as sociedades opulentas devem-se também a causas de ordem espiritual”⁹⁵.

Para além destes aspetos, Bento XVI alerta “também a paz corre o risco de ser considerada uma produção técnica, fruto apenas de acordos entre governos ou de iniciativas tendentes a assegurar ajudas económicas eficientes”⁹⁶. Mas a paz deveria ser o objetivo comum da humanidade, não apenas por conveniência entre os povos ou as nações, mas porque ela é a mais bela expressão da fraternidade. Para isso, importa, porém, que o Homem reconheça no “outro” a espontânea beleza de o assumir como seu irmão. Isto, só se torna possível numa vertente pessoal de proximidade com o amor de e a Deus. É, pois, importante que estejamos “empenhados na grande tarefa de dar ao desenvolvimento e à paz um sentido plenamente humano”⁹⁷.

Vivemos atualmente numa sociedade de globalização, de proximidade, de ténues fronteiras físicas. Ilusoriamente, estes conceitos parecem aludir a uma visão de *mãos dadas entre o mundo*. Bento XVI adverte,

“A sociedade cada vez mais globalizada torna-nos vizinhos, mas não nos faz irmãos. A razão, por si só, é capaz de ver a igualdade entre os homens e estabelecer uma convivência cívica entre eles, mas não consegue fundar a fraternidade”⁹⁸.

⁹⁴ PAPA BENTO XVI, Carta Encíclica *Caritas in Veritate*, *op. cit.*, nº 75, in AAS 101, 8 (2009) p. 706.

⁹⁵ *Ibidem*.

⁹⁶ *Ibidem*, nº 72, in AAS 101, 8 (2009) 704.

⁹⁷ *Ibidem*, nº 76, in AAS 101, 8 (2009) 707.

⁹⁸ *Ibidem*, nº 19, in AAS 101, 8 (2009) 665.

1.2 A fraternidade como convicção cristã

Falar de fraternidade, na perspetiva da religião cristã, obriga-nos a uma prazerosa reflexão sobre o fundamento mais profundo da identidade de cada ser humano, fundamento esse que assume uma inabalável relação de transcendência a Deus. Só na riqueza relacional a Deus é possível aos homens e mulheres estabelecerem vínculos de afetividade onde, no infinito significado do verbo *amar*, se encontra, entre outros valores, o valor da fraternidade. A este propósito adverte Joseph Ratzinger,

“Também a relação com Deus é, ao mesmo tempo e acima de tudo, relação humana, funda-se numa comunhão dos homens; (...). Realmente, para que eu possa receber como meu este saber do outro na comunhão e o possa provar na minha própria vida, tenho eu mesmo de estar aberto a Deus. Só se em mim próprio houver um órgão de recepção pode o som do Eterno chegar até mim através de outros. (...) Mas ao mesmo tempo é verdade que Deus não se abre ao eu isolado, que exclui o fechamento individualista. A relação com Deus está ligada à relação, à comunhão com os nossos irmãos e com as nossas irmãs”⁹⁹.

Podemos afirmar, por isso, que o cristão abraça o desafio de participar numa realidade temporal. Sem se acomodar adormecido num fechamento em si próprio, precisa reavaliar a amizade, a caridade e o perdão. Colocar de lado as diferenças e projetar-se num futuro de semelhanças deve ser a prioridade. Assim, a fé e a esperança deitam por terra medos futuros de tempos conturbados.

O Evangelho segundo São João revela-nos um magnífico ensinamento, um intemporal mandamento que, por si só, resume toda a tentativa de descrever a fraternidade como convicção cristã: “Dou-vos um mandamento novo: amai-vos uns aos outros. Assim como eu vos amei, também vós deveis amar-vos uns aos outros” (Jo 13, 34). De facto, a simplicidade destas palavras convidam todos os cristãos a um modo muito particular de existir no mundo e nele participar com os outros. Não são aqui apresentadas fronteiras, nem limites, apenas uma “receita” amorosa de pura fraternidade, de amor universal, por meio de autêntica mestria de humanidade. Todavia, *amar* implica também *perdoar*, na medida em que o primeiro engloba uma dedicação à pessoa, ao *outro*, na totalidade do seu ser: com virtudes e desvirtudes. Amar, implica contemplar o meu semelhante tal como ele

⁹⁹ Joseph RATZINGER, *Olhar para Cristo. Exercícios de Fé, Esperança e Caridade* (tradução de Ana Coimbra Gonçalves), Ed. Tenacitas, Salamanca, 2006, p.40-41.

é, “também com as suas fraquezas”¹⁰⁰. Isto é-nos perceptível na medida em que compreendermos que “o amor inclui uma disponibilidade inexaurível para o perdão”¹⁰¹. Mas como instaurar uma cultura do perdão, num mundo tão marcado por hostilidades, por adversidades, pelo mal e pelo sofrimento? Mais, como transmitir aos jovens de hoje a importância do ser capaz de perdoar, reconhecendo nesta atitude um gesto nobre revestido de amor? Como fazê-los perceber que a grandeza do perdoar se configura tão urgente na nossa sociedade? Na verdade, o mundo parece padecer desta doença: *Não ser capaz de perdoar*. A Sagrada Escritura apresenta uma perspectiva de relacionamento humano, onde não são consideradas fronteiras, pois amar o inimigo representa estar em relação com todo aquele que é também amado por Deus, ainda que este represente um problema- sofrimento para mim, “Ouvistes o que foi dito: ‘amarás o teu próximo e odiarás o teu inimigo!’ Eu, porém digo-vos: amai os vossos inimigos e rezai por aqueles que vos perseguem” (Mt 5, 43-44). Não devemos descurar, porém, que “o perdão é cura, ao passo que a provação do mal seria destruição, seria aceitação da doença, e precisamente dessa forma não seria bondade para com o outro”¹⁰². Para isso, a pessoa deve reconhecer-se como fruto do amor de Deus Pai e encarar o próximo – pela sua condição humana – como alguém merecedor do máximo respeito, contribuindo, deste modo, para uma verdadeira vivência em fraternidade, uma vez que:

“Ao descobrir-se amado por Deus, o homem compreende a própria dignidade transcendente, aprende a não se contentar consigo e a encontrar o outro, numa rede de relações mais autenticamente humanas. Tornados novos pelo amor de Deus, os homens são capacitados para transformar as regras e a qualidade das relações, inclusive as relações sociais: são pessoas capazes de levar a paz aonde há conflitos, de construir e cultivar relações fraternas onde há ódio, de buscar a justiça onde prevalece a exploração do homem pelo homem. Somente o amor é capaz de transformar de modo radical as relações que os seres humanos estabelecem entre si (...)”¹⁰³.

Não obstante estas considerações, importa que sejamos capazes de viver com Jesus Cristo, reconhecendo Nele o mais belo exemplo de expressão de fraternidade. Como filho de Deus, abre caminho ao Homem para o relacionamento com o Pai. Estabelece, assim,

¹⁰⁰ *Ibidem*, p.102.

¹⁰¹ *Ibidem*.

¹⁰² *Ibidem*, p.103.

¹⁰³ CONSELHO PONTIFÍCIO “JUSTIÇA E PAZ”..., *op. cit.*, nº 4, p.24.

uma autêntica mediação entre Deus e o próprio Homem. Socorrendo-nos das palavras de João Duque, compreendemos que:

“Nesse sentido, ‘pai’, enquanto nomeação de Deus, constitui o nome-símbolo da alteridade da origem de todos e de tudo. Na nomeação, analogicamente possível, dessa origem, dá-se uma valorização simbólica da diferença e da doação – quer em relação a Deus, quer em relação aos outros”¹⁰⁴.

Por seu turno, a relação humana, só fará sentido se também ela for baseada no verdadeiro amor. A este propósito explica Joseph Ratzinger: “porque se o tom do fundo da minha vida é o amor, então só posso viver a minha relação com o próximo que Deus pôs no meu caminho a partir da aceitação, da confiança, da afirmação e do amor”¹⁰⁵. Compreende-se que, só desta forma, por meio de Jesus Cristo, somos convidados a “contagiar” o mundo de amizade. Não é difícil, mas tenhamos consciência de que

“ Ninguém chega a tornar-se humano se está só: tornamo-nos humanos uns aos outros. A nossa humanidade foi-nos ‘contagiada’: é uma doença mortal que nunca teríamos desenvolvido se não fosse a proximidade dos nossos semelhantes!”¹⁰⁶.

Pela amizade, e através desta proximidade ao outro, caminhamos desinteressadamente na sua direção. Acolher com amizade aquele que é desconhecido revela o sentido da hospitalidade humana. Assim se entende a amizade, que é: abrigo, acolhimento, prontidão, cumplicidade, compreensão e tolerância. Ela revela ser, por si só, um excelente ingrediente para a salutar convivência humana.

Todo o cristão apresenta, por isso, uma responsabilidade acrescida de enaltecer o outro, vivendo uma testemunhal fidelidade à doutrina de Jesus. Pelo que tem vindo a ser referido, compreende-se que Jesus pretende uma comunidade de amigos que se caracterize pelo verdadeiro dom da amizade, um dom livre e comum que testemunhe o autêntico amor de Deus (Cf. Jo 15, 7-17).

¹⁰⁴ João DUQUE, *O Excesso do Dom*, op. cit., p. 240

¹⁰⁵ Joseph RATZINGER, *Olhar para Cristo...*, op. cit., p.121.

¹⁰⁶ Fernando SAVATER, *As perguntas da vida*, op. cit., p. 191.

Ao mesmo tempo, tal como esclarece João Duque, “Ser-Cristão é (...) ser-pelo-outro (*archê* transcendente), ser-para-o-outro (*telos* transcendente), ser-com-o-outro (*seculum* transcendente). A alteridade é como tal, a mais profunda marca da identidade cristã”¹⁰⁷.

No enquadramento que até agora tem sido feito, entendemos o lugar de destaque que Deus ocupa no coração de cada um. À medida que discorremos no presente Relatório, sobre os diversos capítulos que ele incorpora, configura-se por vezes inevitável impedir a nossa memória de vaguear por experiências profissionais que foram palco de pequenos momentos que, por simples que tenham sido, em muito contribuem para o entendimento de algumas realidades. Se perguntarmos a uma criança de tenra idade que nos defina *Deus*, certamente irá hesitar na resposta. Mas se de seguida, lhe perguntarmos *qual é a casinha do amor*, ela responderá prontamente que *é o coração*. É curioso refletirmos sobre este tipo de respostas e o que elas podem representar para o ser humano. Afinal, proferida por uma criança, a resposta adquire uma magia enternecedora. Não é que alguém lhe tenha dito expressamente que o amor habita no coração, mas porque, provavelmente, ela o terá sentido. Tal como salienta João Duque, “em Deus, amor e ser são realidades perfeitamente permutáveis. (...) Onde se conjugam, em identidade, o ser e o amor, aí dá-se Deus; e onde se dá Deus, aí se conjugam identificando-se, o ser e o amor”¹⁰⁸. Na verdade, Deus atua no coração de cada um, pois Ele *é* Amor. Ora, o amor em tudo se relaciona com a fraternidade enquanto “convicção” cristã, pois ser cristão implica uma identificação com Jesus Cristo, implica, ainda, um descentramento de si e um abandono do egoísmo. Obriga a um redirecionar-se rumo ao próximo pela caridade, pela amizade. Ainda nesta linha de pensamento, atentemos, agora, nas palavras do Sumo Pontífice, proferidas por ocasião da celebração do quadragésimo sétimo dia mundial da paz, onde lembrou que,

“Quem aceita a vida de Cristo e vive n’Ele, reconhece Deus como Pai e a Ele Se entrega totalmente, amando-O acima de todas as coisas. O homem reconciliado vê, em Deus, o Pai de todos e, conseqüentemente, é solicitado a viver uma fraternidade aberta a todos. Em Cristo, o outro é acolhido e amado como filho ou filha de Deus, como irmão ou irmã, e não como um estranho, menos ainda como um antagonista ou até um inimigo”¹⁰⁹.

¹⁰⁷ João DUQUE, *O Excesso do Dom*, op. cit., p. 27.

¹⁰⁸ *Ibidem*, p. 47.

¹⁰⁹ Texto disponível em https://w2.vatican.va/content/francesco/pt/messages/peace/documents/papa-francesco_20131208_messaggio-xlvi-giornata-mondiale-pace-2014.html [consultado em 02-04-2015].

O evangelho joanino expressa, também, o que tem vindo a ser referido nos últimos parágrafos, uma vez que nos revela como o Homem, em compromisso com Jesus, aceita a própria condição humana e reconhece o valor de viver *para e em favor* dos outros (Cf. Jo 13, 14-17), manifestando, desta forma, autênticos horizontes de humanidade. Esta é a verdadeira proposta de Jesus para o Homem. Note-se, contudo, que esta não é uma proposta qualquer, pois, apesar da simplicidade das palavras do discurso de Jesus, esta apresenta uma intemporalidade que atravessa a história. A sua mensagem de salvação não encontra limites que a tornem obstáculo, pelo contrário, conferem esperança no presente e no futuro.

2. A família

Depois de se ter abordado algumas considerações sobre a vivência da fraternidade como uma convicção cristã, configurar-se-á agora oportuno dedicarmos, parte deste Relatório, a uma reflexão relacionada com a temática da família, onde, por analogia, a entenderemos, à partida, como célula vital de desenvolvimento de uma sociedade que se desenha potencialmente fraterna.

A família é uma instituição basilar, de tal forma que, nenhuma sociedade consegue existir sem ela. Esta deve ser, por excelência, a primeira escola de humanismo, o primeiro espaço de encontro, de relação e de amor testemunhado e vivenciado para a criança, logo desde o seu nascimento. Ela representa um espaço de partilha, de união, de segurança e consequente equilíbrio na construção da sua identidade. As relações assentes numa base de confiança representam um “porto de abrigo”, onde a abundante fonte de amor espelha a felicidade dos elementos que a constituem. A família é um bem inestimável e a primeira escola de amor onde existe uma preparação para a vida em sociedade. Ela ensina a experimentar, desde muito cedo, a vivência quer da diferença, quer do sentimento de pertença, pois ela “é o lugar onde se transmitem e se podem aprender desde os primeiros anos de vida valores como fraternidade, lealdade, amor à verdade e ao trabalho, respeito e solidariedade entre as gerações (...)”¹¹⁰.

¹¹⁰ SÍNODO DOS BISPOS, III Assembleia Geral Extraordinária do Sínodo dos Bispos, *Os Desafios Pastorais da Família no Contexto da Evangelização. Instrumentum Laboris*, A Família e a vocação da pessoa em Cristo, Cap. IV (p. 31-49), nº 32, Cidade do Vaticano, 2014.

2.1 O exemplo transmitido no interior da família

No convívio e partilha do espaço lar encontram-se pessoas com características diferentes entre si. Todos devem aprender a respeitá-las e a aceitá-las na sua genuinidade, estando conscientes do seu sentimento de pertença através dos laços que os unem e que lhe conferem unidade.

Tendo em conta que parte deste relatório se relaciona com a instrução e educação de crianças que frequentam o 5º ano de escolaridade do ensino básico, dedicaremos parte da nossa reflexão a esta faixa etária, uma vez que são essencialmente estas que, desde cedo, absorvem o exemplo transmitido pelos agentes educadores.

Ora, inicialmente a criança vive a sua experiência de abertura aos mais próximos e com os quais mantém ligações de afetividade para, posteriormente, à medida que se desenvolve física e psicologicamente, direcionar o seu olhar atento para situações sociais que extravasam o *locus* familiar. Desenvolve o seu sentido crítico perante realidades sociais que observa, preparando-se para paulatinamente, contribuir para a construção de uma sociedade mais justa, equilibrada e verdadeira, onde todos são chamados a acolher os seus irmãos, tal como refere a primeira Carta de São João:

“Porque esta é a mensagem que ouvistes desde o princípio: que nos amemos uns aos outros. Não como Caim: pertencendo ao maligno, matou o próprio irmão. E porque o matou? Porque as obras de Caim eram más, e as do seu irmão eram justas.

Não estranheis, irmãos, se o mundo vos odeia. Nós sabemos que passamos da morte para a vida porque amamos os irmãos. Quem não ama, permanece na morte. Todo aquele que odeia o seu irmão é assassino, e sabeis que nenhum assassino tem dentro de si a vida eterna. Compreendemos o que é o amor, porque Jesus deu a vida por nós; portanto, nós também devemos dar a vida pelos irmãos” (1 Jo 3, 11-16).

Como ser a educar, a formar e a amar, à criança deve reservar-se especial atenção. Por ser frágil e indefesa, carece de inúmeros cuidados e atenções. Homens e mulheres de pequeno tamanho hoje, deveriam tornar-se “grandes” homens e mulheres amanhã. Para isso, precisam que os adultos reúnam as capacidades de os ajudar a construir uma personalidade assente em valores de dignidade humana. Desta forma, é importante que todos reconheçam o valor social da infância. Mas será que isto se verifica? Onde estará

esse reconhecimento? Qualquer cidadão atento se mostra comovido e incomodado com a realidade a que assiste, de uma maneira ou de outra, quer perto de si, quer na rua, na cidade ou país vizinho: crianças sem acesso a uma habitação digna, sem acesso à alimentação básica, sem acesso à educação, órfãs, exploradas sexualmente, usadas para conflitos armados, trabalho infantil. É evidente que estas problemáticas levar-nos-iam para áreas de estudo mais complexas que não nos cabe aqui explorar. No entanto, todos sabemos que é urgente pôr fim a realidades dolorosas como as anteriormente citadas, sendo que para isso seria fundamental uma revisão sobre o modo de atuação político e execução penal. Onde estará o valor da infância num mundo que assiste a atrocidades cometidas com crianças e que deveria salvaguardar os seus direitos mais básicos? Sabemos que os mais novos, pelas características anteriormente apresentadas necessitam se ser respeitados e protegidos, precisam de apoio e orientação por parte dos elementos mais responsáveis que constituem.

As características intrínsecas às famílias sofreram, porém, alterações ao longo dos tempos, sendo que as suas variações apresentam na base as modificações a que a sociedade assistiu. Debruçando-nos um pouco sobre as funções da família em tempos mais remotos, constatamos que outrora esta apresentava uma função básica, assente na subsistência, mas que apesar disso não era menos importante e enriquecedora, não obstante os traços de simplicidade que a caracterizavam:

“produção económica (agrícola ou artesanal) e de consumo. Nesta instituição residia a capacidade produtiva da sociedade. (...) agente de educação e transmissão de valores culturais e religiosos (...) mantinha-se assim uma cultura tradicional onde a transmissão de valores era estável e sólida; espaço para a socialização primária e secundária nas suas dimensões pessoais, afetivas e interpessoais”¹¹¹.

No seio da família o indivíduo deve reconhecer uma função humanizadora, pois através de um ambiente natural de afeto e de verdade se experimenta o respeito à relação pessoal entre o “eu” e o “tu”. É, pois, na família que o homem observa e percebe as primeiras noções de bem e de verdade. Ela deve representar um exemplo transmissor do valor da solidariedade, expressa em pequenos gestos do quotidiano, mas que se tornam de extrema importância na constituição dos vínculos afetivos entre os seus elementos. Além disso, nela devem coabitar o compromisso do cuidado, da estima, do respeito. Por outras palavras, do amor. Assim, é imperioso que na família exista um clima de afetividade muito

¹¹¹ Agostín MORTALLA, *Ética de la vida familiar, Claves para una ciudadanía comunitaria*, Ed. Descleé de Brouwer, Bilbao, 2006, p. 39.

particular, onde reine a orientação, o apoio e o diálogo de forma a alicerçar a construção de uma identidade pessoal equilibrada. Pais, avós, irmãos contribuem grandemente para essa vivência. A família deve ser a primeira escola onde se aprende as primeiras virtudes da sociedade. Se o respeito pelos elementos que a constituem for prática habitual, se o olhar atento e comprometido para o *outro* estiverem presentes nos gestos de cada um, por extensão, é com naturalidade que estes gestos se alastram e extravasam a instituição familiar. É deste modo que a família apresenta indubitavelmente a sua função socializadora, abrindo caminho para a criação de uma sociedade consciente dos seus direitos e deveres, “nesse sentido, devem as famílias crescer na consciência de que são ‘protagonistas’ da chamada ‘política familiar’ e assumir a responsabilidade de transformar a sociedade”¹¹².

A família tem um papel preponderante e insubstituível na educação dos filhos, “o amor paterno e materno, colocando-se ao serviço dos filhos para extrair deles (*e-ducere*) o melhor de si, tem a sua plena realização precisamente na tarefa educativa”¹¹³. Mas abordar o tema da família implica que nos debruçemos sobre o casal, protagonista de um vínculo afetivo de suporte à família, exemplo vivo de amor, tal como nos é apresentado no primeiro testamento: “Depois, da costela que tinha tirado do homem, Javé Deus modelou uma mulher, e apresentou-a ao homem. Então o homem exclamou ‘Esta, sim, é osso dos meus ossos e carne da minha carne! Ela será chamada mulher, porque foi tirada do homem!’ Por isso, um homem deixa seu pai e sua mãe, e une-se à sua mulher, e os dois tornam-se uma só carne” (Gn 2, 22-24). O amor conjugal deve, pois, ser a fortaleza principal da consistência familiar. Nele devem estar representados a autenticidade e a verdade para que, homem e mulher, unidos, assumam a séria responsabilidade parental, no contributo de uma educação dos filhos biológicos ou adotados, de abertura à vida, de respeito pelos outros e de amor ao próximo. Assim, “o matrimónio é uma singular comunhão de pessoas. Na base de tal comunhão, a família é chamada a tornar-se comunidade de pessoa. É um compromisso que os noivos assumem «diante de Deus e da Igreja»”¹¹⁴. Este mesmo compromisso entre o casal deve representar também o compromisso de responsabilidade para com os filhos, pois eles representam uma “extensão” de si, enquanto concretização no amor. Assim, as palavras de consentimento matrimonial – “Recebo-te por minha esposa (por meu esposo), e prometo ser-te fiel e

¹¹² PAPA JOÃO PAULO II, Exortação Apostólica *Familiaris Consortio*, nº 44, AAS 74, 1982, p.136; Cf. CONSELHO PONTIFÍCIO “JUSTIÇA E PAZ” ..., *op. cit.*, p. 171.

¹¹³ CONSELHO PONTIFÍCIO “JUSTIÇA E PAZ” ..., *op. cit.*, nº 239, p. 166.

¹¹⁴ SECRETARIADO GERAL DO EPISCOPADO, Papa João Paulo II, *Carta às Famílias*. 1994- Ano da Família, Ed. Rei dos Livros, p. 29.

honrar-te, tanto na prosperidade como na provação, por toda a nossa vida”¹¹⁵ – são exemplo de disposição para uma relação recíproca baseada no respeito, na confiança e no apoio incondicional mútuo e “indicam o que deve ser o bem comum da futura família”¹¹⁶. No entanto, a Igreja questiona ainda os noivos no sentido de apurar a sua disposição de acolher os filhos e educá-los cristãmente, pois “a paternidade e a maternidade representam uma tarefa de natureza conjuntamente física e espiritual; através daquelas, passa realmente a genealogia da pessoa, que tem o seu princípio eterno em Deus e a Ele deve conduzir”¹¹⁷. Ora, nesta linha, a Sagrada Família representa um ícone de modelo ideal a seguir, isto porque “o amor de Deus resplandece de maneira peculiar na família de Nazaré, ponto de referência seguro e de conforto de cada família. Nela refulge o amor verdadeiro para o qual todas as nossas realidades familiares devem olhar para haurir luz, força e consolação”¹¹⁸.

Quantas vezes se tenta perceber o comportamento de algumas crianças que apresentam inquietude, elevada falta de concentração, atitudes agressivas e comportamentos violentos, cujas circunstâncias nunca o justificariam e ao tornarmo-nos conhecedores do seu contexto familiar, percebemos as razões de tal modo de estar e de se comportar. Evidentemente que nalguns casos outras são as razões. Sabe-se, porém, que por vezes, estas são crianças que apresentam situações familiares críticas e que, por isso, influenciam o modo de estar e de se relacionar com os outros. Na verdade, nalguns casos os jovens testemunham realidades que deveriam ser poupadas a crianças de tão tenra idade.

Sabemos que em determinados casos a família apresenta dificuldades em estabelecer relações de confiança entre os elementos que a constituem pois, muitas vezes, nela não se encontra espaço para o diálogo nem entre os cônjuges, nem mesmo entre pais e filhos. Apesar de todos constituírem uma família, constatam-se o isolamento e a solidão dos elementos que a integram. Numa tentativa de explanar alguns problemas que estão na base destes comportamentos será oportuno debruçarmo-nos sobre algumas situações problemáticas internas à família, cuja preocupação está bem patente na segunda parte do segundo capítulo do *Instrumentum Laboris*:

“(…) São evidenciadas a insuficiência e até a incapacidade de construir relações familiares devido ao sobrevir de tensões e conflitos entre os cônjuges, causados pela falta de confiança recíproca e de intimidade, ao domínio de um cônjuge

¹¹⁵ *Rituale Romanum, Ordo celebrandi matrimonium*, nº 62, *ibidem*.

¹¹⁶ *Ibidem*, p. 30.

¹¹⁷ *Ibidem*, p. 31.

¹¹⁸ SÍNODO DOS BISPOS, III Assembleia Geral Extraordinária do Sínodo dos Bispos..., *op. cit.*, nº 159.

sobre o outro, mas também pelos conflitos geracionais entre pais e filhos. O drama relevado nestas situações é o progressivo desaparecimento da possibilidade de diálogo, de tempos e espaços de relação: a falta de partilha e de comunicação faz com que cada um enfrente as próprias dificuldades na solidão, sem qualquer experiência de ser amado e, por sua vez, de amar”¹¹⁹.

Nalguns casos constata-se complexidade nas relações familiares e a carência de uma convivência salutar, chegando mesmo a verificar-se desagregação da família. No topo desta fragmentação está a questão relacionada com o divórcio ou a separação dos casais, que não raramente afeta as relações entre pais e filhos. Assim, a família que deveria representar uma célula alargada, parece estar abraços com o cerco do indivíduo em si mesmo. *Família* deveria ser sinónimo de multiplicação e não de divisão e nem tão pouco de individualismo. Por outro lado, “em determinados contextos culturais recorda-se com insistência a poligamia como um dos fatores desagregantes do tecido familiar”¹²⁰.

Um outro problema que merece a nossa atenção, relaciona-se com a violência psicológica, física e até sexual exercida entre os elementos da família. Com maior incidência sobre as mulheres e as crianças, as agressões físicas e verbais são, na verdade, comuns e mesmo aceitáveis em determinadas culturas, paralelamente a esta triste realidade “recorda-se também o terrível fenómeno do feminicídio com frequência ligado a profundos distúrbios relacionais e afetivos, e consequência de uma falsa cultura de posse”¹²¹. Na verdade a violência doméstica nas suas mais diversas formas e o desmembramento familiar representam um enorme impacto negativo na visão da conceção de família. Por aquilo que se vive no interior da mesma podem, muitas vezes instalar-se traumas psicológicos na pessoa: medos, ansiedades, receios, entre outros. Podem, ainda, influenciar o modo como se age no interior da nova família que no futuro, se poderá constituir.

Outro fenómeno que tem vindo a assistir-se nas sociedades hodiernas é o aumento voraz da dependência de substâncias como o álcool e as drogas. Estas não estão isentas de afetar a qualidade das relações entre os membros das famílias, chegando mesmo a condicionar drasticamente a qualidade das relações, exercendo um impacto muito negativo no interior das mesmas. Por outro lado, fruto do desenvolvimento industrial e social surge a dependência crescente face às novas tecnologias. A televisão apresenta um número infindável de canais, que pela sua diversidade de programas se torna algo de apetecível e mesmo viciante. Já para não falar do conteúdo dos mesmos que, na maioria das vezes,

¹¹⁹ *Ibidem*, nº 64.

¹²⁰ *Ibidem*, nº 65.

¹²¹ *Ibidem*, nº 66.

representam exemplos desviantes, promovendo uma cultura de desrespeito e do “vale tudo”. Por falta de regras incutidas, as crianças passam um número infindável de horas em frente ao ecrã, assistindo a programas que pouco ou nada têm de didático e que lhes transmitem exemplos a não seguir. A televisão veio, assim, roubar o espaço que anteriormente estava destinado às brincadeiras entre pais e filhos, ao acompanhamento da vida escolar, ao cuidado dedicado aos avós, em suma, ao diálogo e interação entre os membros da família. Além da televisão, também os telemóveis e os computadores, inundados de *software* e de jogos promotores do entretenimento, vieram retirar espaço de vivência familiar. A *internet*, embora útil quer para crianças em idade escolar, quer para adultos em exercício profissional, veio alterar profundamente o modo de relacionamento entre os elementos da família. Ela representa uma excelente ferramenta de comunicação, essencialmente para as famílias que apresentam elementos emigrados. Auxilia, de certa forma, na “aproximação” dos que estão fisicamente longe, mas afasta, muitas vezes, aqueles que estão perto e partilham a mesma casa, de tal forma que

“também em família se tende cada vez mais a comunicar através da tecnologia. Acaba-se assim, por viver relações virtuais entre os membros da família, onde os meios de comunicação e o acesso á internet se substituem cada vez mais às relações. A este propósito faz-se presente não só o risco da desagregação e da desunião familiar, mas também a possibilidade que o mundo virtual se torne uma verdadeira realidade substitutiva (em particular na Europa, América do Norte e Ásia) ”¹²².

Para a criança, deixa de haver, assim, tempo para brincar e viver a sua infância na mais bela plenitude. Mais, deixa até de privar com aqueles e aquelas que deveriam ser fonte de valores fundamentais para a construção do edifício do seu ser. No fundo, para aqueles que contribuem para a importante construção do alicerce da sua identidade pessoal. A sociedade civil parece encontrar-se comodamente adormecida a um estado anormal de vivência relacional. Por este motivo, parece estar comprometida a vivência da fraternidade, pois a interação presencial escasseia e empobrece a riqueza afetiva da preocupação com o *outro* e da dedicação aos demais.

¹²² *Ibidem*, nº 68.

2.2 O problema social do (des)emprego

A questão do emprego e da inexistência deste exercem atualmente um enorme impacto sobre a família. Isto porque a sociedade hodierna apresenta uma exigência extrema em termos laborais, quer em volume de trabalho exigido, quer em número de dias e horas solicitados. Ora, os ritmos de trabalho alucinantes, conjugados com horários alargados, que ausentam os elementos da família por largas horas, reúnem ingredientes perigosos para a construção de famílias diluídas, distantes em si mesmas, e onde a educação dos filhos e o diálogo entre os congêneres se resume quase a um beijo de “até amanhã”. Sem se aperceber disso, o Homem está a destruir a si mesmo. Mais do que isso, está a escravizá-lo e a privá-lo de relação. A este propósito refere a *Instrumentum Laboris*:

“ Em primeiro lugar, regista-se a dificuldade de organizar a vida familiar comum no contexto de uma incidência dominante do trabalho, que exige que a família seja cada vez mais flexível. Os ritmos de trabalho são intensos e em certos casos extenuantes; os horários muitas vezes demasiado prolongados, que nalguns casos se alongam também ao domingo: tudo isto impede a possibilidade de estar juntos. Devido a uma vida cada vez mais convulsa, os momentos de paz e de intimidade familiar tornam-se raros”¹²³.

As sociedades em desenvolvimento vivem num estado de consumismo assustador. A ânsia do ter, em detrimento do ser, levanta questões amplamente complexas. O consumismo, que invadiu a sociedade industrializada, ocupou um lugar primordial no indivíduo que parece afirmar a sua identidade na quantidade e na qualidade dos bens materiais que tão vincadamente deseja obter. Como se a sua felicidade dependesse, em larga escala, daquilo que possui ou ostenta vaidosamente. Ora, esta concentração gradativa no ter e não no ser também parece influenciar a qualidade das relações entre os membros da família. Busca-se, a todo custo “o carreirismo e a competitividade”, vendo neles modos de valorização pessoal e reconhecimento social, sem se questionar aspetos consequentes que deles podem advir. Assim, as expectativas sociais adquirem, em alguns casos, elevado peso sobre o indivíduo.¹²⁴ Esta cultura de expectativas não deixa, contudo, de apresentar aspetos positivos para o desenvolvimento do indivíduo e da sociedade. A formação académica, o lugar no mercado de trabalho e a posterior eventual promoção na carreira

¹²³ *Ibidem*, nº 70.

¹²⁴ Cf. *Ibidem*, nº 74.

profissional representam indubitavelmente uma mais-valia para o Homem. Apesar disso, verificamos que, por vezes, exageradas expectativas depositadas desde a infância fazem ressentir a vida familiar e mesmo a vivência da fé.¹²⁵ Por outro lado, ocupam-se os tempos livres da criança com inúmeras atividades para além da escola. Pretende-se preencher os “espaços vazios”, onde a convivência com os pais, irmãos e avós deveria ocupar importante destaque.

Algumas famílias que se encontram numa situação económica mais favorável investem na formação dos seus educandos, oferecendo-lhes a possibilidades de frequentar atividades extracurriculares, a fim de lhes proporcionar um leque mais vasto de conhecimentos, suplantando aqueles que a escola pública lhes apresenta.

Mas se por um lado, encontramos na sociedade pessoas que dedicam grande parte do seu tempo às questões laborais e depositam elevadas expectativas relativamente à formação curricular dos seus educandos, por outro, sabemos que muitas há que vivem na constante exclusão do trabalho e na incerteza das condições do mesmo. Escasseando o recurso económico proveniente da precariedade do trabalho, por arrasto, descuidam algumas vezes a formação dos seus filhos, não lhes sendo possível o acesso a uma formação complementar extra escola pública. Algumas famílias vivem situações preocupantes no que concerne ao trabalho, sustento da família e educação dos filhos, situações essas que abalam fortemente a qualidade das relações intrafamiliares. A este propósito o Papa Bento XVI espelha a sua preocupação referindo:

“ Todavia, quando se torna endémica a incerteza sobre as condições de trabalho, resultante dos processos de mobilidade e desregulamentação, geram-se formas de instabilidade psicológica, com dificuldade em construir percursos coerentes na própria vida (...) hoje o desemprego provoca aspetos novos de irrelevância económica do indivíduo (...). A exclusão do trabalho por muito tempo ou então uma prolongada dependência da assistência pública ou privada corroem a liberdade e a criatividade das pessoas e as suas relações familiares, causando enormes sofrimentos a nível psicológico e espiritual”¹²⁶.

Certo é que deparamos atualmente com inúmeros casos de pobreza extrema, crescente entre as famílias. Estamos cientes também da influência que esta conjuntura desfavorável representa no seio da família e das consequências que acarreta no âmago da

¹²⁵ Cf. *Ibidem*, nº 76.

¹²⁶ PAPA BENTO XVI, Carta Encíclica *Caritas in Veritate...*, *op. cit.*, nº 25, in AAS 101, 8 (2009) 660.

sua rede relacional, pois na verdade, “o meio familiar e social, o caráter dos pais, o clima de segurança ou de discórdia que reina em casa, as dificuldades de alojamento e de dinheiro, os irmãos, as irmãs formam o solo onde cresce a criança”.¹²⁷ Uma criança que vive entre angústias de escassez económica pode desenvolver uma atitude de fechamento à sociedade, onde vive o constrangimento de não poder participar ativamente nas atividades que a sociedade solicita e que, nalguns casos, os colegas com quem privam diariamente participam.

Frequentemente a escola pública dinamiza atividades inseridas nos Planos Anuais de Atividades promovidas por cada Departamento Curricular. Estas atividades são, no fundo, uma “aula no exterior”, onde o aluno contacta diretamente com as teorias que foram apresentadas e transmitidas nas aulas. Pelo seu caráter lúdico e pedagógico, grande parte destas assumem enorme atratividade e motivação junto dos alunos. Contudo, constata-se frequentemente que certos alunos são privados de nelas participar, por falta de recursos económicos das famílias. Este é apenas um exemplo concreto que os profissionais de educação mais atentos constatarem e que espelha as desigualdades sociais, visíveis também em contexto escolar.

Famílias que vêm os seus rendimentos provir da assistência pública necessitam apresentar uma grande capacidade de gestão de economia familiar, definindo as suas despesas mais prioritárias, como gastos com habitação, saúde e alimentação. Situações tanto de ausência de emprego, como de prolongada dependência da proteção social por parte de um ou até dos dois elementos do casal, estão a motivar atualmente o processo migratório que se verifica em ascensão em vários países. Ora, em busca de novas oportunidades de trabalho ou empregos melhor remunerados para fazer face à subsistência “pais e, em medida crescente, mães, vêm-se obrigados a abandonar a família por motivos de trabalho. A distância de um dos pais tem consequências graves quer sobre os equilíbrios familiares quer sobre a educação dos filhos”¹²⁸. Sacrificando a família, luta-se pela subsistência a fim de reduzir as dificuldades económicas internas à mesma.

Devido à crise económica que os países em vias de desenvolvimento e mesmo os desenvolvidos apresentam, verificamos que o “lugar” que deveria ser de relação por excelência, representa uma abertura para o caminho da desagregação, da preocupação e da falta de estabilidade emocional entre os membros que a constituem.

¹²⁷ Jacques SARANO, *Conhecer-se e conhecer os outros*, Ed. Paulinas, Sacavém, 1980², p. 127.

¹²⁸ SÍNODO DOS BISPOS, III Assembleia Geral Extraordinária do Sínodo dos Bispos..., *op. cit.*, nº 72.

Por tudo isto que dissemos, sabemos que a família não está imune a crises internas, pois é frequentemente abalada pelas influências culturais, sociais e económicas que perturbam a sua harmonia.

Todavia, se olharmos para o mundo como uma “família alargada” constatamos que a falta de fraternidade alimenta a pobreza, contudo, a vivência desta vencê-la-ia. Como forma e exemplo de promover a fraternidade estará “o desapego vivido por quem escolhe estilos de vida sóbrios e essenciais, por quem, partilhando as suas riquezas, consegue assim experimentar a comunhão fraterna com os outros”¹²⁹.

Assim, o caminho desta reflexão que tocou alguns aspetos particulares da sociedade e de diferentes exemplos de vivências familiares rasga caminho para um itinerário de indagação pessoal, onde dificilmente se alcançarão respostas objetivas, mas que abalam o íntimo de cada um, mais, lançam-nos um desafio: o repensar a responsabilidade a ter para com os nossos *irmãos*. Não será urgente restaurar a relação fraterna? Na verdade, aquilo que se verifica é que

“em muitas sociedades, sentimos uma profunda pobreza relacional, devido à carência de sólidas relações familiares e comunitárias; assistimos, preocupados, ao crescimento de diferentes tipos de carências, marginalização, solidão e de várias formas de dependência patológica. Uma tal pobreza só pode ser superada através da redescoberta e valorização de relações fraternas no seio das famílias e das comunidades, através da partilha das alegrias e tristezas, das dificuldades e sucessos presentes na vida das pessoas”¹³⁰.

3. A disciplina de Educação Moral e Religiosa Católica

A disciplina de Educação Moral e Religiosa Católica encontra-se, atualmente, nos currículos do ensino básico e secundário desde o primeiro, até ao décimo segundo ano de escolaridade. Ela representa, em contexto escolar, não só um lugar privilegiado de aprendizagem de conteúdos, mas também um espaço de abertura à alteridade e ao mistério da relação existente no encontro de cada aluno. Importa, neste ponto do Relatório,

¹²⁹ Papa Francisco, *Fraternidade, fundamento e caminho para a paz*, disponível em <http://www.cnbb.org.br/imprensa/internacional/13419-mensagem-do-papa-francisco-para-o-dia-mundial-da-paz> [consultado no dia 28/02/2015].

¹³⁰ SÍNODO DOS BISPOS, III Assembleia Geral Extraordinária do Sínodo dos Bispos..., *op. cit.*, nº 72.

fazer um breve contexto legislativo acerca da oportunidade que a disciplina de EMRC representa em contexto escolar e enquadrá-la legalmente no atual sistema educativo.

Recuando até ao ano de 1940, ano em que foi assinada, na cidade do Vaticano, a Concordata entre República Portuguesa e a Santa Sé, percebemos a importância da mesma para o estabelecer de uma base jurídica que regulamentasse a disciplina de EMRC nos estabelecimentos de ensino público não superior.¹³¹ Ora, o artigo 21º desta Concordata refere que

“O ensino ministrado pelo Estado nas escolas públicas será orientado pelos princípios da doutrina e moral cristãs tradicionais no País. Consequentemente ministrar-se-á o ensino da religião e moral católicas nas escolas públicas elementares, complementares e médias aos alunos cujos pais, ou quem suas vezes fizer, não tiverem feito pedido de isenção.(...).

Para o ensino da religião católica, o texto deverá ser aprovado pela Autoridade eclesiástica e os professores serão nomeados pelo Estado de acordo com ela; em nenhum caso poderá ser ministrado o sobredito ensino por pessoas que a Autoridade eclesiástica não tenha aprovado como idóneas”¹³².

A lecionação da disciplina de EMRC no ensino público tinha sido regulada pelo Decreto-Lei nº 323/83, de 5 de julho, em consonância com a diretriz estabelecida no artigo nº 21 da Concordata de 7 de Maio de 1940 e confirmada a 15 de fevereiro de 1975, através de um protocolo adicional. Este Decreto-Lei trouxe alguma sistematização na regulamentação da referida disciplina em termos de regime jurídico, uma vez que nele assumem fulcral importância os princípios emanados da Declaração dos Direitos do Homem e pactos das Nações Unidas.

Mas a Lei n.º 46/86 de 14 de Outubro, que estabelece a Lei de Bases do Sistema Educativo, no Artigo 3º, alínea b) estipula que o sistema educativo se organiza de forma a “contribuir para a realização do educando, através do pleno desenvolvimento da personalidade, da formação do carácter e da cidadania, preparando-o para uma reflexão consciente sobre os valores espirituais, estéticos, morais e cívicos (...).”

¹³¹ Esta Concordata veio substituir a celebrada em 7 de Maio de 1940, aprovada pela Lei nº 1984 de 30 de maio de 1940. Foi aprovada para ratificação pela resolução da Assembleia da República nº 74/2004 e ratificada pelo Decreto do Presidente da República nº 80/2004. Publicada no Diário da República I-A, nº 269, de 16 de novembro de 2004, a sua vigência teve início a 18 de dezembro de 2004. Informação disponível em <http://www.gddc.pt/siii/ib.asp?id=1764> [consultado em 18/04/2015].

¹³² Informação disponível em <http://www.ucp.pt/site/resources/documents/ISDC/Texto%20da%20Concordata%20-%201940.htm> [consultado em 18/04/2015].

Porém, a recente legislação sobre a disciplina de EMRC veio estabelecer um novo regime jurídico no que concerne ao ensino desta disciplina, ministrada em estabelecimentos de ensino públicos que estejam dependentes do Ministério da Educação e Ciência.¹³³

Atualmente vigora a Concordata assinada em 18 de maio de 2004, entre o Estado Português e a Santa Sé que foi ratificada e aprovada por Resolução da Assembleia da República, nº 74/2004, de 16 de novembro. É nesta contextualização que surge o novo regime jurídico da lecionação e organização da disciplina de EMRC. Assim, no âmbito de uma cooperação com os pais na educação dos filhos, o Estado garante condições para assegurar o ensino da disciplina acima referida.

Sendo a escola um espaço promotor de conhecimentos, deve a disciplina de EMRC, além do mais, conferir a cada ser humano também um crescimento na fé cristã, de mãos dadas com o exercício de uma cidadania responsável. Pais, encarregados de educação e professores devem potencializar conjuntamente um conjunto de valores éticos e morais fulcrais para o desenvolvimento de uma sociedade humanamente mais equilibrada. Sabemos que atualmente, fruto de acentuadas alterações sociais “a formação interior, a do coração, a mais interna das crianças e dos jovens, mudou de mãos. Não está nas mãos dos pais mas nas de profissionais”¹³⁴. Apesar disso, a escola não substitui a família, nem a família poderá substituir a escola. Através de um trabalho conjunto, ambas as instituições devem, hoje mais do que nunca, na sua medida, cruzar a componente formativa e educativa. A este propósito refere João Duque:

“Entre a escola e a família instaurou-se, entretanto, certa ambiguidade: na primeira fase, a escola assumiu tarefas que tradicionalmente eram da família. Mas, depois de algum tempo, essas tarefas ficaram relativamente bem distribuídas. Com a diminuição do peso da família na socialização primária, a escola é chamada, muitas vezes, a desempenhar essa função, substituindo a família e, por vezes, sobrepondo-se-lhe”¹³⁵.

A formação do discente que frequenta a disciplina de EMRC deve acontecer, porém, tanto quanto possível, desde a infância, pois a educação ético-moral influencia

¹³³ Estipulado pelo Decreto-Lei nº 70/2013, de 23 de maio.

¹³⁴ Jorge BERGOGLIO (Papa Francisco), *O Verdadeiro Poder é Servir*, op. cit., p. 94.

¹³⁵ João DUQUE, “Sobre a Educação Integral do Ser Humano”, in *Revista de Catequese e Educação*, 26 (2013), p. 14.

largamente princípios e valores do agir humano.¹³⁶ Tendo em conta a fácil capacidade de aprendizagem da maioria das crianças, importa que, desde cedo, lhes sejam proporcionados espaços se saber onde princípios éticos e morais se cruzem.

Assim, a referida disciplina deve auxiliar o aluno a alcançar um itinerário do saber, baseado na verdade, justiça e caridade, espelhando a proposta cristã, de amor ao próximo e proporcionando experiências pedagógicas que ajudem o aluno a rever na escola um local de sociabilização e de espaço de arranque de intervenção social, despertando nele um sentido crítico de justiça, equidade e verdade.

A disciplina de EMRC tem como propósito, entre outros, impulsionar os futuros homens e mulheres da humanidade a expressar e concretizar de um modo pleno a vontade de amar o outro. Fazer com que a palavra proferida se torne realidade, ultrapassando largamente a questão da mera intencionalidade do bem agir. No fundo, convida todos e todas a sair de si e “viajar” em direção ao “outro”, ao “*Eu-Tu*” de Martin Buber. Isto porque “a fonte dos valores não é o homem abstrato, nem a natureza humana abstrata, mas o homem concreto e encarnado em comunhão com outros seres humanos no mundo”¹³⁷. Deste modo os jovens encontram, em contexto escolar, uma espécie de ousadia corajosa de abordagem das maiores questões da vida humana. Assim, a disciplina de EMRC integrada no atual sistema educativo, representa indubitavelmente, uma resposta às necessidades da sociedade atual, “contribuindo para o desenvolvimento pleno e harmonioso da personalidade dos indivíduos, incentivando a formação de cidadãos livres, responsáveis, autónomos e solidários”¹³⁸.

Ora, se entendermos que o aluno, enquanto pessoa representa verdadeiramente o horizonte da prática educativa, neste sentido, a referida disciplina assume uma função primordial na construção de respostas a ânsias, problemas e expectativas relativas aos mesmo, enquanto ser único e irrepetível, mas também enquanto ser em sociedade. Isto porque a EMRC ajuda o aluno a entender as suas “metamorfozes” de desenvolvimento pessoal e a compreender-se também enquanto ser relacional, inserido num determinado contexto.

¹³⁶ Verifica-se que “tem aumentado significativamente, nos últimos anos, o número de alunos do primeiro ciclo que se matriculam nas aulas de EMRC, em conformidade com a lei. Isto diz-nos que as famílias procuram dar aos seus filhos, desde o início do ensino básico, a possibilidade de frequentar esta disciplina, conscientes dos benefícios que daí lhes advêm.” Cf. CONFERÊNCIA EPISCOPAL PORTUGUESA, “EMRC – A Comunidade unida no serviço à Educação”, in *Lumen*, 3 (2013) p. 68.

¹³⁷ Joseph GEVAERT, *El Problema del Hombre...*, op. cit., p. 187.

¹³⁸ Lei n.º 46/86 de 14 de Outubro, Lei de Bases do Sistema Educativo, Artigo 2º, nº 4.

Como já se referiu, a escola ocupa um lugar importante na formação integral do indivíduo. Transmite conteúdos, cria e renova estratégias de aprendizagem, com vista a tornar o ato de aprender como algo apetecível e útil, conduzindo o aluno a

“aprender caminhos firmados na dignidade humana, sentir o fascínio do transcendente e a lucidez diante do tempo presente, saborear a alegria de trabalhar em conjunto, preencher de alma o viver em comunidade, ler a história com a sabedoria da inteligência e abraçar as grandes causas da humanidade com a doçura do coração”¹³⁹.

Além disso, a EMRC contribui grandemente para a formação integral do ser humano, na medida em que contribui para dar um sentido cristão à vida, auxiliando na compreensão da realidade religiosa e social, uma vez que a trajetória do ser humano é pautada por uma herança cultural à qual se pertence e na qual se vive. Desta forma, a educação encontra-se ao serviço da comunidade e esta, por sua vez, ao serviço da educação. Assim, é-o de tal modo que, aos alunos que aceitam o desafio de frequentar a disciplina em questão, dá-se a hipótese de “lhes oferecer um corajoso e fundamentado contributo de rigor no entendimento da questão do lugar da pessoa humana na natureza e na sociedade, no contexto da diversidade cultural e da mudança civilizacional que experimentamos”¹⁴⁰.

A EMRC representa uma disciplina de enorme valor educativo, orientada por princípios que promovam a dignidade da pessoa humana “criada à imagem e semelhança de Deus”¹⁴¹ e desta forma,

“não só a disciplina deve apresentar a totalidade e exigência da proposta cristã de leitura e ação sobre as realidades humanas, como proporcionar a reflexão e as experiências pedagógicas que possibilitem aos alunos e às alunas uma participação na vida da escola no seu processo educativo e na intervenção social (nomeadamente na sua família e na sua vizinhança) que seja, de acordo com o potencial da sua idade, um contributo eficaz para uma sociedade mais justa, mais bela e mais bondosa”¹⁴².

¹³⁹ CONFERÊNCIA EPISCOPAL PORTUGUESA, “EMRC – A Comunidade unida no serviço à Educação”, *op. cit.*, p. 68.

¹⁴⁰ CONFERÊNCIA EPISCOPAL PORTUGUESA, *Programa de Educação Moral e Religiosa Católica – Lisboa*, Secretariado Nacional de Educação Cristã, 2014, p. 164.

¹⁴¹ *Ibidem*, p.163.

¹⁴² *Ibidem*.

A disciplina em destaque deve ensinar os discentes a que nenhuma dificuldade lhes apague a esperança e a alegria de viver.¹⁴³ Deve representar um incentivo de trabalho, em atitude de respeito e diálogo com os outros – exigindo também uma capacitação de reconhecimento individual de cada aluno (como ser único) – de modo a auxiliá-lo e conduzi-lo na caminhada, a fim de alcançar a verdade pela pessoa de Jesus Cristo que é “o caminho, a verdade e a vida”.

O fio condutor da educação cristã “possui uma centralidade cristológica e visa um sentido comunitário, de plena realização da pessoa humana”¹⁴⁴. Acima de tudo, esta educação religiosa inserida em contexto escolar deverá subsidiar o aluno para que este possa encarar o mundo com alegria, sem que nenhuma dificuldade lhe tire a esperança. Deve, ainda, contribuir para auxiliá-lo na superação das dificuldades provenientes das adversidades da vida. Ensiná-lo a apresentar capacidade de resiliência. Deve incitar o aluno a estar “revestido” de proximidade humana, estando atento ao “Tu” e ser exemplo de solidariedade. E nesta linha de pensamento se enquadra o sentido da EMRC de tal modo que

“acreditando no valor da pessoa humana e que a pessoalidade é uma alteridade, uma relação de solidariedade com o “outro”, com todo e qualquer outro porque todo e qualquer outro é pessoalidade e alteridade, a uma educação moral quer ajudar o jovem a ser, isto é, rasgar os caminhos e proporcionar os recursos para que cada um, em liberdade, se possa descobrir a si mesmo, descobrir os outros, realizar-se e continuamente desenvolver-se”¹⁴⁵.

3. Síntese conclusiva

O estado da sociedade atual apresenta sérios desafios de reflexão individual e comunitária, uma vez que a vivência coletiva baseada em normas de conduta, nem sempre é atuante e participativa de uma forma misericordiosa. Importa que a sociedade se

¹⁴³ “Esta alegria é consolação. É sinal da harmonia e da unidade que se realizam no amor”, Cf Jorge, BERGOGLIO, *Mente Aberta, Coração Crente* (tradução de Maria João Vieira e Ângelo Santana), Ed. Nascente, Amadora, 2013.

¹⁴⁴ Fernando MOITA, “A missão do professor de EMRC no contexto atual”, in *Revista de Catequese e Educação*, 26 (2013), p.61.

¹⁴⁵ *Ibidem*.

predisponha à abertura de um mundo mais justo e capaz de solidariedade, isto na medida em que

“viver não apenas para o outro, mas ‘viver o outro’, é a experiência que a teologia cristã encontra nas relações das três pessoas divinas que, sendo embora três, constituem um só Deus, mas é também a experiência que encontramos nas relações de amor que constituem a experiência humana enquanto humana”¹⁴⁶.

Importa repensar o modo de atuação da nossa sociedade em geral e sobre o modo como atualmente o estilo de vida das sociedades modernas influencia o tipo de educação para os valores cristãos, quer promovida pela família, quer promovida em contexto escolar.

Devemos, além de mais, estar atentos às influências negativas que as alterações sociais repercutem junto de cada uma das famílias particulares e sobre a grande “família” humana. Urge, educar para a cidadania e para a caridade, tendo como pano de fundo o estímulo e o “gozo” pela verdadeira fraternidade. Perfeição, dificilmente se alcançará, mas podemos caminhar no seu sentido de “tender” para ela.

Está nas mãos de cada um de nós inverter a tendência para o isolamento relacional. Importa fazer despertar no coração humano um interesse comprometido com uma realidade composta por laços familiares e sociais, como se o sentido de fraternidade pudesse ser contaminado pelo simples olhar dos homens e mulheres. Para isso é preciso que se veja a realidade com os olhos do coração.

As reflexões levadas a cabo nos dois primeiros capítulos, surgiram como pontos essenciais a desenvolver ao longo da lecionação da U L “A fraternidade”, pois foram consideradas de grande importância para sustentar a lecionação da mesma.

CAPITULO III- ABORDAGEM PEDAGÓGICA E DIDÁTICA DA UNIDADE LETIVA “A FRATERNIDADE”

Veremos, ao longo do terceiro capítulo deste Relatório, de que modo o referencial teórico elaborado anteriormente terá contribuído como fundamentação filosófica e teológica, de modo a tornar exequível a lecionação da U L “A fraternidade”. Assim, este

¹⁴⁶ Alfredo DINIS, “A identidade pessoal e a ética como estruturalmente relacionais”, in Francisco TEIXEIRA (coord.), *Identidade Pessoal: Caminhos e Perspetivas*, Ed. Quarteto, Coimbra, 2004, p. 229.

terceiro capítulo espelhará também o *modus operandi* da intervenção em contexto escolar, particularmente na turma C do 5º ano de escolaridade da Escola Básica 2, 3 André Soares.

A justificação da escolha da leção da Unidade Letiva “A fraternidade” prende-se com o facto de atualmente se assistir a realidades sociais marcadas pela pobreza, pelo sofrimento, pelo desemprego, pela fome, a miséria e com o egoísmo crescente entre as pessoas. O ritmo de vida acelerado da sociedade atual conduz frequentemente a pessoa a atitudes de individualismo que em nada são condizentes com a vivência da fraternidade.

Por outro lado, o facto de ser mãe e professora acresce a minha responsabilidade de refletir sobre este tema e tentar, de alguma forma, sensibilizar as crianças para a importância da responsabilidade no cuidado do outro para que, compreendendo a dignidade do ser humano, se contribua para a inversão da realidade atual. Assim, importa que todos, através de uma consciência da importância de viver em fraternidade promovam a caridade, o respeito, a solidariedade, a paz e o perdão, sendo agentes ativos de um mundo onde reina a cultura do cuidado e do amor.

1. A EMRC: um desafio à docência

A disciplina de EMRC constitui para o docente que a leciona um sério desafio no âmbito da educação integral dos discentes na medida em que representa, acima de tudo, uma educação para os valores, essencialmente ao nível das relações interpessoais. Neste sentido, esta disciplina representa uma importante artéria no coração do desenvolvimento humano, pois auxilia cada aluno a ser capaz de aceitar os outros (apesar das suas diferenças), a ser tolerante para com todos, a saber viver tendo a paz como horizonte.

No exercício das suas funções, na sua prática pedagógica diária, o docente deve ser um exemplo vivo de amor, de tal forma que seja capaz de se manter próximo na amizade e no respeito pelos seus discípulos. Julgo que esta característica de proximidade estabelecida entre professor e alunos caracteriza a essência do docente de EMRC na peculiaridade da sua prática em contexto escolar. A docência da EMRC exige, além do mais,

“um nível de profundidade que acentua a relação da mensagem cristã com o que os alunos estão a aprender e os seus valores pessoais, ou seja, com o seu projeto de vida. Tornam-se aprendizagens ativas, experiências, significativas,

funcionais e intensionalmente presentes na própria vida dos alunos influenciando o desenvolvimento das suas atitudes e do seu agir”¹⁴⁷.

Mas o docente de EMRC não se limita apenas a lecionar junto das turmas os tempos que lhe são atribuídos. Atualmente pode desempenhar outros cargos como diretor de turma, professor tutor, coordenador de grupo disciplinar, coordenador de projetos escolares, coordenador de clubes e de jornal escolar, entre outros. Estes cargos contribuem para que o professor esteja envolvido na dinâmica da escola e mais concretamente na vida pessoal e escolar dos alunos, com maior proximidade e consciência da realidade cultural e social.

Assim, uma presença organizada, dinâmica e persistente do docente é capaz de saber gerir eficazmente as funções dos cargos incumbidos com a prática letiva, conciliando-os de forma harmoniosa e sendo capaz de alcançar com sucesso a verdadeira missão a que se propõe: ser professor de EMRC.

Neste ponto de reflexão importará debruçar-me, não apenas sobre o facto de a disciplina de EMRC representar um desafio para a docência, mas também um olhar sobre o seu lugar no contexto escolar atual.

1.1. A disciplina de EMRC no contexto escolar

A disciplina de EMRC engloba na escola o conjunto de disciplinas inseridas no Departamento de Ciências Sociais e Humanas. Em conjunto com as demais disciplinas, a EMRC auxilia o aluno na busca de razões de existir, despertando a consciência de um sentido de pertença social e liberdade responsáveis. É desta forma que

“ A Educação Moral e Religiosa Católica contribui igualmente para o reforço da matriz cultural portuguesa. O desenvolvimento histórico nacional é claramente marcado pela mundivisão cristã, em geral, e católica em particular, nas suas diversas interações com outras visões e culturas ao longo dos tempos (...). Observando o mundo atual, com as múltiplas tensões, contradições, avanços e recuos, é de notar a importância do conhecimento religioso para compreender os fenómenos sociais”¹⁴⁸.

¹⁴⁷ Fernando MOITA, “A missão do professor de EMRC no contexto atual”, *op. cit.* p.65.

¹⁴⁸ Disponível em <http://www.educris.com/v2/94-enquadramento> [consultado em 08/03/2015].

Educar para os valores e reconhecer o valor da dignidade humana, moldando o aluno à medida da fraternidade para que este se apresente apto para viver em comunidade e edificar o tecido social, pode dizer-se que representa a função nobre da EMRC representada na escola. Importa aqui perceber em que consistirá esta questão relacionada com a educação para os valores cristãos promovida pela disciplina de EMRC. Debrucemo-nos na perspetiva apresentada por Joseph Gevaert onde, numa definição geral dos valores humanos inclui necessariamente o aspeto da experiência humana, experiência essa, onde se supõe que todo o mundo capta.¹⁴⁹ Chega mesmo a considerar o *valor* como sendo “um termo que se emprega para indicar as coisas – materiais, instituições, profissões, direitos civis, etc. – na medida em que permitem realizar qualquer dimensão humana”¹⁵⁰. Na sua perspetiva, os valores englobam as relações qualitativas entre as coisas e o ser humano no que se refere à realização da sua existência.¹⁵¹ Vai mais adiante ao definir *valor* como “tudo que se acredita relevante para realizar a existência humana, tudo o que permite dar um significado à existência humana”. Mas sublinha que “a fonte dos valores é o homem concreto que vive com os outros no mundo para realizar a sua existência. As coisas assumem valores na medida em que se inserem no processo de realização ou humanização do homem”¹⁵². Ora, neste sentido, a EMRC contribui grandemente para a realização dos alunos, enquanto seres humanos que habitam o mundo, tornando-o mais humano.

Certo é que a escola carece de mecanismos que auxiliem os alunos a perceber a importância da construção de uma sociedade que não valorize apenas os conhecimentos científicos mas que prestigie a magnitude de princípios tais como a solidariedade, a justiça, a verdade, a tolerância, o diálogo, o perdão e o amor.

Quer nos espaços comuns do recinto escolar, quer dentro da sala de aula, o aluno está em relação com os demais. Relaciona-se não só com os distintos colegas, que fazem parte da sua *viagem de aprendizagem*, mas também com os professores e assistentes operacionais que conduzem e o amparam diariamente. Por isso, a escola em geral e a disciplina de EMRC, em particular, representam um lugar, por excelência, de sociabilização e conseqüentemente um lugar de construção de afetos que representam os alicerces de cada aluno. Quando se fala da importância da escola relativamente à sensibilização para os valores, não se exclui a importância do envolvimento da família na mesma, uma vez que a educação para os valores, subsidiada apenas pelos docentes

¹⁴⁹ Cf. Joseph GEVAERT, *El Problema del Hombre*, ...op. cit., p. 184

¹⁵⁰ *Ibidem* (a tradução é da minha inteira responsabilidade).

¹⁵¹ Cf. *Ibidem*.

¹⁵² *Ibidem*, p. 185.

configura-se insuficiente para o equilíbrio da personalidade humana. Por *escola* deve, por isso, entender-se toda a comunidade educativa, onde, naturalmente, devem também estar comprometidos ativamente os pais e/ou encarregados de educação dos alunos.

Por tudo o que foi referido, a EMRC desperta consciências, rasga caminhos, descortina vocações. Além disso,

“a EMRC ajuda a encontrar razões de existir e de estar no mundo. É um processo de educação da dimensão religiosa do ser humano, usando um vocabulário científico próprio que permite uma conceção integral e global da vida, justificando razões e relações perante questões importantes da vida, facilitando uma qualificada interpretação do mundo, através de uma apropriada hermenêutica religiosa-teológica. E isso tem, naturalmente repercussões no estilo de vida, nas atitudes, nas relações, nas escolhas profissionais e nos comportamentos”¹⁵³.

Por outras palavras, a oportunidade de frequentar a disciplina de EMRC oferece ao aluno um meio onde este pode percorrer um terreno onde a religião o auxilia na descoberta do que ele verdadeiramente é e descortínio de um projeto sério para a sua vida. Assim, no âmbito da educação integral dos jovens a educação religiosa assume importante preponderância, uma vez que coopera “no âmbito do desenvolvimento da capacidade crítica”¹⁵⁴. Na perspetiva de João Duque, mesmo para os não crentes, a dimensão do *conhecimento* configura-se também fundamental, uma vez que leva o aluno a inteirar-se da

“dimensão religiosa do ser humano e o modo como as diversas religiões se articulam. Deste conhecimento, faz parte o desenvolvimento do ‘sentido de mistério’, base de toda a atitude religiosa autêntica e que é da maior importância para o desenvolvimento global da pessoa”¹⁵⁵.

Neste sentido, não se pode deixar de considerar a importância da disciplina em análise, no que concerne ao exercício de uma cidadania responsável, na medida em que, articulada “com a antropologia bíblica”¹⁵⁶, move o aluno a descobrir o valor do outro, uma vez que

¹⁵³ Fernando MOITA, “A missão do professor de EMRC no contexto atual”, op. cit., p. 65.

¹⁵⁴ João DUQUE, “Sobre a Educação Integral do Ser Humano”, in *Revista de Catequese e Educação*, 26 (2013), p. 20.

¹⁵⁵ *Ibidem*.

¹⁵⁶ *Ibidem*.

“secando as raízes dos valores, poderão secar também as convicções e as ações correspondentes (...)”¹⁵⁷.

Embora de carácter facultativo, devido à sua natureza confessional, a EMRC prepara o aluno para o mundo, ajuda-o a discernir e a refletir conscientemente sobre o modo como se estrutura a sua personalidade e estimula-o a coexistir através do diálogo pacífico com aqueles que se cruzam na sua vida. Podemos ir mais longe, ousando afirmar que, na escola, a EMRC encontra-se ao serviço das demais disciplinas, uma vez que ela assume pontos de contacto com a cultura portuguesa e estrangeira, sendo suscetível de articulação interdisciplinar com as outras áreas do saber.

Por tudo o que foi dito, não se pretende considerar a disciplina de EMRC mais importante a nível curricular do que qualquer outra. Todavia, sabe-se que de facto, ela é fundamental para o saber estar com e entre os outros. Apresentando o Evangelho como luz para o caminho que pretende iluminar a essência do ser humano, a EMRC apresenta-lhe a chave de leitura cristã para o descortinar do sentido global da existência humana. Estimula o desenvolvimento de um ambiente humano promotor de realização pessoal e social.

1.2. O perfil do professor de EMRC

Como profissional da educação, o professor de EMRC deve apresentar competência científica e didática de modo a representar eficácia na resposta à lecionação dos conteúdos programáticos da disciplina. Deve apresentar capacidade de estabelecer critérios objetivos para a avaliação dos conteúdos e deve, ainda, primar pela aptidão na criação de estratégias que facultem as aprendizagens. Além disso, o professor deve apresentar sensibilidade para reconhecer em cada aluno um ser humano único, com características singulares e com traços de personalidade particulares. O professor de EMRC deve esmerar-se pela atenção ao rosto dos alunos que tem pela frente (os alunos estão também atentos a esta sensibilidade e apreciam-na no docente). Mas cada aluno é também um elemento que se insere numa turma diversificada em termos de vivências pessoais, familiares e sociais. Também ele apresenta, por isso, um perfil muito particular, ao qual o docente tem obrigação de estar “vigilante”. Na sua prática de mestre deve, igualmente, notabilizar-se

¹⁵⁷ *Ibidem.*

“pelo apreço e interesse por cada um, pelo respeito da sua liberdade e por um compromisso com as suas preocupações mais profundas. O aluno é uma pessoa em crescimento constante, com dúvidas, conflitos e esperanças, que necessita de uma referência para se confrontar e aprender, necessita ser interpelado e ajudado a optar pelo bem e pela verdade”¹⁵⁸

Na verdade, quantas vezes reparamos em alunos cabisbaixos, com rostos preocupados e sorrisos apagados. O professor não pode ficar a isto indiferente. Deve manifestar a capacidade de compreender as razões das posturas mais preocupantes por parte de alguns alunos. O professor deve mostrar a sua disponibilidade para escutar o aluno e se necessário tomar as diligências devidas, junto da comunidade educativa, no sentido de o auxiliar na resolução das suas inquietações e apresentando-lhe possíveis soluções para as suas vivências problemáticas. Só desta forma “o professor de EMRC reconhece-se, assim, como servidor e sementeiro de fraternidade”¹⁵⁹. E mais, o professor deve apresentar uma atitude de otimismo, vivacidade e entusiasmo pela vida. Assim, mais do que as palavras que profere e mais do que os conhecimentos científicos que transmite, ele representa um exemplo vivo de motivação para o educando. Pelo seu dinamismo e envolvimento laborioso nas escolas, o professor de EMRC representa, muitas vezes, um exemplo para os alunos. Tendo pela frente um professor que lhes incute a predileção pela aprendizagem, os discentes certamente caminharão mais encorajados no seu percurso escolar.

Obviamente que também para o professor nem sempre se configura tarefa fácil estar atento a todas as “realidades” que se apresentam diante de si. O docente de EMRC deve estar escola por amor a uma profissão, por amor ao ensino, por amor aos alunos. Deve ser um elemento ativo no envolvimento dos projetos e atividades desenvolvidas no Agrupamento. Todavia, atendendo às circunstâncias adversas em que atualmente vivemos, sabe-se que não é tarefa fácil. Afinal, um professor de RMRC que apresente um horário completo, conta com cerca de 22 turmas que, na maioria das vezes, coincide com aproximadamente 400 alunos. Não obstante, a experiência profissional decorrente vai munindo o professor de utensílios de suporte para que este seja capaz de estar atento aos contextos que o rodeiam. Assim sendo, ele pode representar junto dos alunos em particular, e da escola em geral, um exemplo de perseverança e sinal vivo de amor ao próximo.

¹⁵⁸ Fernando MOITA, “A missão do professor de EMRC no contexto atual”, *op. cit.*, p. 67.

¹⁵⁹ *Ibidem*.

O professor suscita no aluno o entusiasmo pela aprendizagem, “promovendo o conhecimento como uma grande aventura (...) e o rigor pela aprendizagem e pela vida”¹⁶⁰.

A relação pedagógica que o professor de EMRC estabelece com os seus alunos também se caracteriza por traços particulares, muitas vezes marcados por momentos de diálogo sobre a visão cristã da vida, com vista a que os alunos encontrem respostas para as suas preocupações. Consequentemente, o trabalho do professor,

“dentro e fora da aula, está marcado pelo amor cristão, pela serenidade, pela verdade, pela felicidade, pela mansidão, pela solidariedade e pela alegria. (...) Ao serviço da formação integral dos alunos, apresenta na escola a boa notícia de Jesus Cristo com todas as suas possibilidades. O Evangelho suscita e oferece respostas às grandes perguntas do ser humano, ilumina a existência humana, nas suas fragilidades e dramas e orienta o sentido da vida”¹⁶¹.

Por tudo o que foi até agora referido, o docente de EMRC apresenta uma característica muito particular no modo como está integrado na comunidade educativa. Seguidor da verdade e com traços marcantes de humildade, este está ao serviço de alunos, funcionários e colegas de profissão. Deve apresentar-se com prontidão para dar respostas às solicitações que tantas vezes surgem. Só desta forma o exercício da sua função se realizará na plenitude.

2. Pedagogia e didática da Unidade Letiva “A fraternidade” do 5º ano de escolaridade

“Aceitar o diferente da nossa própria identidade, dando testemunho de que se pode ser ‘um mesmo’ sem ‘eliminar’ o outro. E lutemos, na aula e em todos os lugares onde estejamos em funções docentes, contra toda a prática de exclusão a priori do outro por motivos sociais, económicos, políticos, religiosos, culturais ou pessoais. Que, no nosso coração, nas nossas palavras, nas nossas instituições e nas nossas aulas não haja lugar para a intolerância e a exclusão”¹⁶²

¹⁶⁰ *Ibidem*, p. 72.

¹⁶¹ *Ibidem*, p. 68.

¹⁶² Jorge BERGOGLIO (Papa Francisco), *O Verdadeiro Poder é Servir*, op. cit., p. 115.

2.1 A Unidade Letiva “A fraternidade”: contextualização programática

A nova organização curricular da disciplina de EMRC definida para o 5º ano de escolaridade apresenta quatro propostas de Unidades Letivas, a saber:

U L 1 - Viver juntos

U L 2 - Advento e Natal

U L 3 - A Família, comunidade de amor

U L 4 - Construir a fraternidade

Esta proposta apresenta, porém, algumas diferenças relativamente ao anterior programa que destinava para a lecionação cinco Unidades Letivas:

U L 1 - Viver juntos

U L 2 - A Água, fonte de vida

U L 3 - Jesus, um Homem para os outros

U L 4 - Promover a concórdia

U L 5 - A fraternidade.

Ao planificar-se o presente trabalho deparou-se com a premência de atualização das tabelas orientadoras das aulas, não só com a nova terminologia das metas curriculares, mas também como com objetivos definidos para cada uma das mesmas. Tendo em conta que nos encontramos numa fase de transição, a este trabalho acresceu a dificuldade de ajustar o conteúdo dos manuais à realidade das novas metas de aprendizagem. Sem dúvida que este representou um desafio de criatividade para o grupo de estágio, uma vez que haveria a necessidade de tentar perceber aquilo que se poderia potencializar do programa de 2007 e articular com o uso do atual manual¹⁶³, relativamente ao programa de 2014.

Tendo optado por planificar e dinamizar as aulas do 5º ano na U L “A fraternidade” foi possível manter a coerência entre a planificação anual definida pelo grupo disciplinar 290 (docentes de EMRC), estabelecido em Departamento de Ciências Sociais e Humanas da Escola Básica de 2º e 3º ciclos André Soares e as novas metas, objetivos e conteúdos estabelecidos no novo programa, propostos para a U L “Construir a fraternidade”.

¹⁶³ Cf. COMISSÃO EPISCOPAL DA EDUCAÇÃO CRISTÃ, *Caminhos de encontro. Educação Moral e Religiosa Católica. 5º ano do Ensino Básico*, Lisboa, Secretariado Nacional de Educação Cristã, 2008.

Desta forma, poder-se-ia potencializar o uso do manual da disciplina, alcançando as metas, os objetivos e os conteúdos deste novo programa. Todavia, houve a consciência da necessidade de tentar novas e ousadas estratégias pedagógicas que incorporassem este atual desafio.

Nas habituais reuniões de seminário onde estiveram presentes os elementos que integram o meu grupo de estágio¹⁶⁴ e a professora titular, definiu-se que a U L “A fraternidade” seria lecionada depois das U L 1 e 2, “Viver juntos” e “A Água, fonte de vida”, respetivamente. Desta forma, agendaram-se as aulas, tendo ficado estabelecido que decorreriam entre 20 de janeiro e 24 de fevereiro de 2015.

Embora a U L “A fraternidade” não esteja disposta imediatamente a seguir às duas primeiras U L acima citadas, considerou-se que seria oportuno e enquadrado que se antecipasse a sua lecionação. Se a opção passasse por seguir a sequência temática proposta através do manual, a docente titular da turma teria de lecionar ainda as U L 3 - Jesus, um Homem para os outros e 4 - Promover a concórdia. Isto significaria que as aulas destinadas para a lecionação da U L “A fraternidade” decorreriam numa fase bastante tardia e que coincidiriam com o final do terceiro período letivo, ou seja, entre maio e junho de 2015.

2.2. Descrição contextualizada da turma de intervenção

A turma C do 5º ano de escolaridade da Escola Básica 2,3 André Soares, onde lecionamos a U L “A fraternidade”, vê as suas aulas decorrerem num espaço físico extremamente agradável. A sala é espaçosa e luminosa. O mobiliário escolar é novo e confortável. A sala apresenta computador e projetor, painel para afixação de informações e/ou materiais elaborados pelos discentes. A secretária do professor encontra-se estrategicamente bem posicionada. Embora estejamos conscientes da importância do espaço físico para a eficácia do processo de ensino/ aprendizagem, sabemos que ele, por si só nada representa. Esta sala ganha vida quando se enche de alunos, com as suas características humanas, com os múltiplos traços de personalidade, com os contextos familiares particulares, com as suas genuínas histórias de vida e com a inquietude natural da sua idade. Esta sala ganha vida com um professor que seja

¹⁶⁴ O grupo de estágio que integrei, composto por uma docente cooperante da disciplina de EMRC do Agrupamento de Escolas André Soares e uma docente da Universidade Católica Portuguesa, era formado por quatro estagiários, todos eles com alguma experiência no âmbito da lecionação, fator que se tornou vantajoso na partilha de experiências e vivências pedagógico-didáticas, bem como também na expectativa da lecionação, em contexto de estágio pedagógico.

capaz de corresponder às suas expectativas de jovens em instrução, cujo futuro se lhes apresente promissor.

Assim, para a caracterização da turma C do 5º ano de escolaridade começámos por colocar algumas questões prévias que julgamos pertinentes para uma observação mais eficaz. Partimos de uma observação direta, em contexto sala de aula, que nos conferiu maior rigor descritivo e que representou uma mais-valia na elaboração da planificação das aulas. Nos primeiros contactos prévios estabelecidos com a turma, pudemos observar, de um modo passivo, as atitudes mais comuns dos alunos da referida turma. Observámos o modo como os discentes se organizavam na entrada na sala de aula. Constatámos que não eram muito ordeiros na entrada e que demoravam demasiado tempo a ocupar os respetivos lugares. Observámos que era habitual, por parte de um reduzido número de alunos, a conversa com os colegas de turma, a reprodução de pequenos ruídos com o material escolar, o levantar-se sem pedir autorização ao docente, o proferir comentários em voz alta, ou em surdina. Embora este comportamento não fosse o reflexo das atitudes da maioria dos discentes, sabemos que, por vezes, são o suficiente para destabilizar o ambiente da sala de aula, comprometendo, nalguns casos, o processo ensino/aprendizagem e impedindo de aprender aqueles que apresentam posturas irrepreensíveis.¹⁶⁵

A fim de caracterizar esta turma, ainda que de forma breve, não considerei fundamental a apresentação de qualquer grelha descritiva de âmbito socioeconómico. Para a nossa lecionação configurou-se mais oportuno conhecer esta turma em termos de motivação face ao contexto escolar, de resultados obtidos, de comportamento e até em termos relacionais.

Numa primeira fase, conhecendo genericamente o perfil da turma, foi com maior facilidade que esbocei mentalmente estratégias pedagógico-didáticas e planeei ideologicamente a utilização de recursos didáticos diversificados, de forma a garantir *a priori*, que o processo ensino/aprendizagem se desenvolvesse com o maior profissionalismo e que, acima de tudo, fosse capaz de proporcionar aos alunos um momento de aquisição de saberes estruturado e apelativo.

O inicial contacto com a turma suscitou a importância de criar estratégias com a finalidade de levar os alunos a se dirigirem com maior agilidade e organização aos seus

¹⁶⁵ “Outro dos elementos que o professor deve considerar relativamente ao desenvolvimento da instrução é o saber o que deverá fazer para que os alunos prestem atenção ao que se faz, se impliquem nisso e que essa implicação se mantenha apesar dos inumeráveis estímulos distractores e ruídos comunicacionais que, sem dúvida acabarão por surgir”, Miguel ZABALZA, *Planificação e Desenvolvimento Curricular na Escola*, Ed. Asa, Rio Tinto, 1992, p. 157 e 158.

lugares, sendo que essa estratégia deveria apresentar como tempo previsto breves minutos, cujo objetivo principal seria cativar a imediata atenção dos mesmos, a fim de que a aula se iniciasse com uma elevada predisposição para a concentração, condição *sine qua non* para uma aprendizagem de sucesso. Saber que esta turma pertence ao ensino artístico da música, ajudaria, quiçá, no desenho de estratégias potencialmente eficazes.¹⁶⁶

Através da observação direta dos vinte e um alunos que integram a referida turma de Educação Moral e Religiosa Católica, constatou-se que são bastante astutos e perspicazes. Porém, dois alunos apresentavam um comportamento que se revelou mais irrequieto e conversador, vendo-se o docente titular impelido a constantes chamadas de atenção, direcionadas a esses mesmos alunos. Na verdade, discentes que apresentam este tipo de comportamento exigem do professor a capacidade de os manter atentos e participativos para que se reduzam os seus momentos de distração. Não podemos, no entanto, esquecer que se interage com crianças de idades compreendidas entre os dez e os doze anos e, como tal, apresentam comportamentos condizentes com a sua idade, revelando, alguns deles, alguma inquietude, de certa forma compreensível, mas que não pode ser aceitável ou permitida. Não obstante, cabe ao professor corrigir eventuais comportamentos desajustados e apresentar estratégias direcionadas para esses mesmos alunos, de forma a colmatar essas dificuldades. Assim, constatei que os dois alunos referidos anteriormente representariam para nós, enquanto professores em formação, um desafio em termos de gestão de aula. Pensei na possibilidade de atribuir pequenas tarefas a alunos com este perfil, para estimular a motivação destes. Julga-se que uma atitude colaborante, surte um efeito muito positivo nestes alunos, ao invés de uma atitude de escuta passível promotora de alguma distração. Nestes casos concretos seria de evitar constantes repreensões por parte do professor. Com a atribuição de simples tarefas a estes alunos, realizadas na sala de aula e integradas na dinâmica das estratégias de aprendizagem, acreditamos conseguir que estes alunos “entrem” na aula de uma modo ativo e mais motivado. Contudo, a generalidade dos alunos desta turma apresentam um elevado nível de interesse nas atividades que lhes são propostas e apreciam a utilização de estratégias diversificadas, como apresentação de pequenos vídeos, *prezzis*, *powerpoints*.

¹⁶⁶ Neste tipo de ensino verifica-se uma articulação entre o Conservatório e a escola regular. Nele, os alunos frequentam um ensino adaptado, onde as disciplinas do Conservatório, Formação Musical, Classe de Conjunto, Cântico Gregoriano, Instrumento, entre outros, substituem as disciplinas de formação artística da escola regular. Informação disponível no *site* <http://www.eb23andresoes.com/n/index.php/ensino-artistico> [consultado em 20 de Janeiro de 2015].

O nível de participação destes alunos é também muito elevado. Questionam constantemente o professor, querem saber mais. Contribuem em larga escala para a realização da mais bela das artes, a arte de ensinar.

2.3. Planificação da Unidade Letiva “A fraternidade”

Por planificação deve entender-se “o conjunto de conhecimentos, ideias, propósitos que o professor utiliza de forma a estruturar e ordenar o curso da ação”¹⁶⁷. Não obstante, sabemos que o processo ensino/aprendizagem é algo de muito dinâmico, o que poderá levar ao colocar de parte a rigidez sequencial de uma planificação de aula, para, em alternativa, se flexibilizar e ajustar de acordo com as necessidades dos alunos.

Depois de uma observação direta da turma onde decorreu a Prática de Ensino Supervisionada (PES), chegou o momento de planificar um conjunto de cinco aulas na turma C do 5º ano de escolaridade da Escola Básica 2, 3 André Soares, direcionando a execução das mesmas para as novas metas de aprendizagem, os objetivos a atingir, os conteúdos a desenvolver e ousando estratégias diversificadas e atrativas de modo a conferir rigor na transmissão dos saberes e eficácia na aquisição dos conteúdos por parte dos alunos.

Foram consideradas para a planificação destas aulas as orientações da nova organização curricular estabelecidas para a disciplina de EMRC. Desta forma se justifica a semelhança entre os conteúdos programáticos da Unidade Letiva “A fraternidade” do programa de EMRC de 2007 e “Construir a fraternidade” que engloba as propostas do novo programa da referida disciplina.

Para a U L planificada são apresentadas as propostas de metas de aprendizagem:

- Q.** Reconhecer à luz da mensagem cristã, a dignidade da pessoa humana (domínio ético e moral)
- N.** Promover o bem comum e o cuidado do outro (domínio ético e moral)
- G.** Identificar os valores evangélicos (domínio Cultura Cristã e Visão Cristã da Vida).
- L.** Estabelecer um diálogo entre a cultura e a fé (domínio Cultura Cristã e Visão Cristã da Vida).

Tendo em conta o enquadramento das exigências e as características da faixa etária dos alunos de 5º ano para os quais se direcionou a planificação desta U L, o Secretariado

¹⁶⁷ José PACHECO, *Planificação didática: Uma abordagem prática*, Ed. CEED, Braga, 1990, p. 13.

Nacional de Educação Cristã estabeleceu sete objetivos a alcançar, distribuindo-os criteriosamente por cada uma das quatro metas anteriormente apresentadas. Assim, alcançar a meta **G**. pressupõe que se alcancem os objetivos:

- reconhecer como modo de vida a forma de viver das primeiras comunidades cristãs
- verificar quais são as fragilidades e as ameaças à fraternidade
- identificar a perspectiva cristã sobre o perdão

Por seu turno, atingir a meta **L**. implica alcançar o objetivo

- comprometer-se com a construção de um mundo mais fraterno promovendo o bem comum e o cuidado do outro.

Relativamente à meta **N**. pressupõe que se valorize o objetivo *promover o valor do perdão na construção quotidiana de um mundo fraterno*

No que concerne à meta de aprendizagem **Q**. Esta meta implica o alcance dos objetivos:

- reconhecer a igual dignidade do ser humano
- valorizar a comum filiação divina

Assim, no início da **primeira aula** lecionada a 20 de Janeiro de 2015, investir-se-á no acolhimento aos alunos, de modo a captar a rápida atenção dos mesmos e conseguir uma eficaz transição entre o anterior espaço de intervalo e o ambiente de aprendizagem da sala de aula. Habitualmente, neste espaço de transição é frequente que alguns discentes se atrasem alguns minutos. Tendo em vista a inversão desta atitude, depois de todos os alunos se encontrarem dentro da sala, dialogar-se-á com os mesmos, no sentido de corrigir este comportamento e mostrar-lhes a importância da pontualidade.

Depois disto, será utilizada como estratégia para facilitar o acolhimento acima referido, a música “Somos Iguais, diferentes” de João Portugal¹⁶⁸. A letra da música supracitada inicia-se com a frase “Vou-vos contar uma história”. Assim, pretende-se, com esta estratégia, cativar a atenção e o interesse dos alunos. Além disso, a letra da respetiva canção promoverá a motivação da temática desta Unidade Letiva, uma vez que ela apresenta uma mensagem de igualdade entre as pessoas, de afeto para com aqueles que são diferentes e lança um desafio aos alunos, “o dar a mão”. A letra desta música será facultada aos alunos no verso do *Cartão de Empenho EMRC*¹⁶⁹. Desta forma, pretendo que, nas aulas posteriores, os alunos possam acompanhar a música, cantando a parte do refrão.

¹⁶⁸ Cf. letra da música, anexo 1; Cf. CD que acompanha o relatório e *dossier* de estágio.

Será explicado aos alunos que o respetivo cartão deverá ser utilizado de forma responsável, sendo que nele colarão uma imagem em cada aula¹⁷⁰, sempre que considerem que adotam uma postura de bom comportamento, empenho e participação organizada. Este cartão pretende que cada aluno se autoavaleie aula a aula, tornando-se responsável pelo seu comportamento, refletindo sobre a sua postura, participação e empenho demonstrados.

Será feita uma breve introdução ao estudo da unidade letiva *A fraternidade*, de forma a apresentar o tema a trabalhar neste conjunto de cinco aulas.

Serão distribuídas as pequenas cartolinas coloridas, com a identificação de cada aluno, para facilitar uma aproximação de comunicação entre a professora e os discentes. Esta estratégia estará definida como prática habitual nas aulas posteriores.

Posto isto, será projetado o sumário em *powerpoint*: “Introdução ao estudo da Unidade Letiva ‘A fraternidade’. A fraternidade: Todas as pessoas merecem respeito e amor. A importância dos grupos para o relacionamento humano”, para tentar agilizar o tempo de aula, sendo que assim se economizarão alguns minutos do tempo destinado para esta primeira aula.

Posteriormente será apresentada a U L a lecionar. Com vista a atingir a meta de aprendizagem Q, *reconhecer à luz da mensagem cristã a dignidade da pessoa humana*, pretender-se-á que os alunos alcancem o objetivo “reconhecer a igual dignidade de todo ser humano” e, para isso, será registado no quadro a origem etimológica da palavra *Fraternidade*. Assim, será explicado que o termo *fraternidade* deriva da língua latina, *frater* e que significa *irmão*. Por esse motivo, designa *a boa relação entre todas as pessoas, nas quais se desenvolvem sentimentos de afeto e respeito, próprios entre os irmãos de sangue, existindo, assim, um laço de união entre eles, fundado no respeito pela dignidade humana e na igualdade de direitos entre todos os seres humanos*. Lembra-se que se todos somos filhos de Deus e que Ele é Pai de todos os seres humanos, se deve por isso, olhar para o próximo como verdadeiro irmão de cada um. Esta explicação é acompanhada do registo no quadro de algumas palavras-chave, que levarão os alunos a construir, com o auxílio da professora, uma definição de fraternidade.

Será feita referência à existência de grupos na própria escola onde estudam, como por exemplo: a turma, o coro, o grupo de professores, o grupo de funcionários, o clube de arte, de matemática, de xadrez, de teatro, de amigos da biblioteca, entre outros. Espera-se que os alunos participem ativamente.

¹⁷⁰ Cf. anexo 2.

Posteriormente será feita uma breve referência ao escutismo, como uma prática de promoção da fraternidade. Explicar-se-á que, através do trabalho em conjunto e em equipas, desenvolve-se o respeito ao ser humano, à natureza e aos animais.

Previamente, foi elaborada uma grelha de observação de aulas, onde se procederá ao registo dos descritores do aproveitamento e comportamento para o total das cinco aulas desta U L.

No final desta aula os alunos deverão colar a imagem destinada para esta aula no *Cartão de Empenho EMRC*.

A **segunda aula** a decorrer no dia 27 de janeiro terá início com o habitual acolhimento aos alunos. Como estratégia, será reproduzida a música “Somos Iguais, diferentes” de João Portugal. Com ela espera-se conseguir captar a rápida atenção dos alunos e alcançar uma eficaz transição entre o anterior espaço de intervalo e o ambiente de aprendizagem da sala de aula. De seguida, será projetado o sumário em suporte *powerpoint*: “O modo como me relaciono nos grupos a que pertença. Somos todos irmãos., filhos do mesmo Deus”.

Serão distribuídas as pequenas cartolinas coloridas, com a identificação de cada aluno¹⁷¹. Esta estratégia serve como auxílio para o tratamento do aluno pelo nome próprio, que se julga resultar numa progressiva proximidade entre docente e discentes.

Tendo em conta que as aulas de EMRC estão intervaladas com o espaço de uma semana, considera-se de grande importância fazer um elo de ligação entre a última aula e a presente. Deste modo, os alunos poderão relembrar-se dos conteúdos abordados e “entrar” com maior facilidade na dinâmica da presente aula. Com vista a alcançar este pressuposto, tenciono indagar os discentes, no sentido de testar a sua memória relativamente à aula anterior.

Lançar-se-á, então, o desafio de uma reflexão sobre o modo como cada um se relaciona dentro dos grupos em que está inserido. Posto isto, solicitarei o registo no caderno diário. Alguns minutos serão destinados para este exercício de reflexão, pois considera-se que a aula de EMRC deve representar um espaço onde o aluno possa indagar-se sobre o modo como age perante os outros, refletindo sobre o modo de se relacionar com todos aqueles que fazem parte do seu dia-a-dia. Para auxiliar os alunos nesta tarefa procederei ao registo, no quadro, da seguinte questão: *De que modo te relacionas com os teus colegas?* Pelo facto de esta questão ser dirigida a alunos do 5º ano de escolaridade,

¹⁷¹ Este material foi recolhido no final da última aula, para me assegurar que estaria disponível a todos os alunos, ao longo das aulas seguintes.

opta-se por uma questão simples e direta. De seguida, explicar-se-á que o conceito de fraternidade não está relacionado apenas com as sociedades modernas atuais, também o *Homo sapiens sapiens*, que surgiu há cerca de 200 mil de anos, e que “apresentava características físicas semelhantes aos seres humanos atuais”¹⁷², “dedicava a sua vida à pesca, à caça e a outras atividades coletivas, dirigidas por chefes a quem lhes reconhecia autoridade”¹⁷³. Assim, os alunos compreenderão que as relações estabelecidas através do diálogo entre os elementos dos diferentes grupos, fortalecem laços sociais. Perceberão que o *Homo sapiens sapiens* compreendia perfeitamente que a sua sobrevivência dependia não apenas da abundância de alimento, mas também do espírito de solidariedade e entreajuda existente no grupo onde estava inserido.¹⁷⁴

O momento seguinte da aula contemplará a visualização de um *powerpoint* “Somos tão diferentes!”¹⁷⁵ do CD que acompanha o manual escolar *Caminhos de Encontro*, como forma de sensibilização para a heterogeneidade humana. No entanto, sublinha-se a referência que nele é feita ao facto de, apesar de haver diferenças físicas e psicológicas entre os seres humanos, também deveremos estar atentos aos aspetos que apresentam em comum, visíveis na convivência do quotidiano e que podem contribuir para um fator de união, solidariedade, afeto e amor entre as pessoas.

Posto isto, será distribuída uma pequena ficha de trabalho para realização individual em contexto sala de aula.¹⁷⁶ Nela, os alunos responderão a questões sobre os grupos onde se inserem e a respetiva importância da existência dos mesmos para o ser humano. Espero, com este conjunto de estratégias, consolidar os conteúdos abordados na primeira e segunda aulas.

Chegado o momento final da presente aula, à semelhança aula anterior, será pedido aos alunos que reflitam sobre o seu desempenho e participação. Atualizarão o *Cartão de Empenho EMRC*.

Na **terceira aula** lecionada a dia 3 de fevereiro, como estratégia de acolhimento reproduzir-se-á, uma vez mais, a música habitual. De seguida, será registado o sumário: “A Declaração Universal dos Direitos Humanos. O mal, fragilidade e ameaça à fraternidade.”

¹⁷² COMISSÃO EPISCOPAL DA EDUCAÇÃO CRISTÃ, *Caminhos de encontro. Educação Moral e Religiosa Católica, op. cit.*, p. 152.

¹⁷³ *Ibidem*, p. 153.

¹⁷⁴ Interdisciplinaridade com o programa de 5º ano de escolaridade, da disciplina de História e Geografia de Portugal.

¹⁷⁵ Cf. anexo 4.

¹⁷⁶ Cf. anexo 5.

Serão, também, distribuídas as pequenas cartolinas coloridas, com a identificação de cada aluno.¹⁷⁷

Tendo em conta o intervalo de tempo de uma semana existente entre cada uma das aulas de EMRC considera-se, uma vez mais, de grande importância que seja feito um elo de ligação entre a última aula e a presente.

Com a utilização do manual da disciplina de Educação Moral e Religiosa Católica, dar-se-á início à leitura da página 175, por parte dos discentes que o pretendam fazer. Espera-se que os alunos se façam acompanhar do manual para a presente aula, revelando, assim, um sentido de responsabilidade relativamente ao uso do material escolar.

Terminada a leitura destinada para este momento da aula, regista-se no quadro a transcrição do Artigo 1º da DUDH¹⁷⁸, que se encontra no início da página 177 do manual. Tal como contemplado na planificação, os alunos deverão copiá-la para o caderno diário: “Todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e em direitos. Dotados de razão e de consciência, devem agir uns para com os outros em espírito de fraternidade”¹⁷⁹.

Posto isto, será explicado que este primeiro artigo alerta para o facto de que todos os seres humanos, possuidores de direitos salvaguardados pela DUDH, devem agir uns para com os outros, dentro dos grupos a que pertencem, com espírito de fraternidade.

De seguida, o quadro apresentará aos discentes a seguinte questão: “De que precisará o mundo?”. Como forma de responder a esta mesma questão será afixado no painel da sala o cartaz *O Mundo precisa de um abraço de grupo*¹⁸⁰. Explicarei aos discentes a razão da utilização desta estratégia, para que compreendam que, por vezes, uma imagem pode expressar mais do que muitas palavras. Através da afixação do cartaz, poderão lembrar-se da temática estudada nestas aulas e dos conteúdos abordados, pois o referido espaço de sala de aula é o local diário onde esta turma frequenta as restantes disciplinas que fazem parte do seu currículo de estudos. A utilização desta estratégia deve sensibilizar os discentes para a importância de se unirem com espírito de fraternidade, através da aceitação das diferenças entre todos; respeito pelo próximo, independentemente da raça, da cor, do sexo, língua, ou religião. Através dela pretende-se alcançar um dos objetivos destinados para a presente aula, *relacionar-se com os outros com base nos*

¹⁷⁷ Esta estratégia auxilia grandemente a prática pedagógica, uma vez que, tratando os alunos pelo nome próprio, me permite incutir nos alunos maior concentração e motivação no processo de aprendizagem. Através dela é possível centralizar-se a atenção dos alunos.

¹⁷⁸ Declaração Universal dos Direitos Humanos.

¹⁷⁹ COMISSÃO EPISCOPAL DA EDUCAÇÃO CRISTÃ, *Caminhos de encontro. Educação Moral e Religiosa Católica. 5º ano do Ensino Básico*, Lisboa, Secretariado Nacional de Educação Cristã, 2008¹, p. 177.

¹⁸⁰ Cf. anexo 6.

princípios de cooperação e solidariedade, assumindo a alteridade e diversidade como fator de enriquecimento mútuo.

Posteriormente serão distribuídos 9 envelopes grandes, por 9 alunos da turma, contendo, no interior de cada um, uma imagem de uma peça de roupa colorida¹⁸¹. Cada imagem terá registado uma das seguintes palavras ou expressões: *mentir; pensar mal do outro; dizer mal do outro; desejar mal ao outro; violência; egoísmo; inveja; ofender; rejeitar*. Mediante chamada individual, solicitar-se-á aos alunos que abram o envelope e que leiam, um de cada vez, de pé e em voz alta, o que está escrito na “peça de roupa” do envelope que lhe será destinado. Uma vez mais, espera-se que as intenções de participação sejam elevadas.

O registo de observação de comportamento e aproveitamento será também atualizado, de forma a representar um suporte objetivo de avaliação.

Será entregue a cada aluno a ficha de trabalho corrigida¹⁸², realizada na última parte da aula anterior.

No dia 10 de fevereiro, a **quarta aula** terá início com as práticas usuais de receção aos alunos, através da utilização da estratégia da música “Somos Iguais, diferentes” e da distribuição das cartolinas coloridas, com a identificação de cada discente. Será projetado o sumário em *powerpoint*: “Com amizade revisto-me de fraternidade. O valor do perdão”. Os alunos registarão o mesmo nos respetivos cadernos diários.

A seguir, proceder-se-á à visualização do vídeo *Um amigo*¹⁸³. Através da visualização deste vídeo pretende-se atingir o objetivo *Compreender o valor da amizade nas relações interpessoais*, com vista a alcançar a meta de aprendizagem G. *Identificar os valores evangélicos*. Tenciona-se que os alunos descubram a importância da convivência para os seres humanos e da consequente partilha de alegrias e tristezas, bem como da ajuda mútua. Compreenderão, ainda, a importância do respeito pelo próximo, através da aceitação das suas diferenças. Posto isto, solicita-se aos alunos que respondam individualmente no caderno diário à questão que aparecerá como última frase do vídeo: *Quem é o teu amigo?*

Será explicado que, mesmo com os amigos, por vezes surgem situações de conflito. Daí a pertinência de se refletir, neste momento da aula, sobre as questões colocadas no quadro:

¹⁸¹ Cf. anexo 7.

¹⁸² Cf. anexo 8.

¹⁸³ Recurso didático disponível em <http://www.sermais.blogspot.pt/search/label/S.%20Valentim> [consultado em 07/02/20015]. Cf. CD que acompanha o relatório.

Costumas reconhecer com facilidade que erraste?

Quando reconheces que erras tens o hábito de pedir desculpa ou perdão?

Aceitas os outros, mesmo sabendo que, por algum motivo, erraram?

Tens facilidade em perdoar?

Quando te pedem perdão, aceitas esse pedido?

Os alunos deverão responder a estas questões de uma forma breve. Não se pretende, porém, que as respostas, de carácter individual, sejam partilhadas entre os alunos.

De forma a estabelecer um elo de ligação com as questões apresentadas, convida-se os alunos a conhecer o que nos apresenta a Bíblia¹⁸⁴ sobre a temática do perdão. Para isso, será disponibilizada uma folha onde os alunos encontrarão dois exemplos da mensagem cristã sobre o perdão. A leitura do excerto do livro de Ben Sirá, por ser mais extensa, será feita pela professora:

“Quem se vinga sofrerá a vingança do Senhor, que severamente pedirá contas dos seus pecados. Perdoa ao teu próximo o mal que te fez e, quando o pedires na oração, Deus também te perdoará os pecados que tiveres cometido. Se um homem guarda rancor contra outro, como poderá pedir a Deus que o cure? Se não usa de misericórdia para com o seu semelhante, como se atreve a pedir perdão dos seus próprios pecados? Se ele, que é carne, guarda rancor, quem perdoará os seus pecados? Lembra-te do teu fim, e deixa de odiar. Lembra-te da corrupção e da morte e persevera os mandamentos. Lembra-te dos mandamentos, e não guardes rancor contra o teu próximo. Lembra-te da aliança com o Altíssimo, e não leves em conta o que te fizeram” (Sir 28, 1-7).

No entanto, para conferir dinamismo e proporcionar participação por parte dos alunos solicita-se um voluntário para a leitura de S. Lucas:

“Sede misericordiosos, como também o vosso Pai é misericordioso. Não julgueis e não sereis julgados; não condeneis e não sereis condenados; perdoais e sereis perdoados. Dai e dar-vos-á; colocarão nos vossos braços uma boa medida, calcada, sacudida, transbordante. Porque a mesma medida que usardes para os outros será usada para vós” (Lc 6, 36-38).

Não defraudando as expectativas habituais, espera verificar-se o elevado nível de intenções de participação.

Depois da leitura protagonizada por um discente, será pedido aos alunos que o material distribuído seja colado no caderno, sendo que desta forma se dará, não só relevância a todo o material que comporta a aula, mas também à organização do caderno diário.

¹⁸⁴ BÍBLIA SAGRADA. Edição Pastoral, Ed. Paulus, Lisboa, 1993.

A fim de alcançar a meta de aprendizagem N. *Promover o bem comum e o cuidado do outro*, no momento seguinte da aula serão distribuídos por cada aluno envelopes com um selo do Papa Francisco, para redação de uma carta a um amigo¹⁸⁵. Como conteúdo a abordar: *Construir um mundo fraterno promovendo a concórdia nas relações interpessoais*, a estratégia desta carta pretende expressar um pedido de perdão, dirigida a um amigo à sua escolha¹⁸⁶, sendo que nela deverá refletir-se o arrependimento pelo mal causado. Se o tempo destinado para esta atividade não for suficiente em contexto sala de aula, será pedido aos alunos que a realizem como trabalho de casa.

Os alunos atualizarão, ainda, o seu *Cartão de Empenho EMRC*.

Em 27 de fevereiro, dia agendado para a lecionação da **quinta aula**, reproduzir-se-á a música “Somos Iguais, diferentes” de João Portugal. Serão distribuídas, pela última vez, as pequenas cartolinas coloridas, com a identificação de cada aluno¹⁸⁷.

De seguida, projetar-se-á o sumário em *powerpoint*: “Cultivar sementes de fraternidade. Realização de uma ficha de trabalho para consolidação de conhecimentos”.. Posteriormente será feita a verificação da realização dos trabalhos de casa e registada esta informação na grelha de observação e avaliação elaborada para o conjunto das cinco aulas desta U L.

A seguir, os alunos assistirão à visualização do vídeo sobre o comportamento humano: “A bondade do ser humano”¹⁸⁸. Através da visualização deste vídeo pretende-se atingir o objetivo, *comprometer-se com a construção de um mundo mais fraterno promovendo o bem comum e o cuidado do outro*, para alcançar a meta de aprendizagem N. *Promover o bem comum e o cuidado do outro*. Desta forma, tenciona-se que os alunos compreendam a importância da bondade promovida pelo ser humano, exemplificada através de práticas e exemplos simples do quotidiano e a sua relação para uma convivência salutar entre todos. Este vídeo será utilizado como estratégia para desenvolver o conteúdo *a regra de ouro*: “*O que quiserdes que os outros vos façam, fazei-lho vós também*” (Lc 6, 31)¹⁸⁹. Pelos exemplos

¹⁸⁵ Cf. anexo 9.

¹⁸⁶ A elaboração desta carta para além de representar a importância do reconhecimento do erro e a capacidade de pedir perdão serviu, ainda, para os alunos consolidarem a estrutura da carta, abordada na disciplina de Língua Portuguesa, promovendo-se, desta forma a interdisciplinaridade.

¹⁸⁷ Esta estratégia foi adotada desde a primeira até à última aula. Apesar da sua simplicidade, representou um enorme auxílio na prática pedagógica, uma vez que, tratando os alunos pelo nome próprio, incutiu-se nestes maior concentração e motivação no processo de aprendizagem.

¹⁸⁸ Disponível em: <http://videos.sapo.mz/UUJCCzHtC31GfGMVI31Z>; Cf. CD que acompanha o relatório.

¹⁸⁹ Esta proposta de exemplo bíblico, não é sugerida pelo atual manual da disciplina, mas antes como conteúdo a desenvolver nas novas metas de aprendizagem, particularmente na meta L. *Estabelecer um diálogo entre a cultura e a fé*. Cf. SECRETARIADO NACIONAL DE EDUCAÇÃO CRISTÃ, *Programa de Educação Moral e Religiosa Católica. Finalidades, metas, objetivos e conteúdos*, Lisboa, 2014, p.60 e 61.

contidos, acredita-se que este representa uma boa síntese da regra citada. Depois de um breve comentário ao vídeo, os alunos transcreverão para o caderno a *regra de ouro* que a docente registrará no quadro.

O momento seguinte da aula conta com a realização de uma atividade que pretende envolver a participação de todos os alunos: *Cultivar sementes de fraternidade*. Para isso, serão distribuídos aleatoriamente os sacos de sementes¹⁹⁰ pelos alunos da turma. Será também apresentado aos alunos um vaso com terra¹⁹¹ e proposto que, mediante chamada (9 pares e 1 trio), se desloquem até junto do vaso para semear uma das duas sementes que os seus sacos contêm. Os pequenos sacos de sementes incorporam um cartão com as seguintes palavras que, simbolicamente, se pretenderá cultivar: *amizade* (2 sacos), *compreensão* (2 sacos), *ajuda* (2 sacos), *dedicação* (2 sacos), *verdade* (2 sacos), *perdão* (2 sacos), *paz* (2 sacos), *diálogo* (2 sacos), *tolerância* (2 sacos), *amor* (3 sacos). Os alunos serão chamados não pelo seu nome próprio, mas por uma das palavras anteriormente citadas. Assim, os alunos que apresentem sacos de sementes com essas palavras, por essa ordem deverão dirigir-se até junto do vaso. Será explicado aos alunos que a semente que resta no interior do seu saco deverá ser guardada como recordação das aulas de EMRC. Tendo em conta o elevado nível de participação dos alunos nas aulas anteriores, esta atividade será concebida de modo a que todos os alunos possam participar. A dinâmica proposta visa alcançar a meta de aprendizagem L. *Estabelecer um diálogo entre a cultura e a fé*.

Seguidamente será realizada uma ficha de trabalho¹⁹² para consolidação de conhecimentos. A entrega e correção da respetiva ficha¹⁹³ ficarão a cargo da docente titular da turma, que o fará numa das próximas aulas a lecionar.

Tendo em conta que esta aula representa o término desta U L, será oportuno que se dialogue com os discentes, em jeito de conclusão, sobre os conteúdos desenvolvidos e explorados através das diversas estratégias de ensino aplicadas. Aos alunos lembrar-se-á, então, que viver em fraternidade: é necessário para a concórdia nas relações interpessoais; é um desafio “obrigatório” para cada dia; é o caminho para a relação humana baseada em valores estruturantes da pessoa; é contribuir para a manutenção da paz e é, ainda, o melhor meio para a felicidade de todos.

Os registos no documento de observação de comportamento e aproveitamento serão concluídos, de modo a conferir um suporte posterior objetivo, que auxilie a concretização da avaliação.

¹⁹⁰ Sementes de girassol (símbolo da disciplina de EMRC). Cf. anexo 10.

¹⁹¹ Cf. anexo 11.

¹⁹² Cf. anexo 12.

¹⁹³ Cf. anexo 13.

Chegado o momento final da presente aula, como prática habitual, os alunos refletirão sobre o seu desempenho e participação. Pela última vez, atualizarão o *Cartão de Empenho EMRC*. Este modelo de autoavaliação será concluído nesta aula, sendo que a sua finalização será observada atentamente pela professora, de modo a compreender a capacidade individual de os alunos refletirem sobre o seu comportamento ao longo das cinco aulas lecionadas.

A professora despedir-se-á dos alunos, agradecendo por tudo aquilo que eles também lhe ensinaram, pois o processo de ensino/aprendizagem só é possível graças aos desafios colocados em cada aula pelos mesmos.

Segue-se, agora, uma planificação esquemática da U L trabalhada no conjunto das cinco aulas lecionadas na turma C do 5º ano de escolaridade da Escola E B 2, 3 André Soares.

Planificação de Aula

Unidade Letiva: A Fraternidade
Aula n.º 1 de 5

Ano: 5º Turma: C
Data: 20 de Janeiro de 2015
Tempo previsto: 45 min

Metas de aprendizagem	Objetivos a atingir	Conteúdos a desenvolver	Estratégias de Ensino	Recursos	Tempo	Instrumentos de Avaliação
Acolhimento e Sumário			Apresentação da docente Acolhimento aos alunos através da música “ Somos iguais, diferentes” ¹⁹⁴ Apresentação do Sumário em <i>PowerPoint</i> e registo no caderno diário.	Computador e projetor. Caderno diário	5min	Assiduidade e pontualidade
SUMÁRIO: Introdução ao estudo da Unidade Letiva “A fraternidade”. A fraternidade: Todas as pessoas merecem respeito e amor. A importância do(s) grupo(s) para o relacionamento humano.						
Q. Reconhecer à luz da mensagem cristã, a dignidade da pessoa humana.	1.Desenvolver nos alunos o sentido crítico relativamente ao seu empenho nas aulas de EMRC 2.Incentivar a motivação, a participação e o empenho nas atividades propostas.		• Explicação da finalidade do “Cartão de Empenho EMRC”. Sensibilização para a importância de conservação do mesmo, durante as cinco próximas aulas.	Cartolina Cola	5 min	

¹⁹⁴ Música disponível no site <http://www.letras.com.br/#!joao-portugal/pequeno-trevo>

	<p>3.Reconhecer a igual dignidade de todo o ser humano</p> <p>4.Valorizar a comum filiação divina</p>	<ul style="list-style-type: none"> •Origem e significado da palavra “fraternidade” e o seu alcance social e religioso <ul style="list-style-type: none"> •Os grupos onde me insiro <p>-Exemplificação de grupos: (a família, a escola, a turma, os amigos, a paróquia, a catequese, os escuteiros, etc.)</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Breve apresentação da U L a lecionar: <i>A fraternidade</i> <p>Registo no quadro da origem etimológica da palavra <i>Fraternidade</i>. Explicação oral do termo.</p> <p>Registo de palavras-chave, para uma posterior elaboração da definição.</p> <ul style="list-style-type: none"> • Elaboração, em conjunto, de uma definição do mesmo termo. <p>Registo no quadro e cadernos diários.</p> <ul style="list-style-type: none"> • Exemplo do escutismo como prática da fraternidade. <ul style="list-style-type: none"> • Diálogo com os alunos sobre exemplos de grupos onde estes se inserem na vida quotidiana. 	<p>Quadro e caneta Caderno diário</p> <p>Quadro e caneta Caderno diário</p>	<p>10 min</p> <p>10 min</p> <p>5 min</p>	<p>Motivação para o tema da unidade letiva 5 “A fraternidade” Participação e empenho dos alunos</p> <p>Participação ativa e organizada</p> <p>Respeito pela ordem de participação</p> <p>Nível de atenção e concentração</p>
--	---	---	---	--	--	---

Planificação de Aula

Unidade Letiva: A Fraternidade
Aula n.º 2 de 5

Ano: 5º Turma: C
Data: 27 de janeiro de 2015
Tempo previsto: 45 min

Metas de aprendizagem	Objetivos a atingir	Conteúdos a desenvolver	Estratégias de Ensino	Recursos	Tempo	Instrumentos de Avaliação
Acolhimento e Sumário SUMÁRIO: O modo como me relaciono com os elementos dos grupos a que pertença. Somos todos irmãos, filhos do mesmo Deus.			Acolhimento aos alunos através da música "Somos iguais, diferentes". Apresentação do Sumário em <i>powerpoint</i> e registo no caderno diário.	Computador e projetor. Caderno diário	.5 min	Atenção e concentração.
	5-Mobilizar princípios e valores éticos para a orientação do comportamento em situações vitais do quotidiano.	-Integração nos grupos: colaboração com os outros, aceitação dos outros e das suas características pessoais, disponibilidade para ouvir, participação nas atividades do grupo, etc.	•Reflexão individual sobre o modo como cada um se relaciona com os outros elementos dos grupos em que se insere. Reforço sobre a importância da aceitação dos outros (diferentes de nós) com as suas características pessoais e culturais. <i>De que modo te relacionas com os teus colegas?</i>	Caderno diário	10 min 5 min	Respeito pelos colegas

			<p>•Ficha de trabalho sobre os <i>grupos onde me insiro</i> e a importância da existência dos mesmos para o ser humano. (se o tempo destinado para esta atividade não for suficiente, solicitarei que seja realizada como trabalho de casa).</p>	<p>Ficha de trabalho (Fotocópias)</p>	<p>10min</p>	<p>Empenho na realização da ficha de trabalho.</p>
--	--	--	---	---------------------------------------	--------------	--

Planificação de Aula

Unidade Letiva: A Fraternidade
Aula n.º 3 de 5

Ano: 5º Turma: C
Data: 3 de Fevereiro de 2015
Tempo previsto: 45 min

Metas de aprendizagem	Objetivos a atingir	Conteúdos a desenvolver	Estratégias de Ensino	Recursos	Tempo	Instrumentos de Avaliação
Acolhimento e Sumário			Acolhimento aos alunos através da música "Somos iguais, diferentes". Apresentação do Sumário em <i>PowerPoint</i> e registo no caderno diário	Computador e projetor. Caderno diário	5 min.	Atenção e concentração.
SUMÁRIO: A Declaração Universal dos Direitos Humanos. O mal, fragilidade e ameaça à fraternidade.						
G. Identificar os valores evangélicos	6-Mobilizar princípios e valores éticos para a orientação do comportamento em situações vitais do quotidiano.	<ul style="list-style-type: none"> • Todos somos irmãos: -Todos somos dotados de razão e consciência (Declaração Universal dos Direitos Humanos, Artigo I). 	<p>A Declaração Universal dos Direitos Humanos (10 de Dezembro de 1948):</p> <ul style="list-style-type: none"> • Leitura do texto da página 175 e 176 do manual de 5º ano de EMRC <i>Caminhos de Encontro</i> (de "A declaração universal dos direitos humanos" até "em espírito de fraternidade"). • Registo no quadro do Artigo 1º (transcrito da página 177 do manual da disciplina: "Todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e em direitos. Dotados de razão e de consciência, devem agir uns para com os outros em espírito de fraternidade.") <p>Registo no caderno por parte dos alunos.</p>	<p>Manual da disciplina</p> <p>Quadro e caneta</p> <p>Cadernos diários</p>	<p>10 min.</p> <p>5 min.</p>	<p>Participação ativa e organizada.</p> <p>Sentido de responsabilidade para</p>

N. Promover o bem comum e o cuidado do outro	7- Relacionar-se com os outros com base nos princípios de cooperação e solidariedade, assumindo a alteridade e diversidade como fator de enriquecimento mútuo.	- Todos somos habitantes da mesma casa: o universo e a Terra são o nosso lar.	<p>Explicação: Todos os seres humanos, possuidores de Direitos salvaguardados pela DUDH¹⁹⁵, devem agir uns para com os outros, dentro dos grupos a que pertencem, com espírito de fraternidade.</p> <p>Registro no quadro da questão: “De que precisará o mundo?”</p> <p>• Afixação no painel da sala o cartaz <i>O Mundo precisa de um abraço de grupo</i>.¹⁹⁶</p> <p>Serão distribuídos 9 envelopes grandes, por 9 alunos da turma, contendo no interior de cada um uma imagem de uma peça de roupa colorida. Cada uma terá registada uma das seguintes palavras ou expressões: <i>mentir; pensar mal do outro; dizer mal do outro; desejar mal ao outro; violência; egoísmo; inveja; ofender; rejeitar</i>.</p> <p>Mediante chamada individual, solicitarei a estes alunos que abram o envelope e que leiam, um de cada vez, de pé e em voz alta o que está escrito na</p>	Quadro e caneta	5 min.	com o uso do material escolar.
	8- Verificar quais são fragilidades e as ameaças à fraternidade.	• O mal, fragilidade e ameaça à fraternidade, que vai contra a dignidade e felicidade da pessoa: - mentir; - pensar mal do outro; - dizer mal do outro; - desejar mal ao outro; - violência; - egoísmo; - inveja; - ofender; - rejeitar.	Envelopes grandes; Folhas de papel, com formato de peças de roupa coloridas.	15 min.	Participação ativa e organizada.	Respeito pela professora e pelos colegas.

¹⁹⁵ Declaração Universal dos Direitos Humanos.

¹⁹⁶ Recurso didático adaptado, disponível no *site* http://weheartit.com/entry/154663062/tag/hug%20world?context_user=janislynn

		<p>“peça de roupa” do envelope que lhe foi destinado.</p> <p>À medida que cada aluno for lendo, desloca-se ao ecoponto de reciclagem, para se desfazer do papel (sendo que esta atitude representará o simbolismo de o aluno não se querer “vestir”, ou não querer manter consigo sentimentos, atitudes ou formas de agir, que prejudicam os outros e que, por isso, representam uma ameaça à fraternidade.</p> <p>Atualização do <i>Cartão de Empenho EMRC</i>.</p> <p>Entrega da ficha nº 1 (corrigida), realizada na última parte da aula anterior.</p>	<p>Ecoponto de reciclagem, disponível na sala.</p> <p><i>Cartão de Empenho EMRC</i>.</p>	<p>5 min.</p>	<p>Autoavaliação individual.</p>
--	--	--	--	---------------	----------------------------------

Planificação de Aula

Unidade Letiva: A Fraternidade
Aula n.º 4 de 5

Ano: 5º Turma: C
Data: 10 de Fevereiro de 2015
Tempo previsto: 45 min

Metas de aprendizagem	Objetivos a atingir	Conteúdos a desenvolver	Estratégias de Ensino	Recursos	Tempo	Instrumentos de Avaliação
Acolhimento e Sumário SUMÁRIO: Com amizade revisto-me de fraternidade. O valor do perdão.			Acolhimento aos alunos através da música “Somos iguais, diferentes”. Apresentação do Sumário em <i>PowerPoint</i> e registo no caderno diário.	Computador e projetor. Caderno diário	5 min	Atenção e concentração
G. Identificar os valores evangélicos	9-Compreender o valor da amizade nas relações interpessoais.	•Reconhecer a importância do valor da amizade.	Visualização do vídeo <i>Um amigo</i> ¹⁹⁷ , sobre a amizade. Através da visualização deste vídeo pretendo que os alunos descubram a importância da convivência para os seres humanos e da consequente partilha de alegrias e tristezas, bem como da ajuda mútua. Compreenderão, ainda, a importância do respeito ao próximo, através da aceitação das suas diferenças.	Computador e projetor Vídeo <i>Um amigo</i>	6 min	Atenção e concentração

¹⁹⁷ Disponível em <http://www.sermais.blogspot.pt/search/label/S.%20Valentim> [consultado em 07/02/2015].

N. Promover o bem comum e o cuidado do outro	10-Promover o valor do perdão na construção quotidiana de um mundo fraterno.	<ul style="list-style-type: none"> •Construir um mundo fraterno, promovendo a concórdia nas relações interpessoais. 	<p>Solicito que os alunos respondam individualmente à questão que aparece como última frase do vídeo: <i>Quem é o teu amigo?</i> Solicito que a resposta seja escrita no caderno diário: <i>O meu amigo é...</i></p> <p>Explicitarei que, mesmos com os amigos, por vezes surgem situações de conflito.</p> <p>De seguida registarei no quadro:</p> <p><i>Costumas reconhecer com facilidade que erraste?</i></p> <p><i>Quando reconheces que erras tens o hábito de pedir desculpa ou perdão?</i></p> <p><i>Aceitas os outros, mesmo sabendo que, por algum motivo, erraram?</i></p> <p><i>Tens facilidade em perdoar?</i></p> <p><i>Quando te pedem perdão, aceitas esse pedido?</i></p> <p>Os alunos copiam para o caderno as questões e respondem de forma breve às mesmas.</p>	Quadro e caneta	4 min	Respeito pela professora e pelos colegas.
	11-Compreender a importância de perdoar a quem nos ofende.	<ul style="list-style-type: none"> •Etapas para a superação do mal e dos conflitos que dele resultam: <ul style="list-style-type: none"> -Estar disposto a aceitar que se errou (a revisão da vida); - Estar disposto a pedir perdão; -Estar disposto a aceitar os outros apesar dos seus erros; -Estar disposto a perdoar; - Aceitar ser perdoado. 		Caderno diário	10 min	Atenção e concentração

	12-Interpretar textos fundamentais da Bíblia sobre o perdão.	<p>•A mensagem cristã sobre o perdão: - Sir 28, 1-7 (perdoar o outro e recusar a vingança); - Lc 6, 36-38 (ser misericordioso).</p>	<p>As respostas não são partilhadas.</p> <p>De forma a estabelecer um elo de ligação com as questões apresentadas anteriormente, convido os alunos a conhecer duas passagens Bíblicas sobre a temática do perdão. Para isso, distribuirei uma folha onde os alunos irão ler dois exemplos bíblicos da mensagem cristã sobre o perdão. Depois da leitura, o material distribuído será colado no caderno diário.</p> <p>Distribuição de um envelope com um selo do Papa Francisco para redação de uma carta a um amigo.</p> <p>Esta carta deve ser um pedido de perdão dirigida a um amigo à sua escolha¹⁹⁸, sendo que nela deve refletir o arrependimento pelo mal causado (se o tempo destinado para esta</p>	<p>Bíblia</p> <p>Fotocópias</p> <p>Caderno diário</p> <p>Envelopes e folhas</p>	<p>10 min</p> <p>10 min</p>	<p>Participação ativa e organizada.</p>
--	--	---	---	---	-----------------------------	---

¹⁹⁸ A elaboração desta carta para além de representar a importância do reconhecimento do erro e a capacidade de pedir perdão, serve ainda para os alunos consolidarem a estrutura da carta, abordada na disciplina de Língua Portuguesa.

		<p>•Construir um mundo fraterno promovendo a concórdia nas relações interpessoais</p>	<p>atividade não for suficiente, solicita-se que seja realizado como trabalho de casa). Depois da aula, a carta pode ser entregue, pessoalmente ao destinatário.</p> <p>Atualização do <i>Cartão de Empenho EMRC</i>.</p>	<p>Cartão de empenho</p>		<p>Autoavaliação individual.</p>
--	--	---	---	--------------------------	--	----------------------------------

Planificação de Aula

Unidade Letiva: A Fraternidade

Aula n.º 5 de 5

Ano: 5º Turma: C

Data: 24 de Fevereiro de 2015

Tempo previsto: 45 min

Metas de aprendizagem	Objetivos a atingir	Conteúdos a desenvolver	Estratégias de Ensino	Recursos	Tempo	Instrumentos de Avaliação
Acolhimento e Sumário			Acolhimento aos alunos através da música “ Somos iguais, diferentes”. Apresentação do Sumário em <i>powerpoint</i> e registo no caderno diário.	Computador e projetor. Caderno diário	5 min	Atenção e concentração
SUMÁRIO: Cultivar sementes de fraternidade. Realização de uma ficha de trabalho para consolidação de conhecimentos.						
N. Promover o bem comum e o cuidado do outro.	12. Comprometer-se com a construção de um mundo mais fraterno promovendo o bem comum e o cuidado do outro.	<ul style="list-style-type: none"> A regra de ouro: “O que quiserdes que os outros vos façam, fazei-lho vós também” (Lc 6, 31). 	<ul style="list-style-type: none"> Elo de ligação com a aula anterior: verificação da realização do trabalho de casa (redação de uma carta, como pedido de desculpa/perdão a um amigo). -A carta deverá ser entregue pessoalmente ao amigo destinatário. Visualização de um vídeo sobre o comportamento humano: “A bondade do ser humano”, disponível em: http://videos.sapo.mz/UUJCCzHtC31GfGMVI31Z Comentário ao conteúdo do vídeo: Transcrição no quadro da regra de ouro “ O que quiserdes que os outros vos façam, fazei-lho vós também.” (Lc 6, 31); Registo da mesma nos cadernos diários. 	Registo de avaliação da docente.	5 min	Sentido de responsabilidade; Realização do trabalho de casa.
				Computador e projetor; Vídeo.	5 min	Atenção e concentração
				Quadro e caneta		

<p>L. Estabelecer um diálogo entre a cultura e a fé.</p>		<p>•Propostas para promover o bem comum e o cuidado do outro na nossa vida.</p>	<p>•Cultivar sementes de fraternidade: - Será apresentado aos alunos um vaso com terra e proposto que, mediante chamada (9 pares e 1 trio) se desloquem até junto do vaso para lançarem na terra uma das duas sementes que os seus sacos contêm. Os pequenos sacos de sementes incorporam um pequeno cartão com as seguintes palavras, que simbolicamente, se pretende cultivar.</p> <p>-amizade (2 sacos), -compreensão (2 sacos), -ajuda (2 sacos), -dedicação (2 sacos), -verdade (2 sacos), -perdão (2 sacos), -paz (2 sacos), -diálogo (2 sacos), -tolerância (2 sacos), -amor (3 sacos).</p> <p>Os alunos são chamados não pelo seu nome próprio, mas por uma das palavras anteriormente citadas. Assim, os alunos que apresentarem sacos de sementes com essas palavras, por essa ordem devem dirigir-se até junto do vaso. A atividade foi concebida de modo a que todos os alunos possam participar.</p> <p>Será explicado aos alunos que a semente que restou no interior do seu saco devem guardá-la para si.</p> <p>•Realização de uma ficha de trabalho para consolidação de conhecimentos.</p>	<p>Vaso com terra;</p> <p>Sacos e cartão pequenos com símbolo do girassol.</p> <p>Sementes de girassol (símbolo da disciplina de EMRC) a distribuir por cada aluno.</p> <p>Ficha de trabalho</p>	<p>15 min</p> <p>10 min</p>	<p>Participação organizada;</p> <p>Cumprimento das tarefas propostas;</p> <p>Respeito pelos outros.</p> <p>Cumprimento das regras da sala de aula.</p>
--	--	---	---	--	-----------------------------	--

			<p>•Conclusão da Unidade Letiva, lembrando aos alunos que viver em fraternidade:</p> <p>-é necessário para a concórdia nas relações interpessoais; -é um desafio “obrigatório” para cada dia; -é o caminho para a relação humana baseada em valores estruturantes da pessoa; - é contribuir para a manutenção da paz; - é o meio para a felicidade de todos.</p> <p>Diálogo com os alunos.</p> <p>Atualização do <i>Cartão de Empenho EMRC</i> e balanço da eficácia da sua utilização nas aulas de EMRC.</p> <p>Despedida, com votos de um futuro fraterno.</p>	Cartão de empenho	5 min	<p>Atenção e concentração.</p> <p>Autoavaliação individual.</p>
--	--	--	--	-------------------	-------	---

2.4. Síntese e avaliação da prática letiva

Depois de se ter sido pensada, planejada, esquematizada e lecionada a U L “A fraternidade” chegou o momento de, através de um olhar retrospectivo, se analisar aquilo que de melhor se realizou e o que poderia ter sido concebido de forma diferente. É evidente que aulas perfeitas não existem, quando muito, tocamos a esfera de uma aula bem sucedida. Apesar disso, este percurso de aprendizagem conjunta entre o grupo de estágio, onde houve espaço para a partilha de opiniões, de experiências e até de inquietações, resultou num crescimento pessoal e profissional. Está-se consciente da distância que pode separar a planificação prévia das aulas, da concretização das mesmas. Quantas vezes se planificam aulas, nas quais se compreende que a planificação concreta não se ajusta à imperiosa necessidade que se levanta em determinado momento? Apesar desta consciência, mais, desta sensibilidade, que se apresentou desde sempre na leção da U L “A fraternidade” foi possível cumprir-se o planejado, em cada uma das cinco aulas. A preparação prévia das mesmas contribuiu para a aposta na criatividade de recursos didáticos por mim elaborados e apresentados nas aulas.

Certo é que os alunos da turma C do 5º ano da Escola EB 2, 3 André Soares, pelas suas características comportamentais, já referidas no ponto 2.2, permitiram que as aulas fluíssem naturalmente através de um “fio condutor” pensado para cada aula.

A **primeira aula** lecionada no dia 20 de janeiro de 2015 foi determinante para execução das aulas seguintes. Compreendeu-se que era fundamental que os alunos reconhecessem a importância do cumprimento das regras da sala de aula e as aplicassem, para que o processo de ensino aprendizagem resultasse de uma forma eficaz. Tendo em consideração a faixa etária destes discentes, apostou-se por criar estratégias promotoras da atenção/concentração por parte destes. A criatividade foi, assim, muito trabalhada de modo a motivar a aprendizagem. De entre as estratégias para este fim, destaca-se o sucesso da utilização da música “Somos iguais, diferentes” de João Portugal, logo na parte inicial da aula que, pela novidade, representou um ótimo mecanismo de acolhimento que resultou no objetivo que se pretendia. Destaca-se também a criação do *Cartão de empenho EMRC* que auxiliou o reconhecimento de se adotar comportamentos adequados à sala de aula. Houve o cuidado de utilizar estas duas estratégias ao longo da leção da Unidade Letiva (ao longo das cinco aulas), conferindo continuidade a todo o processo e a coerência do que se exigia.

A concentração, o empenho e o sentido de responsabilidade demonstrados pelos alunos relativamente ao uso do material escolar e ao registo das palavras-chave nos cadernos, adivinhavam, desde esta primeira aula, um quadro de alunos empenhados. No geral, assim se constatou.

É de salientar, ainda pela positiva, o nível de participação da maioria dos discentes no que respeita à elaboração conjunta da definição de *fraternidade*. O diálogo cordial foi também marca presente desta aula. Reinou o respeito e o gosto por aprender. Não obstante, um momento ou outro, houve necessidade de reajustar posturas menos adequadas por parte de, pelo menos, dois alunos. Apesar disso, esta primeira aula caracterizou-se pela empatia conseguida entre professora e alunos, que se acredita ter influenciado a persecução das aulas posteriores.

A **segunda aula**, lecionada no dia 27 de janeiro de 2015 revelou, pela segunda vez, a eficácia da utilização da estratégia de acolhimento, pois facilitou grandemente a concentração logo desde os minutos iniciais, uma vez que a aula de EMRC tinha lugar imediatamente a seguir ao tempo de intervalo, onde os alunos habitualmente se apresentam mais conversadores.

Depois de se estabelecer um elo de ligação com a última aula, de forma a recordar os conteúdos abordados, esta aula contou com um momento de reflexão individual sobre o modo como cada um se relaciona com os outros que lhe são próximos. A frase registada no quadro auxiliou grandemente esta mesma reflexão, pelo modo direto com que foi concebida a questão.¹⁹⁹ Salienta-se, ainda, a elevada concentração dos alunos neste mesmo momento da aula, o que demonstrou que a estratégia utilizada foi bem conseguida. Houve sempre o cuidado de verificar se todos os alunos tinham terminado a tarefa proposta. Acredita-se que esta atividade foi extremamente positiva, pois a partilha desta reflexão, permitiu que os alunos reconhecessem que nem sempre interagem com os demais de um modo afável e respeitador. Neste momento, a sala de aula deu lugar a um palco de reflexões silenciosas. As expressões dos alunos revelaram introspeção. Todos foram capazes de refletir sobre a questão e passar à escrita o seu modo de agir. Inaugurou-se, então, o momento de partilha das reflexões individuais. Inicialmente desenhou-se este momento de aula, dando voz apenas a dois alunos, no entanto, todos os discentes se revelaram altamente participativos, cumprindo as regras de participação em sala de aula, tornando-se imperativo auscultar um maior número de respostas. Os alunos mostraram-se, na sua generalidade, extremamente sinceros nas suas intervenções: afirmando que nem sempre se relacionam com cordialidade com os colegas e que, por vezes

¹⁹⁹ Cf. planificação da segunda aula.

chegam mesmo a envolver-se em conflitos. Aproveitando as respostas, fez-se sobressair o que de mais positivo foi dito e comentou-se, também, o que de negativo surgiu, de modo a levar os alunos a compreender que esse tipo de comportamentos nada tem a ver com o espírito de fraternidade.

Destaca-se a forma genuína, típica das crianças, com que expressaram o arrependimento pelo uso de algumas palavras ofensivas a que, por vezes, recorrem no seu modo de viver com os outros, nos grupos em que se inserem, associados a alguma violência verbal e egoísmo. A sinceridade e transparência foram traços marcantes das intervenções dos discentes. Por isto, considera-se que esta proposta de reflexão e respetiva partilha com os colegas foi bastante enriquecedora. A aula de EMRC deve representar um espaço de ponderação e troca de experiências. Pelo diálogo profícuo, assim aconteceu.

Esta segunda aula contou com um momento de interdisciplinaridade com a disciplina de História e Geografia de Portugal, uma vez que os alunos tiveram oportunidade de recordar as características do *Homo sapiens sapiens*, para perceberem que algumas características típicas da vivência em sociedade e as vantagens da salutar convivência em grupo remontam há quase 200 mil anos. Conseguiu-se, assim, articulação curricular com os conteúdos das duas disciplinas referidas.

No que diz respeito ao uso do recurso em *powerpoint*, constatou-se que os alunos simpatizaram com este tipo de estratégia, pois através dele conseguiu-se uma articulação entre os conteúdos abordados, quer na primeira, quer na segunda aula, uma vez que o conteúdo do *powerpoint* apresentava frases e imagens sugestivas que os alunos acompanhavam com interesse. Os alunos perceberam que apesar das diferenças físicas e psicológicas existentes entre todos os seres humanos, existem também muitas semelhanças que representam um fundamento válido para a concretização dos valores do respeito, da amizade e da solidariedade entre as pessoas.

Relativamente à atualização do *Cartão de Empenho de EMRC* esta estratégia revelou-se interessante, pois dois alunos que apresentaram atitudes de menor empenho e concentração na aula, efetivamente não atualizaram o seu cartão, ou seja, não colaram a imagem destinada para esta segunda aula. No fundo, pretendia-se que os alunos fossem responsáveis pelo seu comportamento e o reconhecessem, materializando-o sob a forma deste cartão.

O registo de observação de comportamento e aproveitamento foi atualizado, continuando a representar um suporte objetivo de avaliação, conferindo, desta forma, continuidade no rigor deste processo.

Nesta segunda aula, a planificação foi integralmente cumprida e acredita-se que os conteúdos abordados e os objetivos foram também alcançados. Realça-se, a excelente

participação dos alunos. Estes revelaram-se atentos e empenhados. Participaram criticamente e as intervenções foram extremamente oportunas e enriquecedoras.

Houve harmonia no processo ensino/aprendizagem.

Na **terceira aula** lecionada no dia 3 de fevereiro os alunos surpreenderam a docente, pois quando se iniciou a reprodução da música de acolhimento, todos apresentavam o *Cartão de empenho EMRC* e olhando o verso do mesmo, logo entoaram em uníssono a música “Somos iguais, diferentes.” Este momento fez crer a eficácia desta estratégia, pois a sentida interpretação da música por parte dos alunos demonstrou o alcance do seu propósito. Testemunhar momentos indescritíveis como este, fazem o professor sentir que vale a pena arriscar a inovação de estratégias tal como esta. Existem momentos de realização profissional que não se conseguem expressar com o máximo rigor, pois pecariam pela falta de precisão, só perceptível na experiência *in loco*. Este foi um deles.

Esta aula caracterizou-se pelo elevado sentido de responsabilidade dos alunos relativamente ao uso do material escolar e pela elevada participação na leitura do texto da página 175 do manual. A preocupação da interpretação do texto foi sendo uma constante ao longo da leitura, isto conseguiu-se através da apresentação de sinónimos para os vocábulos desconhecidos. Acredita-se, assim, que todos os alunos compreenderam o texto trabalhado.

Os alunos revelaram, ainda, ter bem inculcadas as regras de participação em contexto sala de aula, pois para manifestar a sua intenção de participação estavam em silêncio, com os dedos no ar, cuja importância tem sido constantemente por mim reforçada. Assim, a leitura do texto selecionado foi faseada, sendo que praticamente todos os alunos manifestavam intenção de ler. A participação dos discentes foi muito ativa, o que representa também para o professor um fator de motivação, pois os alunos demonstraram vontade de colaborar no dinamismo que se tenta conferir às aulas. Não obstante, considerando a dimensão do texto, constatou-se que nem todos poderiam ler. Porém, o fator participação representa, à semelhança das restantes aulas, um dos critérios de avaliação da disciplina de EMRC. Foi explicado aos alunos que, nesta fase, nem todos teriam oportunidade de participar, mas realçou-se a satisfação para com as intenções de leitura, lembrando que seria dada oportunidade de participação aos restantes alunos numa fase posterior da aula.

Nesta terceira aula a diversidade de estratégias foi uma realidade constante que se julga em muito ter contribuído para a concentração dos discentes, pois as aulas monótonas tendem a propiciar momentos de distração. Por isso, considerou-se importante a existência de momentos de registo escrito no quadro e cadernos diários. Depois da explanação do intuito da elaboração da DUDH, a aula contemplou o registo do artigo primeiro da mesma Declaração.

Os alunos revelaram interesse na auscultação do primeiro artigo da DUDH e perceberam que este documento salvaguarda os direitos de todos os seres humanos. Como os alunos revelaram desconhecer a existência da DUDH, houve necessidade de a contextualizar, dando resposta às dúvidas que surgiram. Realçou-se a importância do agir com espírito de fraternidade nos relacionamentos entre os colegas nos grupos em que os alunos se inserem.

A fim de lançar um pequeno desafio aos discentes, foi registada no quadro uma questão que levaria os alunos, uma vez mais, a refletir. Apostou-se na potencialização do painel da sala, que habitualmente é usado apenas, ou para afixar do horário da turma, ou para expor avisos importantes. Desta forma, ele serviu para ver afixada a resposta à questão colocada. Esta resposta apresentada em língua inglesa e traduzida para língua portuguesa, pareceu surpreender os alunos. Com o intuito de responder à questão apresentada por escrito no quadro *De que precisará o mundo?*, o cartaz continha, como resposta, a frase *The world needs a group hug (o mundo precisa de um abraço de grupo)*.²⁰⁰ Julgou-se vantajoso que alguns dos materiais utilizados nas aulas de EMRC pudessem ser sempre visualizados pelos discentes, pois desta forma, acredita-se que através da memória visual os objetivos atingidos fossem mais facilmente alcançados, recordados e postos em prática.

Destaca-se de modo extremamente positivo a atividade planificada nesta aula que pretendeu levar os alunos “vestir” fraternidade. A entrega dos envelopes destinados para este fim, criou desde logo grande entusiasmo junto dos discentes. Pelo efeito surpresa²⁰¹, todos manifestavam enorme vontade de participar. De um modo entusiástico, os dedos no ar agitavam-se, conferindo um sentido dinâmico a esta aula e fazendo a professora sentir que a criatividade das estratégias engrandecia as aulas. Houve o cuidado prévio de se esclarecer qual o objetivo da atividade e o modo como iria decorrer. Valorizando a ordem e a disciplina na sala, reforcei a importância do cumprimento das regras nesta atividade, tal como em todas as outras. Assim, a mesma pautou-se pela disciplina na participação. As imagens de papel utilizadas para esta atividade iam sendo colocadas no ecoponto da sala, estrategicamente posicionado em frente ao quadro, conferindo também preocupação e responsabilidade ecológicas. Esta atividade foi um momento alto da dinâmica pedagógica, pois os alunos além de se encontrarem extremamente atentos e motivados foram capazes de entender o objetivo desta atividade – *verificar quais são as fragilidades e ameaças à fraternidade* – sendo que a estratégia utilizada se revelou muito interessante.

²⁰⁰ A tradução é da minha responsabilidade. Cf. anexo 6.

²⁰¹ “A novidade é outros dos recursos para dirigir a atenção”, Miguel ZABALZA, *Planificação e Desenvolvimento Curricular na Escola*, op. cit. p. 158.

À medida que cada aluno ia lendo, deslocava-se ao ecoponto de reciclagem²⁰², para se desfazer do papel. Esta atitude pretendeu simbolizar o facto de o aluno não se querer “vestir”, ou não querer manter consigo sentimentos, atitudes ou formas de agir, que pudessem prejudicar os outros e que, por isso, representassem uma ameaça à fraternidade. Assim, acreditámos ter alcançado a meta de aprendizagem N. *Promover o bem comum e o cuidado do outro.*

No final desta aula, a maioria dos alunos colou a imagem destinada para a presente aula no seu *Cartão de Empenho EMRC*. Refletiram sobre o seu desempenho e participação. Verificou-se uma gradual eficácia da referida estratégia, pois alguns alunos encontravam-se ensimesmados, ponderando o seu empenho, sendo que o resultado da sua reflexão resultaria na decisão de colarem ou não o autocolante.

De facto, através do fator participação, os alunos enriqueceram a presente aula, fazendo antever um registo ascendente de motivação e um alcance cada vez maior dos resultados pedagógicos.

Foi entregue a cada aluno a ficha de trabalho corrigida, realizada na última parte da aula anterior. Os excelentes resultados expressaram a eficácia do processo ensino/aprendizagem, sendo que se constatou que os objetivos delineados foram alcançados e os conteúdos assimilados.

Na quarta aula, agendada para o dia 10 de fevereiro, o acolhimento aos alunos foi mais uma vez bem-sucedido. Os alunos demonstraram rigor na pontualidade, fator que foi sendo reforçado e trabalhado ao longo das aulas anteriores e que surtiu o efeito desejado. O interesse em que a professora iniciasse a aula foi patente por parte dos alunos. Este demonstraram prontidão na ajuda à distribuição dos materiais (pequenas cartolinas) usados em todas as aulas para facilitar a identificação dos discentes. A colaboração entre todos foi mais acentuada. Observaram-se atitudes de respeito e de organização. Observaram-se alunos com sentido de responsabilidade apurado.

Recorreu-se à utilização do vídeo “Um amigo”, onde os alunos puderam compreender o valor da amizade nas relações interpessoais. Uma vez que o vídeo apresentava uma mescla de música, imagens e frases, considerou-se esta uma estratégia eficiente. Os alunos estiveram atentos e no final os seus comentários comprovaram ter assimilado o conteúdo do vídeo.

²⁰² Como forma de sensibilização para a importância da reutilização, em vez de deitarem as folhas com as imagens das peças de roupa no caixote do lixo normal, os alunos colocaram-nos no ecoponto de reciclagem de papel existente na sala de aula evitando, assim, o desperdício de papel utilizado nesta atividade. Deste modo, a preocupação e responsabilidade ecológica foram práticas decorrentes nesta atividade.

Tendo em conta que na primeira aula os alunos reconheceram nem sempre tratar os colegas dos grupos que integram com a devida cordialidade, convidou-se os discentes a responder à questão apresentada na parte final do vídeo “Quem é o teu amigo?”. Uma voz respondeu prontamente: “— É Jesus!”. Felicitei o aluno pela resposta apresentada e reforcei a importância da existência Desse amigo tão especial. Porém, muitos rostos apresentaram-se indecisos na escolha de uma resposta que contemplasse apenas um amigo. Uma vez mais os alunos foram levados a refletir.

Esta aula contemplou o registo de algumas questões relativas à amizade, às situações de conflito e à capacidade de perdoar e aceitar ser perdoado/desculpado. Os alunos responderam prontamente e com convicção às mesmas. No entanto, dois alunos da turma revelaram atitudes mais desajustadas, pelo que houve a necessidade constante de corrigir essas posturas, de modo a apresentarem um comportamento mais consentâneo. Estes momentos, influenciam o ritmo da aula, pois obrigam a quebras de raciocínio, quer por parte da professora, quer por parte dos discentes. Não obstante, é fundamental interromper a aula e advertir os alunos em questão para que a aula prossiga da melhor forma.

Quando foi proposto aos alunos conhecer o que apresentava a Sagrada Escritura sobre a temática do perdão, concretamente nas passagens bíblicas Sir 28, 1-7 e Lc 6, 36-38, todos os discentes ambicionavam participar. Pelo elevado nível de participação do grupo turma, gerir a colaboração dos alunos representou sempre um estímulo na criação de estratégias que promovessem a participação de todos.

Para esta aula estava planificada a elaboração de uma carta com um pedido de perdão a um amigo (poderia ser o amigo que tinham pensado no início dessa quarta aula), onde estivesse expresso o arrependimento de uma atitude menos positiva. Assim foi proposto, no entanto, tal como salvaguardava a respetiva planificação, o tempo destinado para esta atividade não foi suficiente. Solicitou-se, então, que a sua conclusão fosse realizada como trabalho de casa. Assim, uma vez que a conclusão da redação desta carta se passaria a realizar em casa, foi pedido aos alunos que a apresentassem na próxima aula. Devido ao caráter pessoal destas cartas, não se pretendia, porém, que o seu conteúdo fosse divulgado na aula. Isto foi informado aos discentes, para que, desta forma, se sentissem confortáveis na redação da mesma. Como o tempo destinado para esta atividade não foi suficiente,

Na parte final desta aula constatou-se que os alunos por sua iniciativa foram atualizando os seus *Cartões de Empenho EMRC*, o que denota que as práticas habituais estipuladas ao longo da lecionação, estão inculcadas nos alunos, contribuindo para a criação de rotinas que tendem a aumentar a sua capacidade de organização e, neste caso, também de autoavaliação.

Na **quinta aula**, dinamizada no dia 24 de fevereiro ao entrar na sala António Mota, onde decorreram aulas desta turma, instalou-se um sentimento de alguma tristeza. Afinal, esta seria a última aula a lecionar a estes discentes.

Nesta aula o sumário projetado: “Cultivar sementes de fraternidade. Realização de uma ficha de trabalho para consolidação de conhecimentos” provocou alguma indagação junto dos alunos. Questionaram essencialmente a primeira frase. Um aluno colocou a questão “— Vamos mesmo cultivar sementes?”. Evitando a resposta direta, foi pedido que aguardasse o devido momento. Mas, para não criar elevada ansiedade nos discentes, adiantou-se que seria uma atividade de carácter diferente e que, certamente, seria do agrado de todos.

Tendo em conta que foi necessário proceder à verificação do trabalho realizado em casa, apurou-se que três alunos não o apresentaram, sendo que apenas dois não o tinham efetivamente realizado. Importa referir que entre a quarta e a quinta aula houve um interregno de catorze dias – fator que afeta a continuidade do nosso trabalho – uma vez que o intervalo de tempo, neste caso, foi significativo. Apesar disso, a grande maioria dos alunos fez-se acompanhar da carta redigida (solicitada como trabalho para casa), a ser entregue ao amigo a quem pretendiam pedir perdão.

Como foi anteriormente referido, investiu-se, em cada aula, na diversidade de estratégias. Esta não foi exceção. Através da visualização do vídeo destinado para esta aula, os alunos perceberam a importância da prática do bem na sociedade e do seu contributo para a partilha da alegria pessoal e coletiva. Entenderam a importância do respeito ao próximo, do cuidado e atenção para com os mais necessitados e ainda o respeito e carinho a ter pelos animais. Pelo conteúdo que o vídeo apresenta sublinha-se o carácter pedagógico do mesmo. Destaca-se a espontaneidade da interação alunos/professora no momento de explorar as imagens apresentadas no vídeo. Conclui-se com a apresentação da *Regra de Ouro* “*O que quiserdes que os outros vos façam, fazei-lho vós também*” (Lc 6, 31), que representou uma síntese bem conseguida da exploração do conteúdo visualizado.

Conforme o planificado, a atividade que faria parte da primeira parte do sumário, pretendia envolver, através da participação, todos os alunos sem exceção. Munida com um vaso com terra e 21 saquinhos com 2 sementes de girassol cada um, propôs-se aos discentes o desenvolvimento desta atividade, ao que prontamente corresponderam de forma positiva. O entusiasmo uma vez mais instalou-se. *Cultivar sementes de fraternidade* foi o desafio proposto. A chamada realizou-se através das palavras (valores) que os cartões anexos aos saquinhos apresentavam. Assim, simbolicamente, os alunos foram cultivando: *amizade, compreensão, ajuda, dedicação, verdade, perdão, paz, diálogo, tolerância e amor*. Desta vez, os alunos foram chamados não pelo seu nome próprio, como habitualmente, mas por uma das

palavras anteriormente citadas. Assim, acredita-se que os alunos se reapropriaram da importância de promover os valores apresentados nos sacos das sementes e, desta forma, contribuírem, dali em diante, para o “germinar” de uma vivência mais fraterna.

Ainda nesta aula, foi com facilidade que os alunos realizaram os exercícios propostos na 2ª ficha de trabalho destinada para esta U L e que pretendeu aferir os conhecimentos adquiridos pelos alunos ao longo das cinco aulas. Não obstante a pertinência da realização desta ficha de trabalho, houve a sensação de um *feedback* muito positivo. A dedicação dos alunos nas cinco aulas permitiu reconhecer o alcance das aprendizagens que, aula a aula, foram adquiridas.

Para o sucesso comportamental desta turma, acredita-se que o *Cartão de Empenho EMRC*, em muito terá contribuído. Os alunos demonstraram apresentar rigor na capacidade de se autoavaliarem, pois constatou-se que alguns, pela atitude de menor concentração, efetivamente não apresentavam a totalidade dos cinco autocolantes destinados para cada uma das cinco aulas. Não obstante, um elevado número de discentes exibiram discretamente o seu *Cartão de Empenho EMRC* com a totalidade dos autocolantes.

É urgente educar para a generosidade, por isso, trabalharam-se as atitudes e o sentido de incumbência em contexto sala de aula, pretendendo-se que estes se prolonguem para além dela.

Os alunos são a razão pelo qual existe dedicação à mais bela das artes, a arte de ensinar. É através dela que todos os dias se lançam sementes em campo fértil. Pacientemente aguardo que elas, de hoje em diante, germinem e se exercite a autêntica vivência da fraternidade.

Criaram-se laços de afetividade entre discentes e professora. O respeito e a empatia mútua foram uma marca constante durante o tempo de lecionação. Acima de tudo, também “cresci” enquanto professora. Porque cada aluno é único e cada turma é irrepetível, estes alunos ensinaram-me a rever o lado puro do ser petiz. A simplicidade das suas reflexões fizeram-me admirar, mais ainda, os traços de autenticidade, típicos das crianças.

CONCLUSÃO

Deus apresenta à Humanidade um projeto de fraternidade.

O ódio e o egoísmo promovem a rivalidade e afastam-no do seu semelhante. Cada um deve ser protetor do próximo e alegrar-se com a sua presença. Unidos, o caminho será mais fácil.

Este percurso de aprendizagem proporcionou-me o contacto com alguns autores que não tivera, até então, oportunidade de estudar. Embora tenha considerado as perspetivas de todos eles de extrema importância para a elaboração deste Relatório, foi o estudo de *Eu e Tu* de Martin Buber que mais me surpreendeu e marcou. Percorrer as páginas da sua obra configurou-se prazeroso. Em Buber, realço essencialmente o modo *sui generis* de considerar que não é o amor que habita no Homem é, antes de mais, o Homem que habita no amor. E numa dinâmica de relação mútua entre si e o outro, e entre si e Deus acontece o verdadeiro encontro com o TU eterno. Assim, tanto a perspetiva de Buber, como dos outros autores que complementaram este estudado, revela-nos uma intuição que nos leva a compreender a alteridade enquanto abertura a um horizonte transcendente. Mais, remete-nos para uma consciência da insignificância de racionalização constante do mundo, numa tentativa fugaz de satisfação pessoal, acompanhada da desejada imediatez de tudo.

Como se viu, neste Relatório apresentou-se um referencial teórico que serviu de base para uma proposta de lecionação, com uma planificação orientadora da prática letiva, com vista a alcançar objetivos, metas e desenvolver conteúdos previamente definidos. Apesar disso, não devemos esquecer que o professor deve estar preparado para a imprevisibilidade e saber geri-la da melhor forma na sala de aula. No fundo, pretendeu contribuir para um verdadeiro encontro educativo, alicerçado na aceitação das realidades e fragilidades mútuas. Para isso, este Relatório da PES espelha a concretização de uma proposta de lecionação, que se efetuou através de criação de novas estratégias pedagógicas, acompanhadas da elaboração autónoma de alguns recursos didáticos para o operacionalização da U L “A fraternidade”.

A escola que me viu, em criança, ser aluna, numa época de menores desafios para os docentes contou comigo, desta vez, como professora estagiária de EMRC. Entrar numa sala e numa escola remodelada – imperativo das exigências do passar dos anos – desta vez, porém, enquanto docente, foi inolvidável. Todavia, este percurso de aprendizagem caracterizou-se, entre outros aspetos, pela partilha de experiências, receios, preocupações e sucessos com os colegas do grupo de estágio. O crescimento pessoal e profissional é composto por tudo isto. Saliento, o bom relacionamento mútuo entre os elementos do mesmo, uma vez que as

potencialidades e fragilidades de cada um constituíram coesão e contribuíram para o fortalecimento pessoal e coletivo.

Tal como as peças de um *puzzle* tendem a juntar-se para recriar uma imagem, previamente ponderada através de um projeto, também assim podemos definir a pessoa enquanto *ser em relação*. Através da harmoniosa combinação das diferentes “peças” que comportam o todo da sua existência relacional, eis que se entende o fim para o qual estão destinadas. Assim, também o Homem deve unir-se ao seu semelhante, de forma a habitar com equilíbrio e harmonia o mundo compartilhado e do qual é responsável. Quanto ao *puzzle*, este pode até desmembrar-se, mas aguarda pacientemente a chegada do dia em que alguém una novamente os elementos que o compõem, de modo a alcançar o sentido primeiro, para o qual sempre esteve destinado: o sentido do todo. Tal como uma peça isolada de um *puzzle* nada representa, do mesmo modo, o ser humano só, isolado e egoísta, nada é. Por este motivo é urgente, hoje, educar para a generosidade e mobilizar valores que potenciem a vivência fraterna. Neste sentido, o professor apresenta uma responsabilidade acrescida, pois enfrenta o desafio de entender cada aluno como uma singularidade carregada de particularidades entre todos os outros. O docente é por isso, também ele, em contexto de sala de aula, um ser *em relação* que, para além de gerir aprendizagens numa dinâmica de humilde sabedoria, deve reconhecer-se como responsável por um processo de humanização educativa.

BIBLIOGRAFIA

BÍBLIA SAGRADA, Edição Pastoral, Ed. Paulus, Lisboa, 1993.

1. Documentos do Magistério da Igreja

CONCÍLIO ECUMÉNICO VATICANO II, Constituição Pastoral *Gaudium et Spes* (7 de Dezembro de 1965) in AAS 58 (1966) 1025-1115.

CONSELHO PONTIFÍCIO “JUSTIÇA E PAZ”, *Compêndio da Doutrina Social da Igreja*, Ed. Principia, Cascais, 2005.

PAPA BENTO XVI, Carta Encíclica *Caritas in Veritate* (29 de Junho de 2009), in AAS 101, 8 (2009) 642-740.

PAPA JOÃO PAULO II, Exortação apostólica *Familiaris Consortio* (22 de Novembro de 1981) nº 44, AAS 74 (1982), p.136.

PAPA JOÃO PAULO II, *Carta às Famílias. 1994- Ano da Família*, Secretariado Geral do Episcopado, Ed Rei dos Livros, Lisboa, 1994.

2. Documentos da Conferência Episcopal Portuguesa

COMISSÃO EPISCOPAL DA EDUCAÇÃO CRISTÃ, *Caminhos de encontro. Educação Moral e Religiosa Católica. 5º ano do Ensino Básico*, Secretariado Nacional de Educação Cristã, Lisboa, 2008

CONFERENCIA EPISCOPAL PORTUGUESA, *Programa de Educação Moral e Religiosa Católica*, Secretariado Nacional de Educação Cristã, Lisboa, 2014.

CONFERÊNCIA EPISCOPAL PORTUGUESA, “EMRC – A Comunidade unida no serviço à Educação”, in *Revista Lumen*, 3 (2013) 68.

3. Legislação

Decreto-Lei n.º 70/2013, de 23 de maio, in *Diário da República*, I Série, n.º 99, 2013, 3031-3033.

Decreto-Lei n.º 323/83, de 5 de julho, in *Diário da República*, I Série, n.º 152, 1983, 2433-2434.

Decreto-Lei n.º 46/86, de 14 de outubro, in *Diário da República*, I Série, n.º 237, 1986, 3067-3081.

Portaria n.º 225/2012, de 30 de Julho, in *Diário da República*, I Série, n.º 146, 2012, 3916-3929.

Resolução da Assembleia da República n.º 74/2004, de 16 de novembro, (Concordata entre a República Portuguesa e a Santa Sé), in *Diário da República*, I Série- A, n.º 269, 2004, 6741-6750.

4. Bibliografia Complementar

AIDO, Paulo, *Francisco. O Papa dos Pobres*, Ed. Zebra Publicações, Lisboa, 2013.

BERGOGLIO, Jorge, *Mente Aberta, Coração Crente* (tradução de Maria João Vieira e Ângelo Santana), Ed. Nascente, Amadora, 2013.

BERGOGLIO Jorge (Papa Francisco), *O Verdadeiro Poder é Servir* (tradução de Maria João Vieira), Ed. Nascente, Braga, 2013¹.

BRAGA DA CRUZ, Manuel, “Martin Buber, a Antropologia como Teofania”, in *Revista Portuguesa de Filosofia*, 27 (1971) 368- 415.

BUBER Martin, *Eu e Tu* (tradução de Artur Morão e Sofia Favila), Ed. Paulinas, Prior Velho, 2003.

CARVAJAL, Luís, *Ideas y Creencias del Hombre Actual*, Ed. Sal Terrae, Bilbao, 1991.

CARVAJAL, Luís, *Esta es nuestra fe*, Ed. Sal Terrae, Bilbao, 1998.

- DE SINGLY, François, *Livres Juntos. O individualismo na vida comum* (tradução de Carlos Aboim de Brito), Publicações Dom Quixote, Lisboa, 2000.
- DINIS, Alfredo, *A identidade pessoal e a ética como estruturalmente relacionais*, in TEIXEIRA, Francisco (coord.), *Identidade Pessoal: Caminhos e Perspetivas*, Ed. Quarteto, Coimbra, 2004, p. 225-236.
- DUQUE, João, *O Excesso do Dom*, Ed. Alcalá, Lisboa, 2004.
- DUQUE, João, “Sobre a Educação Integral do ser Humano”, in *Pastoral catequética, revista de catequese e educação*, 26 (2013) 18-19.
- GEVAERT, Joseph, *El problema del Hombre. Introducción a la antropología filosófica*, Ed. Sigueme, Salamanca, 2005.
- LIPOVETSKY, Gilles, *A Era do Vazio. Ensaio sobre o individualismo contemporâneo*, (tradução de Miguel Serras Pereira e Ana Luísa Faria), Ed. 70, Lisboa, 2013.
- LOBO MENDEZ, Gonzalo, *Deus Uno e Trino. Manual de Iniciação* (tradução de Ana Maria Coimbra Gonçalves), Ed. Diel, Lisboa, 2006.
- MAUTNER, Thomas (dir.), *Dicionário de filosofia*, Ed. 70, Lisboa, 2010, p. 666-667.
- MOITA, Fernando, “A missão do professor de EMRC no contexto atual”, in *Revista de Catequese e Educação*, 26 (2013), p.53-73.
- MORTALLA, Agustín, *Ética de la vida familiar. Claves para una ciudadanía comunitária*, Ed. Desclée de Brouwer, Bilbao, 2006.
- SARANO, Jacques, *Conhecer-se e Conhecer os Outros*, Ed. Paulinas, Sacavém, 1980².
- SAVATER, Fernando, *As perguntas da vida*, (tradução de Maria Amélia Pedrosa), Ed. Ariel, Lisboa, 1999.
- PACHECO, José, *Planificação didática: Uma abordagem prática*, Ed. CEED, Braga, 1990.

- PINHO, Arnaldo, *Cultura da modernidade e nova evangelização*, Ed. Perpétuo Socorro, Porto, 1991.
- RATZINGER, Joseph, *Olhar para Cristo. Exercícios de fé, esperança e caridade* (tradução de Ana Coimbra Gonçalves), Ed. Tenacitas, Coimbra, 2006.
- ROJAS, Henrique, *O Homem Light* (tradução de Virgílio Miranda Neves), Ed. Gráfica de Coimbra, Coimbra, s/d.
- SARTRE, Jean-Paul, *Huis Clos suivi de Les Mouches*, Éditions Gallimard, 1947.
- SESBOUÉ, Bernard, *Karl Rahner. Itinerário Teológico*, Ed. Loyola, São Paulo, 2004.
- VALADIER, Paul, *A Moral em Desordem. Em defesa da causa do Homem* (tradução de Maria Joana Chaves), Ed. Instituto Piaget, Lisboa, 2002.
- VILAR, Alcino, *O professor planificador*, Ed. Asa, Lisboa, 2004⁴.
- VARANDA, Isabel, *Na noite mora a promessa*, Ed. Paulinas, Prior Velho, 2014.
- ZABALZA, Miguel, *Planificação e Desenvolvimento Curricular na Escola*, Ed. Asa, Rio Tinto, 1992.

5. Netgrafia

SINODO DOS BISPOS, III Assembleia Geral Extraordinária do Sínodo dos Bispos, *Os Desafios Pastorais da Família no Contexto da Evangelização, Instrumentum Laboris*, Cidade do Vaticano, 2014. Texto disponível *online* em http://www.vatican.va/roman_curia/synod/documents/rc_synod_doc_20140626_instrumentum-laboris-familia_po.html [consultado em 06/02/2015].

Documento Oficial *Declaração Universal dos Direitos do Homem*, Texto disponível *online* em <http://www.humanrights.com/pt/what-are-human-rights/universal-declaration-of-human-rights/articles-01-10.html> [consultado em 03/01/2015].

Ensino Artístico, consultado no *site* <http://www.eb23andresoares.com/n/index.php/ensino-artistico> [consultado em 20 de Janeiro de 2015].

Comissão Episcopal da Educação Cristã, Disciplina de EMRC – Enquadramento, consultado no *site* <http://www.educris.com/v2/94-enquadramento> [consultado em 08/03/2015].

PALMA, Maria João, Vídeo *Um Amigo*. Recurso didático consultado no *site* <http://www.sermais.blogspot.pt/search/label/S.%20Valentim> [consultado em 07/02/20015].

PAPA FRANCISCO, “Mensagem do Santo Padre Francisco para a celebração do XLVII Dia Mundial da Paz, 1º de Janeiro de 2014”. Documento consultado no *site* da Santa Sé. Consultado no *site* (<http://www.vatican.va>). Texto disponível *online* em https://w2.vatican.va/content/francesco/pt/messages/peace/documents/papa-francesco_20131208_messaggio-xlvii-giornata-mondiale-pace-2014.html [consultado em 02/04/2015].

GABINETE DE DOCUMENTAÇÃO E DIREITO COMPARADO, Tratados Internacionais. Concordata entre a República Portuguesa e a Santa Sé, 18/05/2004, consultado no *site* <http://www.gddc.pt/siii/ib.asp?id=1764> [consultado em 18/04/2015].

ANEXOS

Anexo 1

Somos Iguais, diferentes

Vou-vos contar uma história

De um pequeno trevo que nasceu diferente

Em vez de três folhas
Tinha quatro e um coração carente
Toda a gente olhava com desprezo
Sem coragem para o encarar
Estava triste por não ter amigos
Com quem brincar

Somos iguais, diferentes. Não nos interessa, o aspeto. Queremos que o mundo inteiro dê ao trevo muito afeto. Somos iguais, diferentes. Não nos interessa, o aspeto. Queremos que o mundo inteiro dê ao trevo muito afeto.

O único amigo que lhe dava atenção
E carinho era o vento
Os outros que olhavam
Sem um gesto nem uma palavra
Dói por dentro
Mas um dia passou um menino
E abraçou o trevo com paixão
Há certos gestos que não têm preço
"o dar a mão"



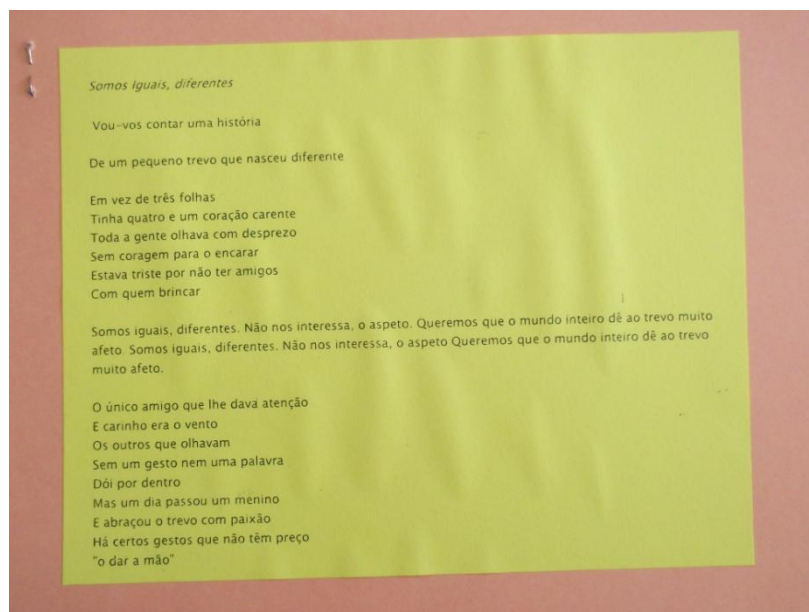
João Portugal

Nota: Letra da música que serviu de estratégia de acolhimento inicial de cada aula e que foi facultada aos discentes na aula primeira aula, no dia 20 de Janeiro de 2015.

Anexo 2



Frente do Cartão



Verso do Cartão

Nota: Cartão de Empenho EMRC, entregue na primeira aula (dia 20 de janeiro) e que serviu de recurso didático para a autoavaliação efetuada por cada aluno ao longo das cinco aulas da Unidade Letiva "A fraternidade".

Anexo 3



1ª aula



2ª aula



3ª aula



4ª aula




5ª aula

Nota: Imagens para colar no *Cartão de Empenho EMRC* (uma por aula)


Anexo 4

SOMOS TÃO DIFERENTES!
Diferentes cores... diferentes feições... diferentes costumes...




1

DIFERENTES CORES E FEIÇÕES




2

DIFERENTES COSTUMES



3

DIFERENTES COSTUMES




4

SEREMOS ASSIM TÃO DIFERENTES?



Entusiasmados
Desiludidos



Atentos
Desatentos

5

TÃO DIFERENTES, TÃO PARECIDOS!




A mesma alegria




6

SOMOS TÃO PARECIDOS!




A mesma tristeza




7

SOMOS TÃO PARECIDOS!



A mesma amizade




8

SOMOS MESMO PARECIDOS!




O mesmo desejo de aprender





9

TEMOS OS MESMOS DIREITOS




ser amado(a)




ser feliz

11

UMA SÓ TERRA, UMA SÓ FAMÍLIA



A mesma terra



Uma só família

12

TODOS IRMÃOS!


- Depois de ressuscitar, Jesus disse: "Vou para junto de meu Pai e vosso Pai, meu Deus e vosso Deus." Jo 20.17
- Jesus tinha oito irmãos: "Rezai assim: Pai-Nosso, que estais nos céus!" Mt 6.9



13

TODOS IRMÃOS, FILHOS DO MESMO PAI!

- Tão diferentes, tão parecidos...
- Tão iguais, tão irmãos!
- Uma só família, a mesma humanidade!



14

Nota: *Powerpoint* intitulado "Somos tão diferentes", apresentado na segunda aula (dia 27 de janeiro de 2015).

Anexo 5

Ficha de Trabalho nº 1 sobre a unidade letiva *A Fraternidade*

27 de Janeiro de 2015

Nome _____ Nº _____ Turma- 5º C

1. Assinala com V (verdadeiro) ou F (falso) as frases que se seguem:

Estamos perante um grupo, quando os elementos

- _____ a) têm objetivos comuns.
- _____ b) brigam com frequência .
- _____ c) estabelecem relações mais ou menos duradouras.
- _____ d) colocam de parte os membros mais fracos.
- _____ e) negam ajuda aos outros.
- _____ f) revelam laços de solidariedade.
- _____ g) têm valores muito diferentes.
- _____ h) respeitam as escolhas comuns.

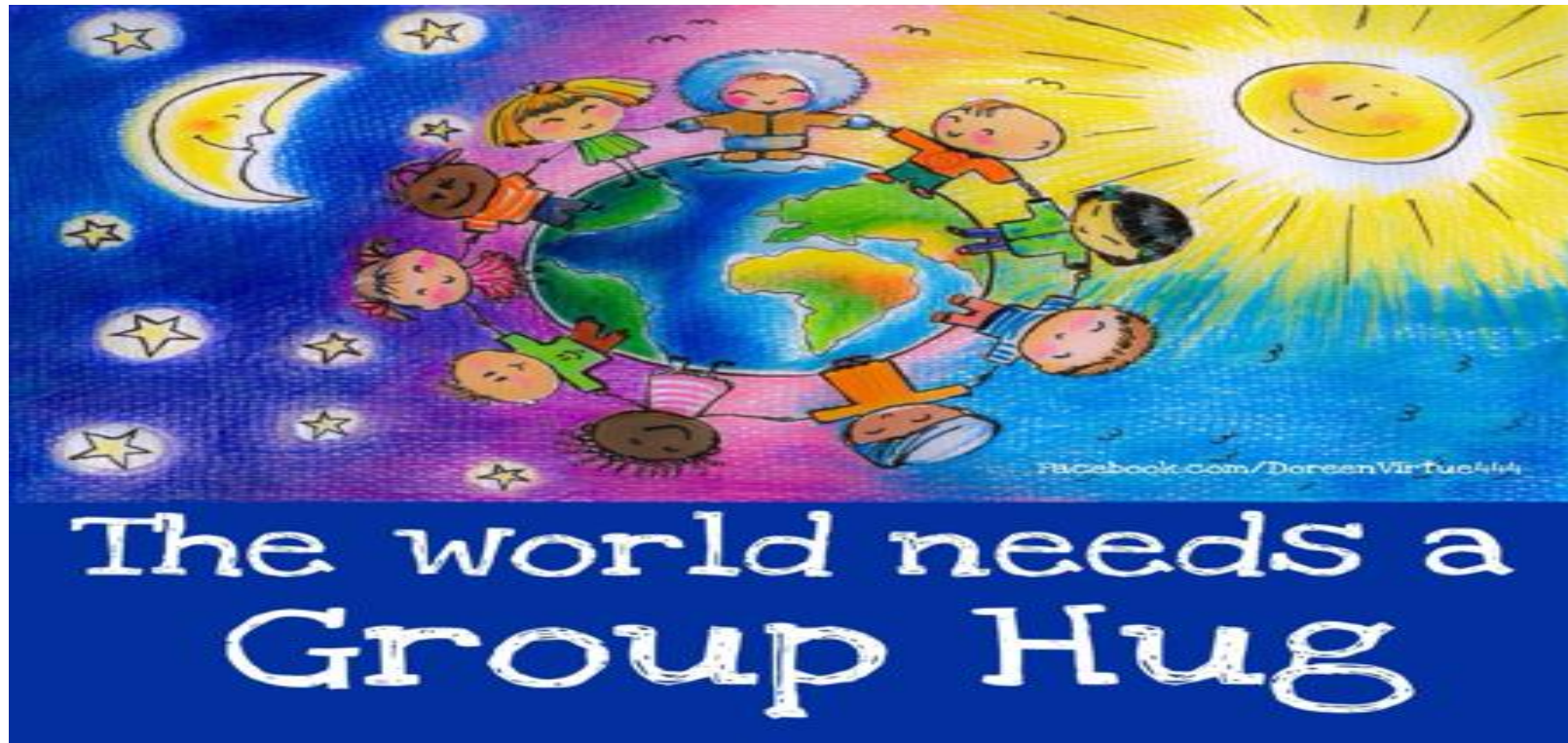
2. Completa a seguinte frase, colocando uma letra em cada espaço.

Somos todos_ _ _ _ _ , pois somos todos filhos de _ _ _ _ .

3. Na tua opinião, por que razão os grupos são importantes para o ser humano?

Bom trabalho!

A professora, *Natália Silva*



O Mundo precisa de um abraço de grupo

Anexo 7

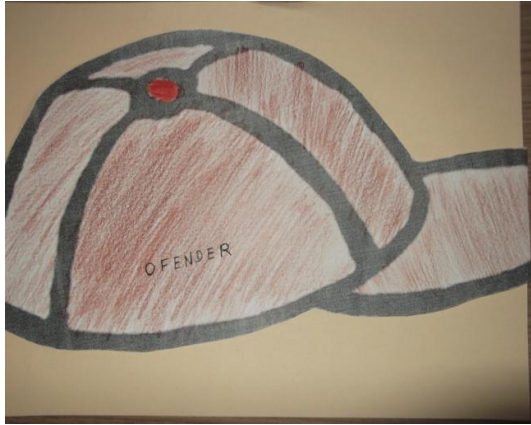


Imagem 1



Imagem 2

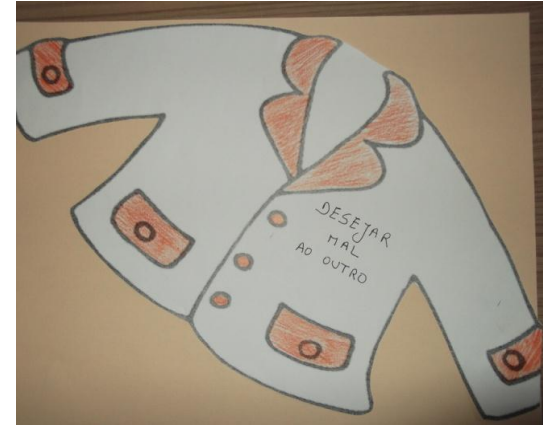


Imagem 3



Imagem 4



Imagem 5



Imagem 6



Imagem 7



Imagem 8

Legenda:

Imagem 1 (Boné) - *Ofender*

Imagem 2 (Sapatilhas) - *Violência*

Imagem 3 (Casaco) - *Desejar mal ao outro*

Imagem 4 (Calças) - *Mentir*

Imagem 5 (T- Shirt) - *Pensar mal do outro*

Imagem 6 (Meias) - *Rejeitar*

Imagem 7 (Camisa) - *Dizer mal do outro*

Imagem 8 (Par de luvas) - *Egoísmo e Inveja*

Nota: Palavras e expressões registadas em cada uma das imagens de peças de roupa, contidas nos envelopes distribuídos aos alunos na aula do dia 3 de fevereiro de 2015.

Anexo 8

Correção da Ficha de Trabalho nº 1 sobre a unidade letiva *A fraternidade* 27 de Janeiro de 2015

Nome _____ Nº _____ Turma- 5º C

1. Assinala com V (verdadeiro) ou F (falso) as frases que se seguem:

Estamos perante um grupo, quando os elementos

- V a) têm objetivos comuns.
- F b) brigam com frequência .
- V c) estabelecem relações mais ou menos duradouras.
- F d) colocam de parte os membros mais fracos.
- F e) negam ajuda aos outros.
- V f) revelam laços de solidariedade.
- F g) têm valores muito diferentes.
- V h) respeitam as escolhas comuns.

2. Completa a seguinte frase, colocando uma letra em cada espaço.

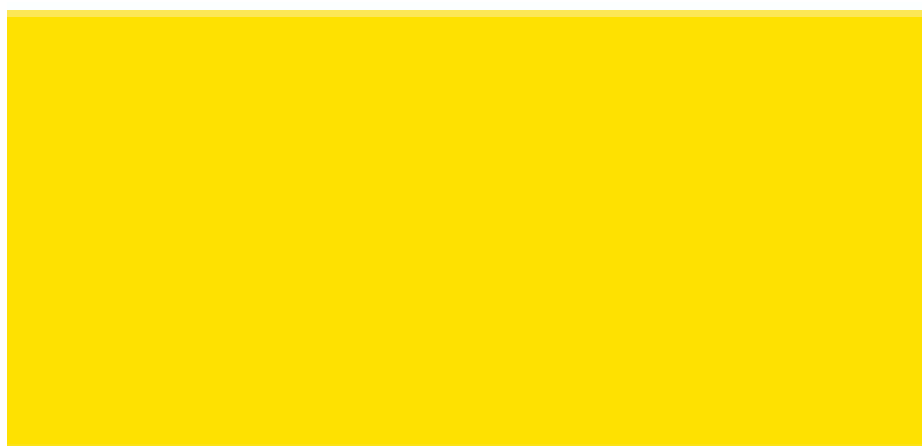
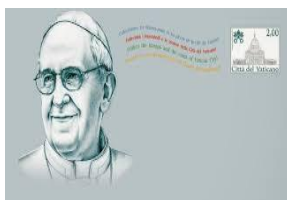
Somos todos irmãos, pois somos todos filhos de Deus.

3. Na tua opinião, por que razões os grupos são importantes para o ser humano?

Resposta de carácter individual.

Bom trabalho!
A professora, *Natália Silva*

Anexo 9



Nota: Exemplificação do material (selo, envelope e folha de papel), usado para a redação da carta que os alunos escreveram a um amigo à sua escolha, pedindo perdão ou desculpa ao mesmo, realizada na aula do dia 10 de Fevereiro de 2015 (Cf. *dossier* de estágio, anexo 9).

Anexo 10



Nota: Saco com duas sementes de girassol, distribuído por cada um dos alunos na aula do dia 24 de Fevereiro de 2015. No verso do cartão amarelo estavam escritas as seguintes palavras: *amizade, compreensão, ajuda, dedicação, verdade, perdão, paz, diálogo, tolerância e amor.*

Anexo 11



Nota: Vaso com terra que serviu para “cultivar sementes de fraternidade” na aula do dia 24 de Fevereiro.

Anexo 12

Ficha de Trabalho nº 2 sobre a Unidade Letiva *A fraternidade* 24 de Fevereiro de 2015

Nome _____ Nº _____ Turma- 5º C

1. Assinala com V (verdadeiro) ou F (falso) as frases que se seguem:

As pessoas são fraternas quando

- _____ a) partilham os seus bens.
- _____ b) recusam ajudar os que precisam.
- _____ c) alimentam os que têm fome.
- _____ d) escondem o que possuem.
- _____ e) dão alegria aos que estão tristes e oprimidos.
- _____ f) aconselham quem precisa de ser orientado.
- _____ g) ajudam os colegas da escola a ultrapassar as suas dificuldades.
- _____ h) não colaboram com os professores nas atividades propostas.
- _____ i) apresentam a capacidade de perdoar os erros dos outros.

2. Completa o texto que se segue com o banco de palavras:

amizade	compreensão	ajuda	dedicação	verdade
perdão	paz	diálogo	tolerância	amor

Através da _____ somos capazes de estabelecer relações de _____ baseadas na _____ e no _____ ao próximo. No entanto, para isso é necessário que exista _____ e _____ com aqueles que se cruzam nas nossas vidas. Devemos estar também atentos àqueles que precisam da nossa _____ e da nossa _____. Para alcançar a _____ no mundo, devemos saber perdoar e apresentar a capacidade de aceitar o pedido de _____ daqueles que reconheceram os seus erros. Só desta forma cultivaremos a fraternidade.



Bom trabalho!

A professora, *Natália Silva*

Anexo 13

Correção Ficha de Trabalho nº 2 sobre a Unidade Letiva *A fraternidade*

24 de Fevereiro de 2015

Nome _____ Nº _____ Turma- 5º C

1. Assinala com V (verdadeiro) ou F (falso) as frases que se seguem:

As pessoas são fraternas quando

V a) partilham os seus bens.

F b) recusam ajudar os que precisam.

V c) alimentam os que têm fome.

F d) escondem o que possuem.

V e) dão alegria aos que estão tristes e oprimidos.

V f) aconselham quem precisa de ser orientado.

V g) ajudam os colegas da escola a ultrapassar as suas dificuldades.

F h) não colaboram com os professores nas atividades propostas.

V i) apresentam a capacidade de perdoar os erros dos outros.

2. Completa o texto que se segue com o banco de palavras:

Amizade	compreensão	ajuda	dedicação	verdade
Perdão	paz	diálogo	tolerância	amor

Através da compreensão somos capazes de estabelecer relações de amizade baseadas na verdade e no amor ao próximo. No entanto, para isso é necessário que exista tolerância e diálogo com aqueles que se cruzam nas nossas vidas. Devemos estar também atentos àqueles que precisam da nossa ajuda e da nossa dedicação. Para alcançar a paz no mundo, devemos saber perdoar e apresentar a capacidade de aceitar o pedido de perdão daqueles que reconheceram os seus erros. Só desta forma cultivaremos a fraternidade.



Bom trabalho!

A professora, Natália Silva